



ALGARVE

Agenda Regional do Mar

Contributos para o Plano de Acção para o Cluster Mar Algarve

Documentos preparatórios do:

ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

Agenda Regional do Mar

Contributos para o Plano de Acção para o Cluster Mar Algarve

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

FICHA TÉCNICA

Título: Agenda Regional do Mar Algarve. Contributos para o Plano de Acção para o Cluster Mar Algarve

Edição: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Coordenação Geral: Joaquim J. Brandão Pires

Coordenação Técnica: António Sampaio Ramos, Josiane Martins

Consultora: Isabel Noronha

Grupo de trabalho do Mar Algarve:

Equipa Técnica CCDRALgarve: Alexandra Sena, António Vairinhos, Isabel Beja, Josiane Martins, Patrícia Martins, Rosalina Venâncio. **Cartografia temática:** Sandra Correia, Ana Isabel Rodrigues. **Secretariado:** Conceição Melão.

Colaboração externa: Ana Isabel Henrique (AMAL), Costa Monteiro (IPIMAR), Dorilo Seruca (Direcção Regional de Pescas do Sul), Edgar Correia (Direcção Regional de Pescas do Sul), Jaime Costa (IPTM), João Peleja (IPTM), José Mário Fonseca (IPTM), Luis Reis Ágoas (Comando da Zona Marítima do Sul), Manuela Falcão (IPIMAR Olhão), Margarida Castro (Universidade do Algarve), Maria Isabel Pires (ICN-PNRF), Maria Teresa Dinis (Universidade do Algarve), Miguel Gaspar (IPIMAR Olhão) Miguel Neves dos Santos (IPIMAR Olhão).

Design Gráfico e Produção: IDEIAS em baú, Comunicação Marketing, Lda

Impressão: SIG - Soc. Ind. Gráfica - Camarate

Tiragem: 500 exemplares

ISBN: 978-989-8208-02-6

Depósito legal: 287028/08

Data de Edição: Dezembro 2008

CONTACTOS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Praça da Liberdade, 2 , 8000-164 Faro

Telef. 289 895200 . Fax 289 803591

Email: geral@ccdr-alg.pt

www.ccdr-alg.pt

www.maralgarve.com

Versão digital do estudo disponível em www.ccdr-alg.pt

Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação expressa da fonte

ÍNDICE

Nota de Abertura	7
1. Enquadramento político: internacional, europeu e nacional	9
2. A oportunidade de uma Estratégia para o Mar Algarve	13
3. Os passos para a definição de uma Estratégia para o Mar Algarve	23
4. Subsídios para uma Estratégia para o Mar Algarve	33
4.1. Diagnóstico dos recursos e das actividades ligadas ao Mar	35
4.1.1. Litoral	35
4.1.2. Conservação da natureza	44
4.1.3. Actividades da pesca, aquicultura e salicultura	48
4.1.4. Transportes, infra-estruturas portuárias e indústria naval	56
4.1.5. Turismo, lazer e eventos	61
4.1.6. Património marítimo-cultural	66
4.1.7. Investigação, tecnologia e inovação	69
4.1.8. Segurança marítima	72
4.1.9. Governança	75
5. Síntese Matriz SWOT / Síntese Matriz SWOT cruzada	85
6. As Dimensões Estratégicas do Mar Algarve	91
6. 1. Objectivos Estratégicos	94
6. 1.1. Recuperação, Protecção e Conhecimento da biodiversidade do Mar Algarve	95
6. 1.2. Desenvolvimento e consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve	101
6. 1.3. Reconciliação entre Homem-Mar através do desenvolvimento de uma imagem de marca	103
6. 1.4. Assumir uma posição de destaque e de especialização nos Assuntos do Mar	104
6. 1.5. Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar Algarve	106
6. 1.6. Desenvolvimento de uma Ética do Mar	110
7. Operacionalização do Cluster do Mar	113
7.1. Os Caminhos Percorridos pelos Clusters Regionais	115
8. Proposta para o Cluster do Mar Algarve	117
9. Directório de Parceiros	121
Bibliografia	143
Anexos	147

O processo participado de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013 identificou o *Mar Algarve* como um dos vectores âncora para o sucesso e competitividade da região.

Foi neste contexto que a CCDR Algarve dinamizou um conjunto de acções, nomeadamente a constituição de um grupo de trabalho em torno do *Mar Algarve* e o lançamento das bases para um Plano Estratégico para o sector.

Ao longo dos últimos três anos foi amplamente debatido – com um leque alargado de especialistas, nacionais e internacionais - o papel do MAR na região e o papel que a região pode assumir no âmbito da Estratégia Nacional para o sector. De entre as linhas de acção identificadas como possíveis e potencialmente frutuosas, ressalta a constituição de um Cluster Regional em torno do Mar.

Em termos operacionais o QREN remete o reconhecimento dos Clusters para as chamadas “Estratégias de Eficiência Colectiva”, impondo a concretização de um plano de acção que fundamente a actuação conjunta de “...empresas e de outras instituições de suporte, que partilhem uma visão para a economia de um território...”.

Neste âmbito a CCDR tem vindo a desenvolver, em parcerias público-público e público-privado, um conjunto de iniciativas que contribuam para a definição das estratégias de acção e de investimento público e privado a nível regional.

O documento agora apresentado assume-se assim como uma síntese do caminho percorrido e como um repto às empresas, associações, entidades públicas e unidades científicas e tecnológicas com acção presente e futura em torno do *Mar Algarve*, no sentido de partilharem objectivos sob a forma de um plano de acção e concretizarem a aspiração, tantas vezes manifestada, de constituição de um *Cluster do Mar Algarve*.

João Varejão Faria
Presidente da CCDR Algarve



Fotografia: Natura Algarve Ecoturismo

1 ■ Enquadramento Político: Internacional, europeu e nacional



1. Enquadramento Político: Internacional, europeu e nacional

A importância dos mares e oceanos para a humanidade e o equilíbrio global do planeta é hoje amplamente reconhecida. A crescente diversificação e intensificação dos usos e conflitos, em particular nas zonas costeiras, conduziram à necessidade do desenvolvimento de políticas marítimas.

As especificidades do meio marinho, cujos recursos, actividades e impactes não reconhecem fronteiras, conduziram à necessidade do desenvolvimento de políticas integradas de oceanos. Estas, baseiam-se num complexo e inovador sistema de governança associado à integração de um vasto leque de políticas sectoriais, e das várias esferas de poder. As políticas de oceanos devem, assim, abordar a gestão e a protecção dos recursos naturais e usos numa perspectiva ecossistémica e de desenvolvimento sustentável, com base numa visão holística e integrada.

Os princípios enformadores da gestão dos oceanos emanam da esfera internacional, de que se destacam pela sua importância: a Lei Internacional do Mar (UNCLOS, 1982), também chamada “Constituição dos Oceanos” por estabelecer as regras gerais de uso, gestão dos recursos e regras de relação entre os Estados; o Mandato de Jacarta da Convenção para a Conservação da Biodiversidade (CBD) que estende a gestão e conservação da biodiversidade ao ambiente marinho; e a Agenda 21, que apela à governação integrada e participada dos mares e zonas costeiras para que se atinja o desenvolvimento sustentado das sociedades.

No âmbito do processo de desenvolvimento da Política Marítima Europeia, a gestão integrada dos mares e oceanos baseada num sistema de governança em respeito pelo princípio da subsidiariedade constitui uma prioridade, tal como emanado do Livro Branco da Governança da União Europeia (UE), e claramente reflectido no Livro Verde da Política Marítima Europeia. Das numerosas políticas sectoriais que integram a política de oceanos da UE, destacam-se pela sua importância e presente prioridade a proposta de directiva para a protecção do meio marinho e a extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho, a aplicação da Directiva Quadro da Água, as Bases para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras, o terceiro pacote de segurança marítima (Erika III), a Política Comum de Pescas, o transporte marítimo de curta distância e as políticas regionais.

Neste contexto, os objectivos estratégicos da Comissão Europeia para 2005-2009 referem que é «especialmente necessário termos uma política marítima abrangente, orientada para o desenvolvimento de uma economia marítima florescente e para a plena exploração do potencial das actividades centradas no Mar, de uma forma sustentável para o ambiente. Esta política deve assentar na excelência da investigação científica, da tecnologia e da inovação marítimas».

A vocação marítima de Portugal deriva da sua posição geo-estratégica, bem como da sua história, cultura e modo de vida das suas comunidades costeiras. A afirmação de Portugal como nação marítima exige assim que os recursos do Mar sejam objecto de políticas de salvaguarda e valorização particulares. Portugal deve assim impor-se internacionalmente como uma referência na gestão sustentável e eco-responsável do oceano, aprofundando e prosseguindo a Estratégia Nacional para o Mar recentemente aprovada.

Portugal dispõe da maior zona económica exclusiva (ZEE) da União Europeia, com 1.732 mil km², correspondente a cerca de 18 vezes a sua área terrestre. Esta extensão, associada à posição periférica relativamente à UE confere características de nação quasi-arquipelágica.

Já em Junho de 2007, Portugal passou formalmente a ter a jurisdição sobre uma parte do leito marinho fora da ZEE, ou seja, para lá das 200 milhas consagradas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

A nova zona de 2215 hectares de fundo marinho fica junto aos Açores, para lá das 200 milhas. Proposta por Portugal como Área Marítima Protegida, no âmbito da OSPAR, a Convenção para a Protecção do Ambiente Marinho no Atlântico Nordeste, aquela zona tem as fontes hidrotermais Rainbow e uma biodiversidade marinha incalculável. A plataforma continental portuguesa passa assim a prolongar-se a uma área a 40 milhas do limite da ZEE dos Açores.

A dimensão marítima e oceânica, bem como a sua localização na encruzilhada entre as rotas dos mares do Norte e do Mediterrâneo, e dos continentes Africano e Americano, são factores de diferenciação e desenvolvimento, constituindo uma oportunidade para colocar Portugal numa importante posição de vantagem comparativa no contexto europeu e mundial, como plataforma e centro mobilizador da criação de valor associado ao cluster do Mar e diplomático.

As características biogeográficas e geomorfológicas das áreas sob jurisdição nacional englobam uma vasta biodiversidade marinha, que importa valorizar e preservar, constituindo por si só um poderoso recurso económico.

A este património juntam-se os valores arqueológicos, culturais, estéticos e históricos, os recursos geológicos e minerais, os recursos energéticos renováveis e os recursos biotecnológicos que, no seu conjunto, representam um dos principais activos nacionais que se encontra, no entanto, subaproveitado e cuja utilização importa investigar e dinamizar de forma sustentável.

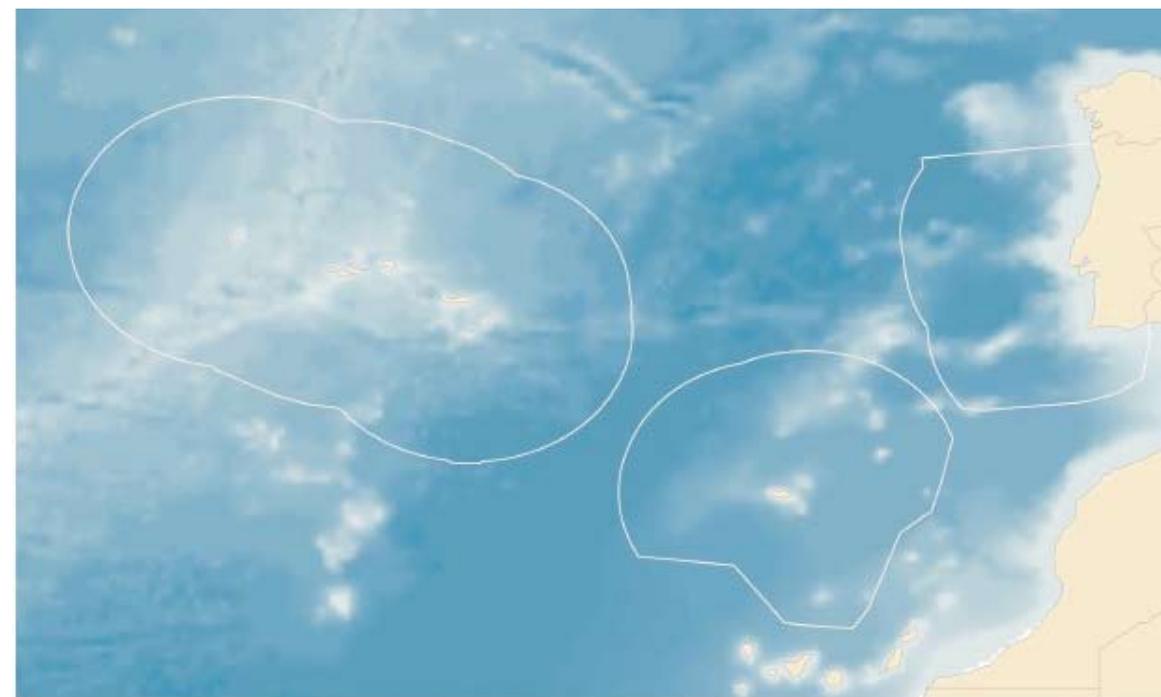


Figura 1. Zona Económica Exclusiva de Portugal (com exclusão da zona “Rainbow”)



Fotografia: Crédito de Foresti - Canon

2. A oportunidade de uma Estratégia para o Mar Algarve



2. A oportunidade de uma Estratégia para o Mar Algarve

A região do Algarve apresenta uma linha de costa com cerca de 220 km, caracterizando-se por unidades ecológicas e geomorfológicas distintas que atribuem à zona costeira grande variedade e valor paisagístico. À linha de costa corresponde uma extensa Zona Económica Exclusiva, frente à costa sul e à costa oeste, sendo palco de intenso tráfego marítimo entre continentes e mares, e albergando importantes recursos da pesca.

O Mar constitui assim uma importante fonte de riqueza, com grande potencial de desenvolvimento para a região do Algarve. Sendo este um recurso central para as actividades económicas nucleares na região, nomeadamente para o sector das pescas, turismo e actividades a este associadas, a sua protecção/exploração assume-se como factor crítico de sucesso para a consolidação da posição do Algarve no contexto nacional e internacional.

Tomando por base estas potencialidades, o **Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)**, aprovado em 2007, reconhece a importância do Mar para a região, tanto no que se refere ao turismo como à pesca e à náutica de recreio, de cruzeiros e comercial, bem como a necessidade de uma gestão integrada da zona costeira, com explicitação de medidas específicas para as actividades e infra-estruturas relativas ao Mar.

Neste sentido, o PROT Algarve identificou como uma oportunidade para a região a crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado e criação de emprego qualificado, associados ao Mar. O documento defende que a estratégia do sector do turismo deve reforçar os elementos de suporte da «marca» Algarve – sol, praia, mar e golfe – e introduzir o turismo náutico como mais um elemento estruturante dessa marca.

O reconhecimento do potencial regional para o desenvolvimento do turismo náutico traduz-se, no modelo territorial do PROT Algarve, na concretização das infra-estruturas (marinas, portos de recreio e infra-estruturas de apoio à pesca) previstas nos planos de ordenamento da orla costeira, em vigor. O desenvolvimento de equipamentos desportivos e das actividades associadas ao turismo náutico pode ser equacionado no âmbito das estratégias municipais de ordenamento.

O recurso Mar, no seu conjunto, é identificado no PROT Algarve como uma mais-valia regional que deve ser melhor aproveitada. O Plano define um Programa Estratégico específico - “Mar Algarvio, um oceano de oportunidades”, que prevê acções no domínio das intervenções estruturantes nas pescas, aquicultura e produção de sal, dos apoios ao recreio náutico e da investigação científica.

Tal como o PROT Algarve, também a **Estratégia de Desenvolvimento Regional para 2007-2013**, reconhece as oportunidades existentes, decorrentes dos múltiplos recursos e actividades ligadas ao Mar.

O documento refere a necessidade de diversificação dos produtos turísticos, de uma aposta estratégica na aquicultura, de melhoramentos nas infra-estruturas portuárias, salientando igualmente a importância da implementação das medidas constantes dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, da reconversão de áreas portuárias obsoletas para actividades de recreio e da prevenção de riscos marinhos e marítimos, entre muitas outras medidas de resposta aos desafios que a região deverá enfrentar no médio prazo.

Dentro das prioridades e linhas de actuação para o período 2007-2013, a Estratégia confere uma atenção especial ao Mar, defendendo a diversificação e a qualificação do “cluster” turismo e lazer, o robustecimento e modernização da economia regional, a promoção de um modelo territorial articulado e potenciador dos seus diversos espaços, bem como a qualificação do espaço público e da paisagem, a criação de níveis elevados de protecção ambiental e a implementação de uma política de prevenção de riscos.

Assim, preconiza-se:

- o ordenamento e requalificação das zonas ribeirinhas, contemplando a criação de áreas polivalentes onde seja possível dinamizar actividades associadas ao recreio náutico;
- a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade, a par do desenvolvimento de actividades consentâneas com a sua sensibilidade ecológica;
- o desenvolvimento das actividades relacionadas com a utilização dos recursos marinhos e marítimos da região (pesca, salicultura, valorização/transformação dos produtos do mar);
- a modernização do sector da aquicultura e o estímulo a novas actividades de investigação;
- a navegabilidade dos rios Arade e Guadiana e o seu aproveitamento turístico (associado ao desenvolvimento e consolidação dos segmentos da indústria naval, náutica de recreio e de cruzeiros e turismo de natureza);
- a requalificação e valorização das frentes de mar e da orla costeira (implementação dos POOC);
- a prevenção e combate à poluição marítima e a prevenção de riscos associados à orla costeira.

Também o **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)** reafirma o valor do recurso Mar no Algarve, quer associado ao produto estratégico Sol & Mar, quer, em especial, associado ao produto estratégico Turismo Náutico.

Produtos

Segundo dados recolhidos no Verão de 2006, o produto Sol e Mar representa 41% das motivações dos turistas estrangeiros em Portugal, assumindo especial importância no Algarve onde este valor atinge os 88%.

O principal desafio do Sol e Mar é a requalificação do Algarve para fazer face à concorrência do Mediterrâneo, em especial de novos destinos emergentes. Finalmente, é fundamental desenvolver no Algarve actividades alternativas “à praia”. As regiões prioritárias para o desenvolvimento do produto são o Algarve, o Porto Santo e o Alentejo. Deverá existir ainda intervenção na região de Lisboa.

> Requalificar o produto Sol e Mar, em especial no Algarve, e apostar em ofertas complementares que reforcem a proposta de valor para o turista

Para o segmento iates é necessário desenvolver as regiões de Lisboa e do Algarve, aumentando o número de marinas, dado que as actuais encontram-se com taxas de ocupação muito elevadas. É ainda necessário promover a criação de serviços de apoio às marinas para tornar Portugal num destino de “invernagem activa” – onde seja possível deixar os iates em marinas ao longo de todo o ano, de modo a posicionar Lisboa e Algarve como alternativa para o turismo náutico no Inverno e Verão, constituindo-se como bases de iates de turistas do norte da Europa.

No segmento marítimo-turístico, é necessário investir nas condições de atracagem, melhorando as condições operacionais e económicas para o desenvolvimento da oferta. Pretende-se ainda desenvolver a região de Lisboa, capitalizando o estuário do Tejo, a região do Algarve, beneficiando das condições da Ria Formosa, e promover o produto nas diversas ilhas dos Açores.

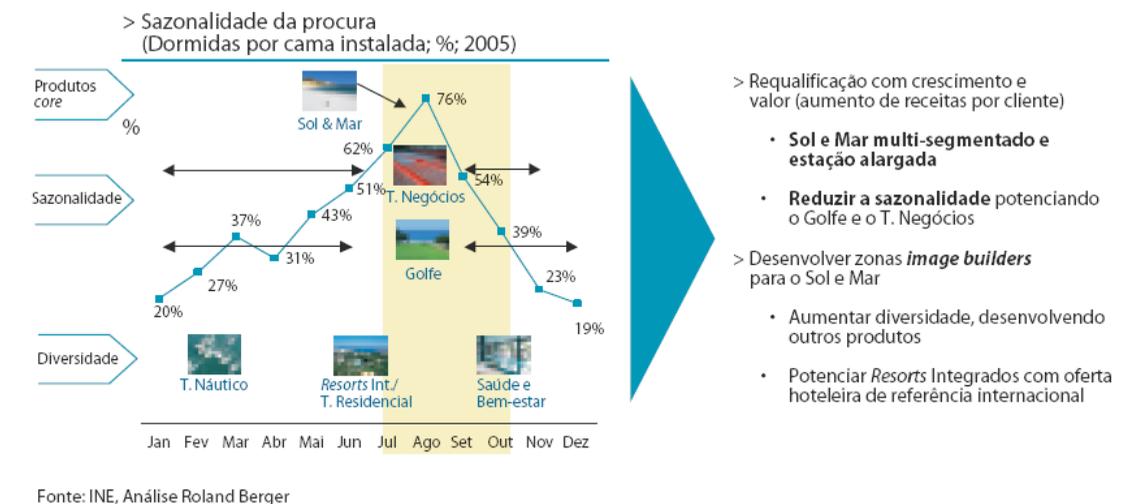
As regiões prioritárias para investimentos de Turismo Náutico são o Algarve, Lisboa e, em menor grau, as ilhas da Madeira e Açores. É igualmente importante assegurar a existência de portos de abrigo para permitir a cabotagem ao longo da costa portuguesa.

Algarve

O crescimento a curto prazo, no Algarve, deverá ter como base os produtos Sol e Mar, Golfe e Turismo de Negócios. O produto core Sol e Mar deverá ter uma oferta multi-segmentada e de estação alargada. A aposta no Turismo de Negócios e no Golfe pretende reduzir a sazonalidade.

O Algarve possui ainda recursos para oferecer Turismo Náutico, Resorts Integrados e Turismo Residencial, e de Saúde e Bem-estar.

Produtos vs. sazonalidade – Algarve



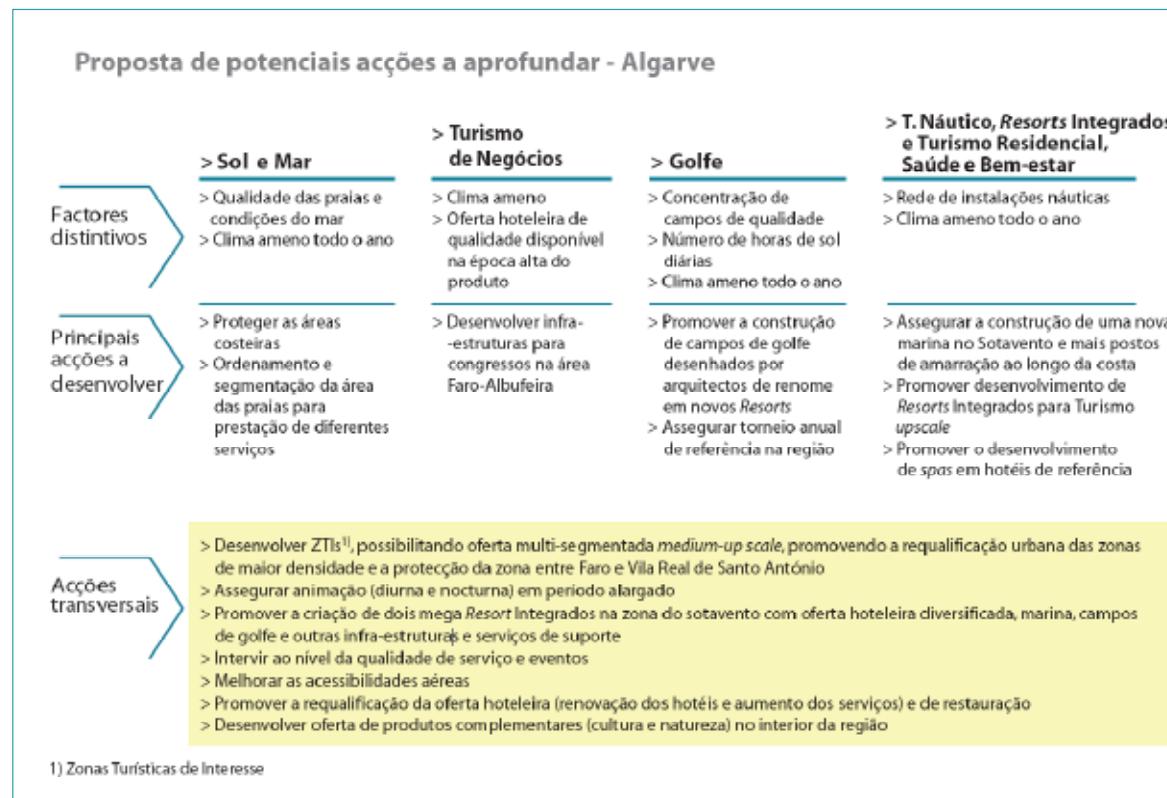
> Requalificação com crescimento e valor (aumento de receitas por cliente)

- Sol e Mar multi-segmentado e estação alargada
- Reduzir a sazonalidade potenciando o Golfe e o T. Negócios

> Desenvolver zonas *image builders* para o Sol e Mar

- Aumentar diversidade, desenvolvendo outros produtos
- Potenciar Resorts Integrados com oferta hoteleira de referência internacional

Para melhorar o desempenho da região é necessário criar um conjunto de iniciativas específicas que conduzam ao desenvolvimento dos produtos, assim como acções transversais a todos os produtos, sendo de destacar a importância do ordenamento do território e da protecção da área costeira para o produto Sol e Mar.



Fonte: PENT, Turismo de Portugal, IP

Como se pode verificar, o PENT aponta para a necessidade de requalificação do produto Sol & Mar no Algarve, através do desenvolvimento de ofertas complementares que reforcem a proposta de valor para o turista. A diversificação e aprofundamento da oferta são, pois, as linhas de actuação defendidas.

O PENT considera o Algarve como região prioritária para investimentos no Turismo Náutico, com o necessário desenvolvimento de infra-estruturas de suporte. Justifica a aposta regional nos cruzeiros face às oportunidades de mercado, que se encontra em crescimento, realçando também a emergência do Atlântico como destino. No segmento iates, o rumo é posicionar o Algarve como alternativa para o turismo náutico no Inverno e Verão, constituindo-se como base de iates oriundos do norte da Europa, por via do aumento do número de marinas na região e da criação de serviços de apoio náutico. No segmento marítimo-turístico preconiza-se o investimento nas condições de atracagem, aproveitando em particular as condições da Ria Formosa. A diversificação e aprofundamento da oferta são, também neste produto estratégico, as linhas de actuação defendidas.

Nesse sentido, perspectiva as intervenções futuras nestes dois produtos prioritários do seguinte modo:

Sol e Mar - Visão a 10 anos

- > Sol e Mar multi-segmento no Algarve com zonas de referência a nível europeu – desenvolvimento de oferta *upscale*, de excelência e *standard* diferenciada (áreas temáticas)
- > Crescimento acima de 2,5% ao ano e duplicação do actual nível de fidelização

Âmbito

- > Prioridade de intervenção no Algarve, nos pólos Porto Santo e Litoral Alentejano e em Lisboa
- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e gaps de competitividade
- > Protecção das orlas costeiras e requalificação de vilas/aldeias nas zonas envolventes
- > Ordenamento e segmentação da área das praias para prestação de serviços de apoio a segmentos diversos
- > Incentivo ao desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de praia
- > Desenvolvimento de actividades alternativas à praia
- > Definição de indicadores para standards de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas monoproduto
- > Proposta de ZTIs para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pelas equipas

Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > CCDR Algarve e outros Ministérios
- > Municípios
- > Regiões de Turismo e ARPTs
- > Associações do sector
- > Outras a definir

Turismo Náutico - Visão a 10 anos

- > Lisboa e Algarve como alternativa para o Turismo Náutico no Inverno e Verão, bases de iates de turistas do norte da Europa (invernagem)
- > Possibilidade de cabotagem ao longo da costa portuguesa
- > Multiplicidade de ofertas para actividades marítimo-desportivas no Algarve, Lisboa, Madeira (incluindo Porto Santo), Açores e Alentejo (pólos Alqueva e Litoral Alentejano)
- > Crescimento acima de 8% ao ano

Âmbito

- > Diagnóstico detalhado do produto nas regiões prioritárias com identificação de carências e *gaps* de competitividade (inc. regulamentação)
- > Infra-estruturas e serviços de nível internacional para a náutica de recreio, em especial em Lisboa e Algarve
- > Infra-estruturas e serviços de apoio de cruzeiros
- > Prospecção e incentivo a rotas de cruzeiros
- > Desenvolvimento de excursões nos principais portos de cruzeiros (Lisboa, Portimão, Funchal)
- > Promoção de eventos náuticos de grande projecção
- > Definição de indicadores para *standards* de qualidade
- > Definição de prioridades de intervenção
- > Gestão da intervenção em iniciativas mono produto
- > Proposta de Zonas Turísticas de Interesse para intervenções em coordenação com outros produtos, ou que envolvam urbanismo, ambiente e paisagem
- > Definição de objectivos e linhas de orientação para a promoção e distribuição
- > Outros a definir pela equipa

Entidades a envolver

- > Turismo de Portugal
- > PC Ministros – Desporto
- > MOPTC e outros Ministérios
- > Municípios
- > DRT's, Regiões de Turismo e ARPTs

Em estreita articulação com estes documentos orientadores, o PO Algarve 21 - **Programa Operacional Regional para 2007-2013** reforça a necessidade de apostar estrategicamente no Mar Algarve prevendo a possibilidade de apoios específicos para projectos ou actividades económicas que lhe estão associadas, ou outras que indirectamente concorram para a consolidação da estratégia em torno do Mar Algarve.

O *cluster* Turismo e Lazer deverá, deste modo, beneficiar de apoios majorados ao nível dos incentivos financeiros aos investimentos imateriais das empresas. Acresce que, no âmbito do *cluster*, pretende dar-se um tratamento privilegiado a novos produtos turísticos e a actividades emergentes, tais como os serviços ligados à náutica de recreio (reparação, conservação e recolha de embarcações). Em relação a actividades industriais será de apoiar aquelas cuja produção se destine sobretudo ao mercado turístico ou tenha fortes relações com a actividade turística, como por exemplo a construção de embarcações de recreio.

Ainda no âmbito do *cluster* prevê-se uma acção específica relativa ao turismo de cruzeiros. O alargamento do cais do porto de Portimão deve ser considerado, por forma a permitir receber navios de maior dimensão, bem como outras intervenções complementares que permitam consolidar esta infra-estrutura como um novo pólo de competitividade regional.

A medida de apoio ao ordenamento e valorização da orla costeira compreende diversas acções, na perspectiva da sua requalificação, protecção e da prevenção de riscos.

Outra das medidas identificadas no Programa Operacional refere-se à valorização do Guadiana e do Arade, através da melhoria das condições de navegabilidade e subsequente promoção da náutica de recreio, na óptica do aproveitamento do potencial dos territórios do Baixo Guadiana e da Bacia do Arade.

Na base destes pressupostos identificou-se como prioritária a elaboração de uma Agenda Estratégica para o Mar Algarve. Pretende-se com isso otimizar o aproveitamento dos recursos ligados ao Mar, assegurando a sua protecção, articular a sua exploração com a investigação científica e a inovação, garantir a utilização sustentável do meio marinho, monitorizar os recursos e a dinâmica costeira, requalificar as frentes de mar e diversificar a oferta turística, associando estas acções numa política integrada e holística, de governação eficiente, moderna e inovadora.



Fotografia: Natura Algarve Ecoturismo

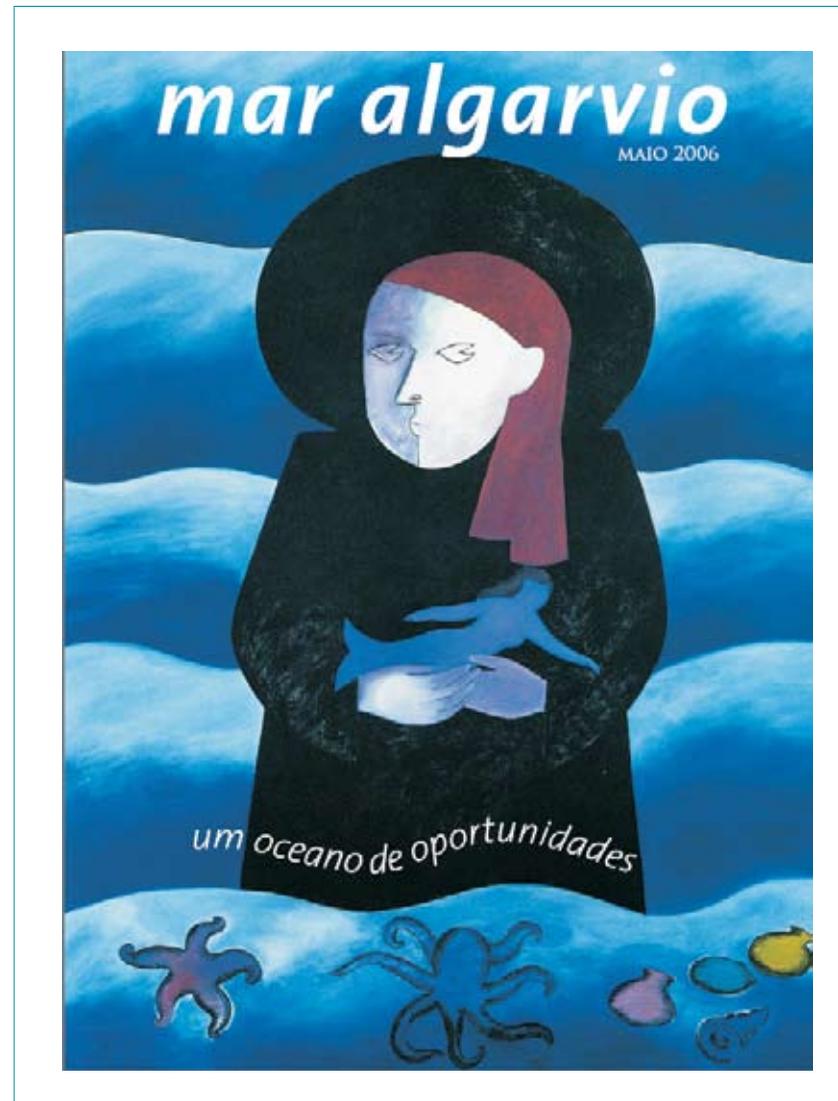
3. Os passos para a definição de uma Estratégia para o Mar Algarve



3. Os passos para a definição de uma Estratégia para o Mar Algarve

A necessidade de uma estratégia regional para o Mar tem sido reconhecida no decorrer das inúmeras iniciativas que se lançaram, e que serviram para criar as bases para a discussão dos caminhos a percorrer para que o Mar se possa tornar num dos principais factores de desenvolvimento da região (se devidamente explorado e salvaguardado). De entre essas iniciativas, destaca-se:

- Assunção do *Mar como recurso regional estratégico* no âmbito da Estratégia de Desenvolvimento e no âmbito das linhas de prioridade do Programa Operacional, ambos referentes ao período de programação 2007-2013;
- Constituição do Conselho Regional do Mar a 17/03/2006, integrando diversos parceiros (*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve* (CCDR Algarve), *Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos Delegação do Algarve* (IPTM), *Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade* (ICNB), *Instituto da Água* (INAG, IP), *Administração Regional Hidrográfica do Algarve* (ARH Algarve), *Direcção Regional de Pescas do Algarve* (DRPA Algarve), *Associação de Municípios do Algarve* (AMAL), *Universidade do Algarve*, *Instituto Nacional dos Recursos Biológicos, I.P./IPIMAR*, e *Zona Marítima do Sul*, que contribuíram para a elaboração das bases para o Plano Estratégico do Mar;
- Conferência Algarve 2015 “*Mar Algarvio: um oceano de oportunidades*”, que decorreu em Portimão em 26/05/2006, (programa em Anexo I) e onde estiveram presentes cerca de 200 participantes e 26 oradores.



Capa da Revista Mar Algarvio



A conferência teve como objectivo lançar o debate sobre o tema e reforçar o papel da região na afirmação das suas potencialidades. Nesse sentido, foi lançada a revista “Mar Algarvio”, distribuída a nível nacional nos jornais Diário Económico e Diário de Notícias, com a identificação de casos de sucesso e boas práticas empresariais, bem como de investigação aplicada orientada para o sector, no Algarve.

Na ocasião, de forma simbólica, foi assinado o texto de entendimento sobre a constituição de um Fórum do Mar, com o objectivo de reunir as diversas entidades públicas da região com intervenção nos assuntos do Mar interessadas em cooperar, no âmbito das respectivas atribuições e competências, na definição e implementação de uma estratégia para o Mar Algarve.



“Fórum do Mar “ Algarve

- Considerando que Portugal necessita de uma política marítima abrangente, fundamentada e de longo prazo para gerir a enorme área marítima sob a sua jurisdição, que corresponde só por si a mais de metade de todo o mar da União Europeia;
- Considerando a contribuição para os objectivos de Lisboa e Gotemburgo para a garantia da utilização sustentável do meio marinho;
- Considerando que a conjugação da iniciativa da Comissão Europeia de elaborar um livro verde sobre a Política Marítima Europeia com a preocupação do governo português em avançar com a Estratégia Nacional para o Mar poderá conferir a Portugal uma importante vantagem perante os seus parceiros comunitários;
- Considerando que o Mar é para Portugal uma fonte única de oportunidades de desenvolvimento, devendo, como tal, ser valorizado numa perspectiva de equilíbrio entre o que foi no passado, o que é no presente e o que deverá ser no futuro;
- Considerando que Portugal deve assumir a sua verdadeira dimensão marítima, sensibilizando e mobilizando a sociedade para a importância acrescida que o Mar pode representar para todas as comunidades;
- Considerando que a importância histórico-cultural, social e económica do mar para o Algarve lhe confere um papel de relevo no contexto de nação marítima portuguesa;
- Considerando que o Mar é uma fonte importante de riqueza, com grande potencial de desenvolvimento, constituindo um recurso central para as actividades económicas nucleares para a região necessário à afirmação do Algarve no contexto Nacional e Internacional;
- Considerando que, neste quadro, Portugal pode projectar a experiência e o conhecimento acumulados, convocando as regiões que pela sua proximidade possam garantir uma estratégia integrada no fomento das potencialidades e na utilização dos recursos proporcionados pelo Mar;
- Considerando que o envolvimento de todas as entidades administrativas a nível nacional, regional e local na definição de uma estratégia regional para o Mar permitirá estabelecer sinergias de forma a melhorar a transversabilidade, integração e coerência das políticas que são relevantes para o meio marítimo.

Entendeu-se constituir o “Fórum do Mar” com o objectivo de:

- Cooperar, no âmbito das respectivas atribuições e competências, na definição e implementação de uma estratégia para o Mar Algarvio, associando outras instituições e regiões no sentido de, com elas, definir, elaborar e executar, com coerência, um Plano Estratégico para o Mar (2007-2013);
- Promover parcerias com outras instituições nacionais e europeias com vista a estabelecer um entendimento alargado sobre a utilização dos recursos do Mar;
- Criar novas formas de comunicação e de informação para dar corpo a este desígnio, designadamente através da criação de um website que promova as diferentes actividades relacionadas com o Mar.

Portimão, 26 de Maio de 2006

- Lançamento do portal “**Maralgarve**” (www.maralgarve.com) a 16/11/2006, por ocasião do dia Nacional do Mar, no Museu Marítimo Almirante Ramalho Ortigão em Faro.

O sítio do Mar Algarve pretende constituir-se como uma plataforma de divulgação e debate em torno da importância estratégica do Mar, para o Algarve e para o país, disponibilizando notícias, legislação e documentos de referência relacionados com o tema.

Nos dois anos da sua existência a página registou 33.924 visitantes, correspondendo a 91.802 visitas (125 dia) e 382.841 páginas visualizadas (523 dia). Importa ainda referir que, neste período, foram disponibilizadas 871 notícias (média de 8,4 notícias por semana) e 123 documentos, tendo-se registado 8.511 downloads.



- Participação da Região do Algarve no projecto de cooperação transfronteiriça “**Mares da Europa**”, coordenado pela Conferência das Regiões Marítimas Periféricas da Europa, entre Março de 2005 e Dezembro de 2006, tendo em vista reforçar a intervenção das regiões na definição da Política Marítima Europeia.

- Seminário de Abertura da ExpoMar – Olhão (Programa em Anexo II), a 4/4/2007, com o objectivo de apresentar as bases da **estratégia regional para o Mar**. Na ocasião, a consultora externa (Dra. Isabel Noronha) contratada para coordenar a elaboração do diagnóstico da Região, apresentou a uma plateia com mais de 100 participantes, as linhas gerais do Plano Estratégico do Mar Algarve.



Neste contexto, a CCDR Algarve esteve também presente com um **stand** temático alusivo ao Mar, entre os dias 4 e 8 de Abril. A Feira registou mais de 50.000 visitantes.

- Em Dezembro de 2007, foi adjudicado ao Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo (CIITT) da Universidade do Algarve o estudo relativo ao **Perfil e Potencial Económico e Social do Turismo Náutico no Algarve**. Este trabalho permitirá aprofundar o conhecimento sobre a náutica de recreio, actividade com potencial de desenvolvimento, identificada na Estratégia de Desenvolvimento Regional. Será assim possível, com base em inquéritos aos nautas e levantamentos efectuados junto das marinas do Algarve, caracterizar melhor a realidade da oferta e procura identificar áreas de intervenção para fundamentar o processo de apoio à decisão no âmbito de eventuais apoios a conceder no quadro do PO Algarve 21.
- Seminário a 20/3/2008 durante a ExpoMar - Olhão, sobre **"A visão económica da náutica de recreio no Algarve"** (Programa em Anexo III). O Prof. Fernando Perna, coordenador do CIITT, apresentou os objectivos e as linhas gerais do estudo em curso e debateu, com os cerca de 80 participantes, as oportunidades e obstáculos que se colocam à actividade.



- Participação, no âmbito do OPEN DAYS 2008, num conglomerado de regiões Europeias (Southern England Local Partners (UK), South Norway (Norway) West Sweden (Sweden), Devon (UK), Upper Normandy (France), North Denmark (Denmark), Tulcea County Council (Romania) e Malta Business Bureau (Malta), que têm em comum preocupações centradas no desenvolvimento de novas oportunidades para as actividades marítimas, tendo-se organizado em Bruxelas, a 7/10/2008, um seminário dedicado ao tema da segurança e transporte marítimo (**"Regions making the MOST of our seas: Maritime Opportunities within Safety and Transport"** - Programa em Anexo IV), que contou com cerca de 180 participantes.
- Conferência, a 20/10/2008, com o Prof. Ernâni Lopes, na biblioteca de Olhão, subordinada ao tema **"Clusters Marítimos e o Desenvolvimento Regional"**. O encontro ocorreu no âmbito do Evento Local das Jornadas Europeias do OPEN DAYS 2008 (Programa em Anexo V), tendo registado mais de 120 presenças.

Na ocasião procedeu-se à primeira apresentação nacional do estudo sobre o **Hypercluster da Economia do Mar**, cuja elaboração foi coordenada pelo orador, e debateu-se o papel da Região do Algarve e do seu (Micro) Cluster no contexto nacional.



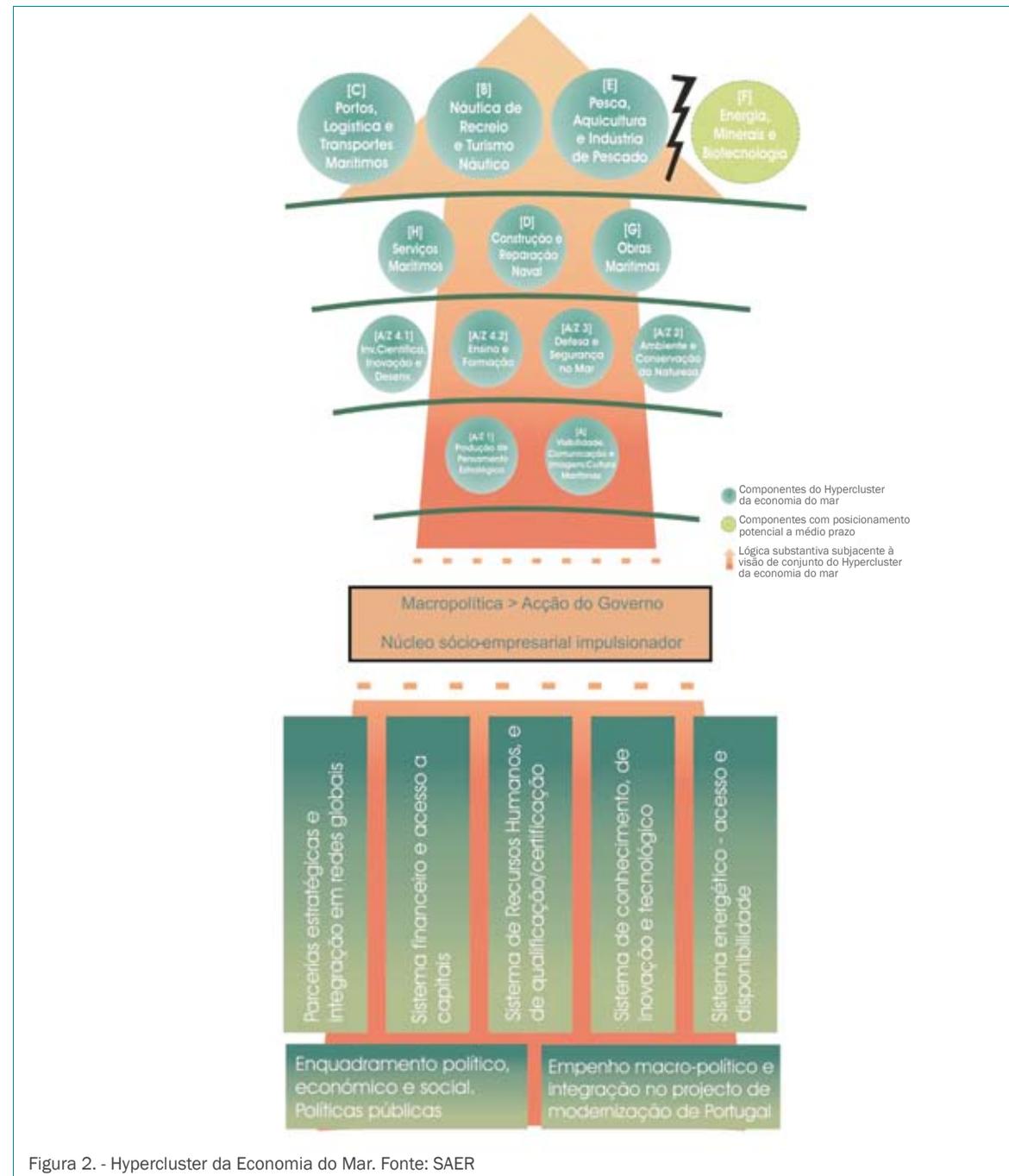


Figura 2. - Hypercluster da Economia do Mar. Fonte: SAER

- Organização, a 17/11/2008, de um *Workshop* vocacionado para empresas, dedicado ao Turismo Activo e Turismo Náutico. O evento ocorreu no contexto do seminário “**Algarve: Um destino Turístico Sustentável. Estruturação de Recursos em Novos Produtos Turísticos**” (Programa em Anexo VI), organizado pelo *Enterprise Europe Network* e pela CCDR Algarve. O encontro, com cerca de 80 participantes, permitiu debater, entre outros assuntos, o papel que a náutica e os recursos naturais podem ter no contexto do **cluster** regional do Mar.



Como se pode verificar, pela identificação destes marcos e do caminho percorrido ao longo de quase três anos, a temática do **Mar Algarve** foi largamente debatida e participada, envolvendo todos os níveis da administração, as áreas de investigação e empresarial e um leque variado e substantivo da sociedade civil. Em nosso entender, estão lançadas e validadas de forma sustentada as bases e os pressupostos para a definição de uma Estratégia Regional para o Mar Algarve.



Fotografia: Natura Algarve Ecoturismo

4. Subsídios para uma Estratégia para o Mar Algarve



4. Subsídios para uma Estratégia para o Mar Algarve

Os subsídios propostos para uma estratégia para o Mar Algarve caracterizam-se por uma visão e objectivos claramente ambiciosos e difíceis de alcançar no curto prazo, devendo desenvolver-se, ao longo do seu processo de implementação, acções concretas associadas àqueles mesmos objectivos.

Este é, assim, um documento aberto e iterativo, com medidas prioritárias que deverão ser adaptadas e ajustadas ao aprofundamento do conhecimento do mar do Algarve, bem como à identificação de novas prioridades.

A proposta para a estratégia do Algarve visa dar cumprimento à política nacional de oceanos à escala regional, por um lado, e conduzir à criação e desenvolvimento de uma imagem de marca, consolidando a identidade marítima da região do Algarve, por outro. A sua implementação é um trabalho moroso, requerendo dedicação e empenho dos seus participantes, bem como uma mudança de cultura no trabalho, expandindo a visão sectorial para multi-sectorial, bem como por uma atitude de colaboração, de aprendizagem constante, quer ao nível técnico, quer ao nível das capacidades humanas.

Ambiciona-se mobilizar esforços para a definição de um programa integrado para o Mar, que seja capaz de fundamentar prioridades de intervenção e estratégias de actuação a nível regional e cujas componentes sejam claramente sinérgicas e complementares, envolvendo investimento público e privado, com efeitos no desenvolvimento e modernização da região.

Porque o recurso Mar apresenta um carácter transversal, diversas são também as estratégias nacionais e internacionais em que este documento procura enquadramento e articulação, integrando orientações de vários documentos de referência, designadamente:

- Estratégia Nacional para o Mar
- Estratégia de Desenvolvimento da Região do Algarve 2007-13
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- Estratégia Nacional para a Energia
- Estratégia dos Mares da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional
- Lei da Água
- Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário
- Plano Estratégico Nacional de Turismo
- Plano Estratégico Nacional para as Pescas
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
- Plano Tecnológico
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira
- Planos Especiais de Ordenamento do Território
- Prioridades para o Litoral 2007-2013
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
- Programa Nacional de Desporto para Todos
- Programa Nacional de Turismo de Natureza
- Livro Branco Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI
- Livro Verde da Política Marítima Europeia
- Livro Branco para a Governança Europeia
- Política das Pescas
- Convenção de OSPAR
- Estratégia de Lisboa
- Cimeira de Gotemburgo
- Relatório da Comissão Nacional Oceanos: Um Desígnio nacional para o séc. XXI
- Agenda 21
- Toolbox da Política Marítima Europeia
- Política Marítima Integrada para a União Europeia

4.1 Diagnóstico dos recursos e das actividades ligadas ao Mar

O presente diagnóstico visa sistematizar as principais condições e pressupostos para o desenvolvimento da Estratégia do Mar do Algarve, conciliando e afirmando a identidade sócio-cultural da região com o mar, e utilizando as suas potencialidades naturais para desenvolvimento sustentável do mar no Algarve, através da eficiência e racionalização da utilização dos recursos naturais e humanos, nomeadamente a procura de sinergias entre os diversos actores e actividades.

A região do Algarve corresponde à área do distrito de Faro, integrando 16 concelhos. O ambiente natural e urbano, o património natural e os valores paisagísticos representam recursos e suportam serviços fundamentais ao desenvolvimento sócio-económico da Região, pelo que, no longo prazo, a sua correcta gestão e preservação constitui o garante da sustentabilidade das actividades económicas. Para o Algarve, a competitividade de diversos sectores, nomeadamente o turismo, a pesca, a aquicultura e a salicultura, depende directamente destes valores, sendo para tal essencial assegurar também condições de segurança de bens e pessoas.

A dimensão das actividades económicas relacionadas com o Mar é difícil de balizar, dadas as múltiplas economias transversais que directa e indirectamente utilizam e rentabilizam os recursos derivados ou associados ao Mar. Por outro lado, também os recursos humanos envolvidos nestas actividades são difíceis de quantificar. O diagnóstico centra-se, assim, apenas nos aspectos que mais directamente se relacionam com a Estratégia para o Mar do Algarve.

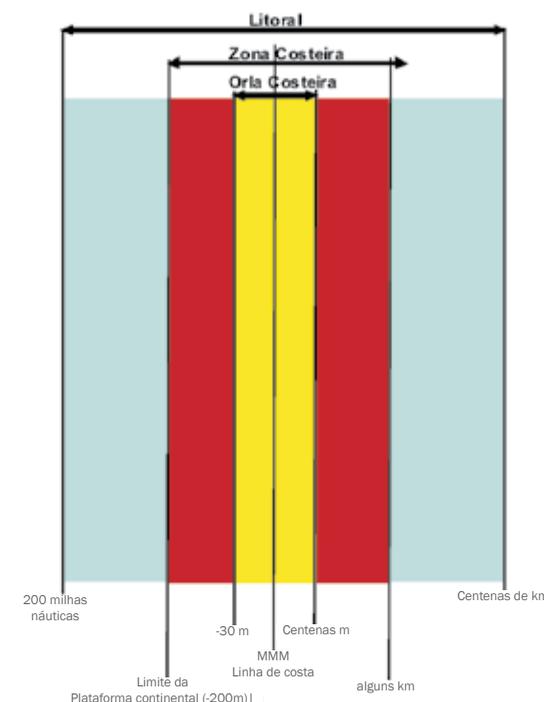


Figura 3. Limites propostos pelo Grupo de Trabalho sobre a elaboração de uma Estratégia para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional

Fonte: Bases para a estratégia de gestão integrada da zona costeira nacional, MAOTDR

4.1.1 Litoral

A faixa costeira da região (porção do território onde o mar exerce directamente a sua acção, coadjuvado pela acção eólica, que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e, para o lado do mar, até à batimétrica dos 30 m, englobando a profundidade de fecho) é composta por um conjunto de estruturas críticas para a conservação dos recursos naturais, marinhos e costeiros, e para a segurança de pessoas e bens, de que se destacam os estuários, as rias e as arribas. Aí se localizam um conjunto de habitats importantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, alguns de importância internacional, e fundamentais para o repovoamento e manutenção dos recursos pesqueiros.

O turismo, centrado em torno do produto “sol e mar”, é o principal impulsionador da economia regional. Esta característica determinou o desenvolvimento de um modelo de organização espacial concentrado numa estreita faixa ao longo do litoral, em particular na costa sul (Fig. 4) e uma ocupação do território marcada por sazonalidade bem vincada (Fig. 5). Com uma população residente de cerca de 400 mil habitantes (INE, 2005) e um número de turistas que se estima ascenda aos 600 mil (CCDR, 2004) no pico do Verão, a região atinge um volume populacional que ronda um milhão de indivíduos.

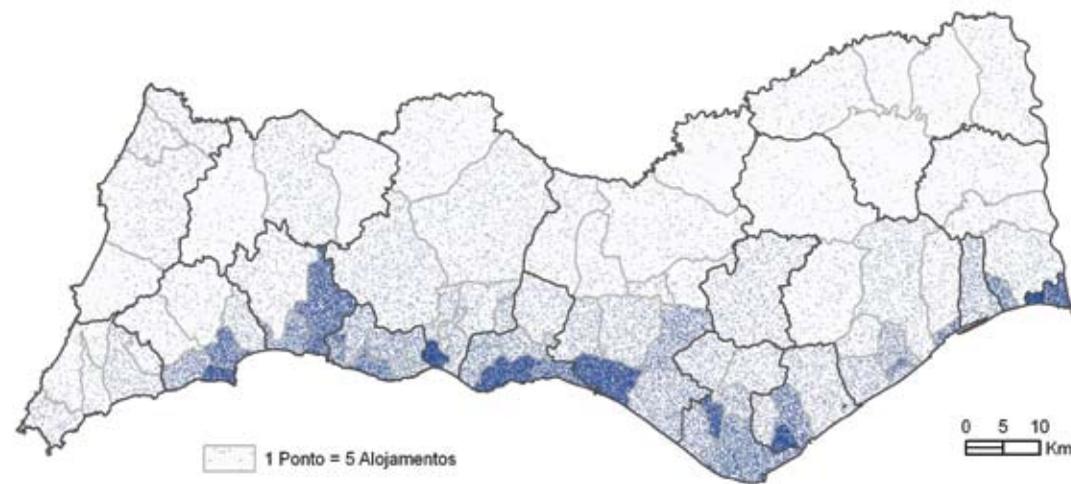


Figura 4. Distribuição espacial dos alojamentos familiares clássicos do Algarve, por freguesia
Fonte: Censos 2001, INE

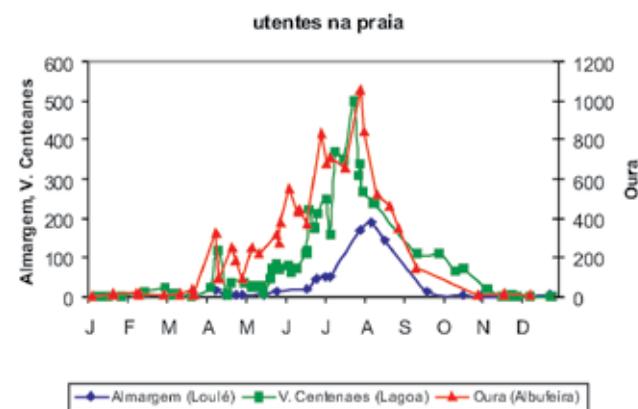


Figura 5. Variação anual dos utentes em três praias do litoral do Algarve (dados recolhidos nos anos 2004 a 2006, no período entre as 12h e as 16h em dias de semana)
Fonte: CCDR Algarve

A ocupação da faixa costeira do Algarve resulta da conjugação entre a morfologia do litoral e a pressão associada à utilização das praias.

Na Costa Vicentina a ocupação é incipiente e concentrada em pequenos núcleos urbanos, de que se destacam a vila de Odeceixe, Monte Clérigo, Sagres, Salema e Burgau.



Arribas cortadas em rochas paleozóicas na praia de Odeceixe



O litoral do concelho de Portimão. Em primeiro plano, a Praia da Rocha após o reordenamento do areal e a requalificação dos apoios de praia e apoios balneares impostos pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira (Burgau-Vilamoura).

Ao contrário da Costa Vicentina, a franja costeira do Barlavento está densamente ocupada, com inúmeras zonas urbanas que se estendem até ao areal e que cresceram associadas ao incremento do turismo e da procura das praias. A imagem aérea do litoral do Barlavento é de uma contínua mancha urbana que se adensa em torno das praias, com raros espaços livres. As zonas sem ocupação centram-se nos eixos das zonas dunares, na baía de Lagos, e em alguns troços de arriba entre o Burgau e a Praia da Luz, na Ponta da Piedade e na Praia da Falésia.

No Sotavento, a ocupação está em muito condicionada pelos acessos ao mar. Nos troços em que as praias têm ligação directa com o continente, como no litoral de Quarteira e na planície costeira da Manta Rota, a ocupação da franja costeira é quase contínua, interrompida por bolsas em que ainda subsistem cordões dunares bem conservados, como na Ponta da Areia em Vila Real de Santo António. Nas ilhas barreira, a ocupação concentra-se em núcleos, associados aos pontos em que foram construídos acessos rodoviários (praia de Faro), ou onde existe transporte marítimo regular (Farol, Culatra, Armona, Tavira).



Sector poente da Ria Formosa. Ao fundo, a península do Ancão e a barra nova do Ancão, aberta artificialmente em 1997. Foto obtida na baixa-mar de águas-mortas.

Os resultados inscritos na figura 6, baseados na distribuição espacial das classes de espaço constantes dos Planos de Directores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor eficazes, mostram que, numa primeira faixa costeira com 500 metros de largura contados para terra a partir da Linha Máxima de Águas-Vivas Equinociais, a área edificável ocupa pouco mais de um quinto da área disponível nesta faixa. Os resultados mostram que, actualmente, nesta faixa de 500m, a área edificável não ultrapassa uns residuais 1.3% da área total. Se se considerar uma faixa com uma largura de 2000m, aquelas razões sobem respectivamente para 45% e 10%. Estes dados espelham categoricamente a intensa pressão exercida sobre o litoral e o presente estado de quase exaustão dos espaços edificáveis na faixa costeira do Algarve.

O limiar de exaustão da capacidade legal de novas ocupações implica necessariamente que a geração de valor não mais se poderá basear no factor quantidade, antes redireccionar-se para o factor qualidade. Quer os objectivos estratégicos do PROT, quer as linhas de força dos três Planos de Ordenamento da Orla Costeira do Algarve, e o conjunto de intervenções associadas aos mesmos, apontam claramente para a primazia da requalificação e da valorização da faixa costeira, impondo severas restrições à sua ocupação.

Largura da faixa costeira	Edificado/edificável (%)	Edificabilidade condicionada ou impedida (%)	Corredores ecológicos do PROT fora de área condicionada (%)	Livre (%)	Total (%) 500m
500m	27.9	45.0	0.6	1.3	100
500-2000m	45.0	43.3	1.0	10.7	100

Base de avaliação: PDM, PU, PP e licenças de empreendimentos turísticos

Figura 6. Situação actual do edificado/edificável na faixa costeira do Algarve

Fonte: PROT Algarve, CCDR Algarve

A figura 7 apresenta os valores da área dos areais disponíveis nas praias balneares, em condições de meia-maré, nas três grandes unidades morfológicas do Algarve, reproduzindo de forma sintética a disponibilidade deste recurso natural. Dos resultados ali inscritos é evidente a relação directa entre a área de areal disponível e o nível de ocupação da franja costeira, o que não surpreende, tendo em consideração que a procura da região é ainda essencialmente dirigida para a utilização das praias.

Unidade	Praias balneares (nº) *	Área total do areal a meia maré (ha)	Área média do areal a meia maré (ha)
Costa Vicentina	29	18	0.6
Barlavento	48	101	2.1
Sotavento	44	68	1.5

* as praias balneares são apenas aquelas em que as condições de assistência aos banhistas estão obrigatoriamente asseguradas e possuem apoios de praia com infra-estruturas.

Figura 7. Síntese quantitativa do recurso natural praia do Algarve

Fonte: Estudos preparatórios do PROT Algarve, CCDR Algarve

Na Costa Vicentina o recurso praia é mais parco, consequência da morfologia do litoral e da escassez de fontes sedimentares capazes de manter areais de grandes dimensões. A exiguidade das praias da costa ocidental determina uma menor procura e, consequentemente uma menor pressão sobre a faixa costeira.

No Barlavento, onde os acessos às praias estão assegurados na grande maioria dos casos, o recurso praia é explorado na sua quase plenitude. No entanto, a densificação da ocupação na franja costeira, aliada à forte sazonalidade da utilização, determina a existência de níveis de sobre-exploração das praias, em particular aos domingos durante a época balnear e, em

todo o período entre 15 de Julho e 15 de Agosto, quando o conforto dos utentes desce a níveis muito baixos, decorrentes da alta densidade de ocupação dos areais, particularmente agravado em condições de preia-mar.

No Sotavento, apesar de, em termos absolutos, o recurso praia ser maior (uma parte considerável das praias do Sotavento não são classificadas como praias balneares), a dificuldade de acesso às ilhas-barreira restringe a sua utilização normal. No litoral de Quarteira e na planície costeira da Manta Rota-Vila Real de Santo António, a utilização das praias no pico da época balnear atinge níveis de densidade idênticos aos verificados no Barlavento.

A linha de costa regional tem evoluído ao longo dos séculos devido à actuação de fenómenos de origem natural, associados a aspectos climáticos e geológicos, e de factores humanos relacionados com as intervenções na zona costeira e nas bacias hidrográficas.



Figura 8. Características do fenómeno erosivo em litoral de arriba arenosa
Fonte: CCDR Algarve



Figura 9. Características do fenómeno erosivo em litoral de arriba rochosa
Fonte: CCDR Algarve

Nas últimas décadas, devido ao aumento da pressão das actividades humanas na linha de costa, nomeadamente a construção de barragens, dragagens portuárias, exploração de inertes nos leitos fluviais, construção de molhes, obras de “protecção costeira”, pisoteio das dunas, tem conduzido a uma diminuição da quantidade de sedimentos fornecidos ao litoral e acelerado o processo de erosão costeira, verificando-se que:

- os troços com maiores taxas de erosão em litoral de arriba arenosa verificam-se no concelho de Loulé, e em litoral arenoso nos concelhos de Faro e Loulé, enquanto que,
- as zonas mais problemáticas em litoral de arriba rochosa ocorrem nos concelhos de Albufeira e Portimão.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), são os instrumentos de gestão territorial que intervêm directamente na zona costeira e que regulamentam toda a orla costeira, abrangendo tanto o domínio público marítimo, como uma faixa de protecção terrestre com a largura máxima de 500 metros, e uma faixa marítima de protecção que tem como limite máximo a batimétrica – 30.

Na região do Algarve, já se encontram aprovados e publicados os 3 POOC: Sines-Burgau, Burgau-Vilamoura e Vilamoura-Vila Real de Santo António. Estes planos visam planejar de forma integrada os recursos do litoral definindo os condicionamentos, vocações, usos dominantes e a localização de infra-estruturas de apoio a esses usos. Têm como objectivos, o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza. A requalificação de apoios de praia, balneares e pesca constituem a face mais visível do conjunto das intervenções realizadas, apresentando ambos os POOC níveis bastante satisfatórios de execução, sendo no entanto superior no POOC Burgau/Vilamoura.

Ao longo da costa sul algarvia encontram-se diversas infra-estruturas de protecção costeira. Os esporões ou molhes são obras de protecção costeira perpendiculares à linha de costa, geralmente construídos em material rochoso mas podendo ser em betão ou peças de betão. Os enrocamentos ou paredões são estruturas longitudinais, desenvolvendo-se ao longo da praia, e têm como objectivo salvaguardar construções em zonas de erosão. Existem ainda quebra-mares, geralmente associados a zonas portuárias, marinas de portos de recreio.

- 2 quebra-mares da Marina de Vilamoura (660 e 430m)
- 5 esporões nas praias de Vilamoura (entre 180 e 210m)
- 2 quebra-mares do porto de pesca de Quarteira (450 e 320m)
- 7 esporões nas praias de Quarteira (entre 100 e 140m)
- 2 quebra-mares da barra artificial Faro-Olhão (600 e 1300m)
- 2 quebra-mares da barra de Tavira (350 e 300m)
- 2 esporões na ilha de Cabanas (50m)
- Quebra-mar na foz do Guadiana (2040m)

Infra-estruturas de protecção costeira entre Vilamoura e Vila Real de Santo António (ICN, 2002)

Matriz SWOT Litoral

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Existência de instrumentos de gestão territorial (POOC, Planos de Pormenor; em elaboração ou implementação) e de elevado número de figuras jurídicas com estatutos de protecção (Domínio Público Marítimo, RAN, REN, Rede Natura 2000, POOC e estatutos); - Existência de Cartas de Vulnerabilidade e Risco às acções do mar (Faixas de risco nos POOC); - Intervenções de requalificação de frentes urbanas ribeirinhas, de valorização de praias, de consolidação de arribas; - Existência de laboratórios para a monitorização da qualidade das águas balneares e conquícolas; - Contexto favorável ao desenvolvimento de uma política dos mares, com programas europeus que apoiam o desenvolvimento de acções de sensibilização e mobilização de ONG, bem como a comunicação e ciência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente capacidade de execução e fiscalização de algumas intervenções previstas nos planos de praia; - Excessiva fragmentação das competências de jurisdição e de acções de fiscalização; - Dificuldade técnicas e jurídicas na delimitação do Domínio Público Hídrico, geradoras de conflitos e de situações anómalas nomeadamente de transacção e afectação de terrenos do Domínio Público Marítimo; - Insuficiente monitorização dos recursos naturais em particular nas áreas protegidas e em mar aberto; - Falta de estratégia e de sistema de monitorização global; - Gestão não integrada (intervenções avulsas, sem perspectiva ecossistémica, algumas sem estudos de avaliação do impacte ambiental ou não respeitando as recomendações técnicas); - Inexistência de mecanismo permanente para acompanhamento da política do mar.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Articulação dos Instrumentos de Gestão do Território com os planos sectoriais; - Regulação do uso de bens públicos, utilizando uma legislação adequada e eficaz, e disponibilizando recursos financeiros e técnicos; - Maior intervenção das autarquias na requalificação e gestão dos espaços balneares; - A requalificação da zona costeira enquanto “bandeira” de mobilização da sociedade civil e das instituições; - Sinergias entre a directiva das águas balneares e o combate à poluição, no âmbito dos planos de actuação em caso de acidente e da previsão de acidentes de poluição; - Sinergia entre a nova directiva das águas e melhoria dos sistemas de monitorização da qualidade ambiental e da saúde; - Conjuntura política nacional e internacional favorável às políticas integradas de oceanos, conservação do meio marinho a ao desenvolvimento da economia do mar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disfunções, incompatibilidade e fraca regulamentação de usos resultantes de interesses económicos diversos; - Conflitos derivados da existência de múltiplos interesses; - Crescente procura e pressão sobre os recursos da zona costeira; - Incremento da utilização de espaços balneares para fins recreativos sem a respectiva regulamentação/fiscalização; - Artificialização da linha de costa; - Dificil controlo da utilização das áreas equipadas e da envolvente próxima, condicionando as acessibilidades; - Sensibilidade da linha da costa a dinâmicas de carácter erosivo; - Aumento dos riscos associados à ocupação de áreas ribeirinhas, em consequência do possível aumento do nível médio das águas do mar; - Dificuldades financeiras para implementação de programas de melhoria da qualidade das águas balneares; - Turismo excessivamente associado ao desenvolvimento urbanístico, insuficientemente estruturado e em significativas extensões do litoral.

4.1.2 Conservação da natureza

Cerca de 12,2 % da área total terrestre do Algarve tem estatuto de protecção no domínio da conservação da natureza pelo Estado português. Esta classificação obedece tanto a objectivos de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e ou social.

Nesse âmbito encontram-se oficialmente classificadas: 3 Zonas Húmidas de Importância Internacional ao abrigo da Convenção de RAMSAR (Áreas RAMSAR); 1 Reserva Biogenética do Conselho da Europa; 2 Sítios Classificados; 3 Áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (1 Reserva Natural e 2 Parques Naturais), 10 Sítios de Interesse Comunitário (SIC), e 5 Zonas de Protecção Especial (ZPE), sendo que estes dois últimos compõem a Rede Natura 2000.

As Áreas Protegidas no Algarve totalizam uma área de cerca de 490 km²: a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António com 20,89 km², o Parque Natural da Ria Formosa com 176,64 km² e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina com 606,24 km² em área terrestre e 289,92 km² em área marinha (este Parque estende a sua área pela região do Alentejo).

Algumas das classificações referidas sobrepõem-se na mesma área geográfica, reflectindo assim a relevância destes sítios para a conservação da natureza. Parte significativa destas áreas de importância internacional (Reserva e Parques Naturais) situam-se na zona costeira (Ria Formosa, Sapal de Castro Marim, Costa Vicentina, Ria de Alvor). São ecossistemas frágeis, diversos e ricos, sujeitos a grande pressão uma vez que é na zona litoral que se situam os maiores centros urbanos, sendo a concentração de actividades e população significativa. Refira-se que, em 2001, 69% da população regional residia em freguesias costeiras.

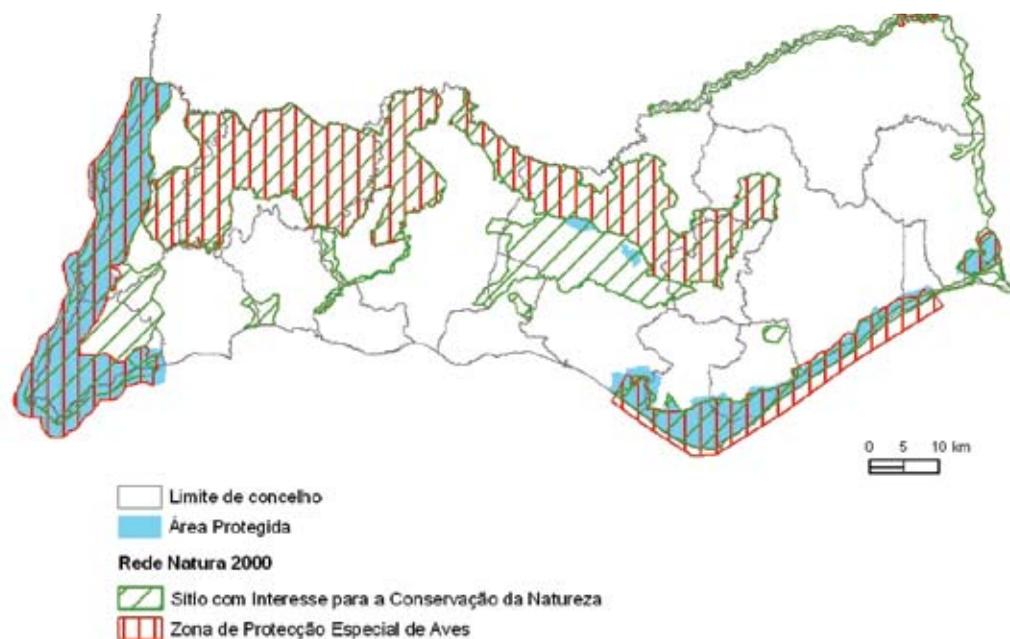


Figura 10. Áreas sensíveis delimitadas

No Algarve, a Reserva Ecológica Nacional Submarina (RENS) ocupa uma superfície de cerca de 750Km², repartida pela costa ocidental (80Km²) e meridional (670Km²), equivalente à área do concelho de Loulé, o mais extenso da região.

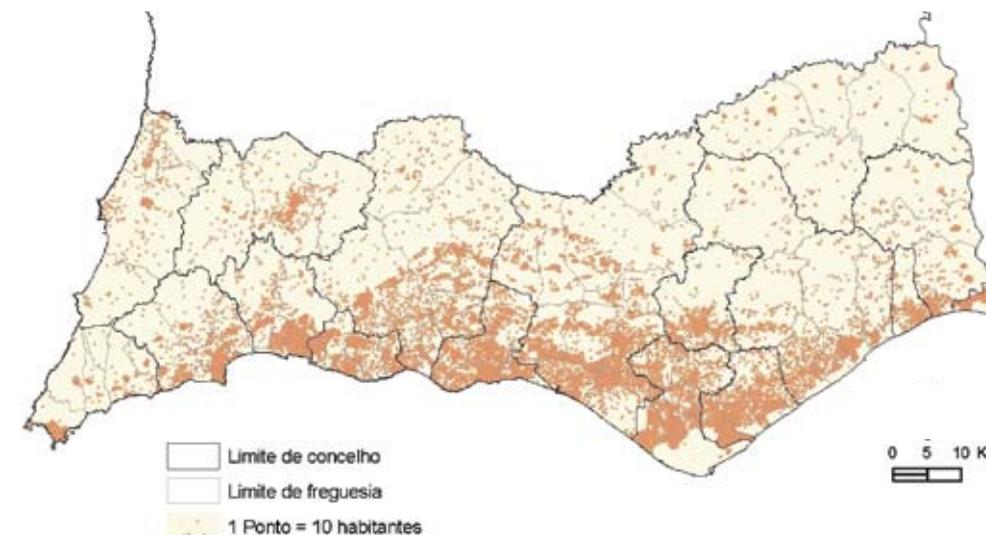


Figura 11. Distribuição da população residente

Fonte: Censos 2001, INE

A largura da faixa da RENS varia entre poucas centenas de metros, nas imediações dos cabos de S. Vicente e St.ª Maria, até mais de 8Km ao largo da foz do Rio Guadiana, consequência da extensa acumulação submarina associada ao pró-delta deste rio. Apesar da importância óbvia em termos territoriais da RENS, em particular no Algarve, ocupando superfície equivalente a cerca de 15% da área emersa, a informação existente sobre esta parte do território é muito incipiente, praticamente inexistente.

Dada a sua localização particular, a área da RENS e o plano de água associado estão sujeitos a usos diversos, nomeadamente a navegação costeira, a pesca, a recolha de marisco, aquacultura e várias actividades ligadas ao turismo e ao lazer como a náutica desportiva ou de recreio e o mergulho amador. Incluiu ainda manancial importante de recursos naturais vivos, em particular peixes e bivalves, e de inertes, em particular as areias e cascalhos, potenciais manchas de empréstimo para alimentação artificial de praias.

Os instrumentos tradicionais de regulação da pesca costeira têm-se mostrado insuficientes para garantir uma exploração sustentável dos recursos da pesca. Actualmente, os recifes artificiais são uma resposta a este problema, contribuindo para o incremento da produção biológica, promoção da biodiversidade, protecção de juvenis e revitalização dos ecossistemas, entre outros. Complementarmente, os recifes artificiais são também usados como pontos de interesse para o mergulho.

A colocação de recifes artificiais na costa portuguesa é relativamente recente. Em 1990 o IPIMAR/Olhão implementou na costa algarvia um projecto-piloto desta natureza. Desde Julho de 2003, existem na costa algarvia sete conjuntos recifais artificiais constituídos por diferentes módulos (Alvor, Oura, Vilamoura, Faro/Ancão, Olhão, Tavira e Cacela), a maior estrutura deste tipo na Europa. O complexo recifal artificial do Algarve compreende mais de 20.500 módulos e ocupa (de forma descontínua) uma área total de 43,5 km², com uma área de influência estimada de 67 km².

Matriz SWOT Conservação da natureza

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Áreas de elevada qualidade ambiental, diversidade e riqueza de habitats e espécies; ecossistemas com valor científico e conservacionista reconhecido; - Disponibilidade de informação científica sobre algumas destas áreas; - Inexistência de situações de sobre ocupação e degradação ambiental em larga escala; - Existência de instrumentos de gestão territorial (POOC, Planos de Pormenor; em elaboração ou implementação) e de elevado número de figuras jurídicas de protecção da natureza (DPM, RAN, REN, Rede Natura 2000 e estatutos); - Existência de enquadramento normativo internacional e de apoio comunitário adequado às necessidades e escalas nacionais; - Enquadramento regional das políticas de descentralização, desenvolvimento económico e social e de ordenamento do território; - Reconhecimento da elevada importância dos espaços naturais como atractivo turístico; - Intervenções de recuperação e valorização concluídas e em curso - Condições favoráveis para o usufruto, em conforto e segurança, da natureza e do espaço público - Presente dinâmica para o desenvolvimento de uma política dos mares, com programas europeus que apoiam o desenvolvimento de acções de sensibilização e mobilização de ONG, bem como a comunicação e ciência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Degradação de diversos habitats; sensibilidade ecológica das espécies e do sistema natural; - Existência de áreas com especial interesse para a conservação ainda não classificadas; - Fraco desenvolvimento socioeconómico nas áreas naturais com Estatuto de Protecção; - Insuficiente monitorização dos recursos naturais em particular nas áreas protegidas e em mar aberto; - Falta de estratégia e de sistema de monitorização global para a região - Insuficiente informação e divulgação ao público sobre os valores naturais; - Insensibilidade de parte da população/ actores em geral para a protecção dos valores naturais; - Qualificação limitada dos recursos humanos e insuficiência de quadros técnicos adstritos às áreas protegidas; - Falta de recursos financeiros para a gestão das áreas protegidas; - Excessiva fragmentação das competências e jurisdição de actuação; - Dificuldade e ineficácia de fiscalização por parte das autoridades; - Insuficiente capacidade de execução de algumas intervenções previstas nos planos de praia; - Incipiente aproveitamento de estratégias de parceria e de incentivo ao mecenato ambiental; - Falta de núcleos de projecto para a articulação/integração com o sector da investigação nas áreas da gestão, monitorização e investigação aplicada; - Fraca perspectiva de integração dos modelos de gestão praticados (intervenções avulsas, algumas sem estudos de avaliação do impacte ambiental ou não respeitando as recomendações técnicas);

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Articulação dos instrumentos de gestão territorial com os planos sectoriais; - Existência de áreas com estatuto de protecção, que se constituem como sistemas dinâmicos entre processos físicos, químicos, biológicos e socioeconómicos de grande sensibilidade e que requerem abordagens especializadas; - Regulação do uso de bens públicos, utilizando legislação adequada e eficaz, e disponibilizando recursos financeiros e técnicos; - Desenvolvimento de esforços para maior concertação de interesses públicos e privados na gestão integrada de algumas áreas mais sensíveis; - Atingir um desenvolvimento ecologicamente sustentável; - Incremento na aplicação da Directiva - Quadro da Água, Directiva Habitats e Convenções internacionais; - Incremento na monitorização ambiental; - Promoção de medidas de sensibilização e de educação ambiental; - Maior sensibilidade das novas gerações com mais cultura ambiental; - Aumento da compreensão das autoridades locais das vantagens da exploração sustentável dos recursos; - Diversidade de espaços naturais para actividades recreativas; - Criação de novas ANEPs, nomeadamente Áreas Marinhas Protegidas; - Tendências que privilegiam o conceito de “<i>building with nature</i>”. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disfunções, incompatibilidade e fraca regulamentação de usos resultantes de interesses económicos díspares – mercados e economias locais – ou de aculturação de hábitos e usos tradicionais das populações locais (caça, pesca, pastorícia, aquacultura); - Crescente procura / pressão turística e urbanística; actividades de exploração de recursos; perturbação de espécies e habitats; - Agravamento da desertificação populacional das áreas protegidas, factor limitador de uma gestão adequada e integrada; - Acréscimo das dificuldades de gestão das áreas protegidas que incluam territórios privados.

4.1.3 Actividades da Pesca, Aquicultura e Salicultura

Pescas

As pescas, historicamente, são um dos principais recursos económicos e certamente uma das primeiras actividades humanas na região. A região tem vantagens importantes no domínio das pescas, designadamente um elevado potencial de recursos, uma frota importante e um mercado com grande apetência ao consumo de produtos do Mar. No quadro seguinte apresentam-se as principais características da pesca no Algarve, bem como o seu impacto a nível nacional:

Indicador	Valor
População residente e activa na pesca (2001)	3060
Pop. activa na pesca, por nível de ensino (2001) (%)	
Nenhum	5,8
EB-1º ciclo	55,6
EB-2º ciclo	16,7
EB-3º ciclo	11,2
Ens. Secundário	9,1
Ens. Médio	0,1
Ens. Superior	1,7
Por grupo etário (2001) (%)	
15 a 24 anos	5,2
25 a 34 anos	17,7
35 a 44 anos	26,7
45 a 54 anos	27,2
55 a 64 anos	19,5
65 ou mais anos	3,7
Pescadores matriculados 31/12/2007 (nº)	3.194
entre 16 e 34 anos (%)	20,9
entre 35 e 54 anos (%)	56,2
mais de 55 anos (%)	22,9
Pescadores por tipo de pesca 2007 (%)	
Águas interiores não marítimas	2,2
Pesca do arrasto	10,0
Pesca do cerco	11,2
Pesca polivalente	76,7

Figura 12. Recursos humanos afectos ao sector da pesca, no Algarve (continua)

Indicador	Valor
Distribuição dos pescadores por portos em 2004 (%)	
Lagos	19,5
Portimão	29,0
Olhão	34,5
Tavira	6,9
Vila Real de Santo António	10,1
Proporção pescadores Algarve/País 2007 (%)	18,8

Figura 12. (continuação) Recursos humanos afectos ao sector da pesca, no Algarve
Fonte: Estatísticas da Pesca, INE; Anuário Estatístico da Região do Algarve, INE

Indicador	Valor
Nº de embarcações	1.903
Com motor	1.696
Sem motor	207
Capacidade total da frota (tAB)	13.779
Capacidade média	7,2
Potência total da frota (Kw)	74.560
Potência média	44,0
Proporção da frota Algarve/País (%)	22,0
Distribuição da frota por portos em 2004 (%)	
Olhão	41,2
Lagos	19,1
Portimão	17,3
Tavira	11,2
Vila Real de Santo António	11,2

Figura 13. Características da frota de pesca do Algarve em 2007
Fonte: Estatísticas da Pesca, INE; Anuário Estatístico da Região do Algarve, INE

Indicador	Valor
Capturas nominais em águas nacionais (ton)	27.042
Capturas nominais em águas nacionais (1000€)	63.176
Capturas nominais em Espanha e Marrocos (ton)	690
Capturas nominais em Espanha e Marrocos (1000€)	2.587
Valor médio das capturas nominais (€/ton)	2.371,4
Principais espécies capt. seg. a quant. em águas nacionais (%)	
Cavala	28,3
Sardinha	15,7
Polvo	14,0
Carapau	6,6
Atum e similares	3,4
Carapau Negrão	5,1
Principais espécies capturadas seg. o valor (%)	
Polvo	24,0
Gambas	10,4
Lagostim	7,8
Sardinha	5,5
Carapau	4,0
Capturas nominais, por portos (ton)	
Olhão	12.990
Portimão	7.153
Lagos	3.546
Vila Real de Santo António	1.718
Tavira	1.635
Capturas nominais, por portos (1000€)	
Olhão	19.340
Vila Real de Santo António	16.373
Lagos	11.037
Portimão	9.418
Tavira	7.008
Capturas nominais em águas nacionais, por tipo de pesca (%)	
Pesca polivalente	56,6
Cerceo	28,8
Arrasto costeiro	14,6

Figura 14. Pescado descarregado nos portos do Algarve em 2007 (continua)
 Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

Indicador	Valor
Proporção das capturas nominais Algarve/País (%)	
Gambas	100,0
Lagostim	95,6
Besugo	47,7
Amêijoa	45,7
Polvos	44,4
Cavala	37,4
Lagostas e lavagantes	36,4
Valor capturas nominais Algarve/País (%)	22,9

Figura 14. (continuação) Pescado descarregado nos portos do Algarve em 2007
 Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

Apesar do sector da pesca ser constituído por uma frota eminentemente artesanal, a região do Algarve é uma das mais importantes a nível nacional, e da maior importância na região do Algarve. O valor económico do sector das pescas (2,1% em 2005) é reduzido quando comparado com o VAB total da região. Não obstante, é uma actividade fortemente marcada por valores e percursos sociais que sobrevivem em várias comunidades piscatórias com peso na região. A pesca na região tem como principais características:

- As capturas são compostas por uma diversidade de espécies, sendo a cavala, a sardinha e o polvo as espécies predominantes em quantidade. A pesca polivalente é responsável pelo maior volume de capturas (56,6%).
- No ano 2007 foram capturadas cerca de 27 mil toneladas de pescado fresco ou refrigerado, num valor superior a 63 milhões euros, o que correspondeu, respectivamente, a 17% e 23% do total nacional.
- A região apresentava, em 2007, a segunda maior frota registada a nível nacional. Esta era constituída por 1903 embarcações, representando 22% do total do país.
- Concentra dois dos oito principais portos do país, em 2007, no que se refere às quantidades capturadas: Olhão e Portimão. Em valor comercializado, para além de Olhão, o porto de Vila Real de Santo António, mercê da quantidade de lagostim e outros crustáceos que tradicionalmente são comercializados neste porto, apresenta um contributo significativo para o valor do pescado comercializado na região.
- Os pescadores matriculados representam menos de 2% da população empregada na região. No entanto, são uma parte importante nas comunidades costeiras altamente dependentes da actividade pesqueira. Em 2007, a região registava 19% do número total de pescadores do país.

Não obstante estes dados oficiais, estudos efectuados no terreno pela Direcção Regional de Pescas e Aquicultura indicam que a actividade piscatória é mais reduzida, uma vez que em 2007, no conjunto dos principais portos de pesca da região (Vila Real de Santo António, Tavira, Fuzeta, Olhão, Faro, Quarteira, Albufeira, Portimão, Lagos e Sagres), existiam 1114 embarcações licenciadas e 2304 pescadores em actividade.

Em termos evolutivos, nas últimas décadas observou-se um forte declínio do sector das pescas na região, situação que se acentuou especialmente nos anos mais recentes com a reestruturação do sector, não apenas no que se refere à dimensão da frota, mas também à indústria. A substancial redução do número de embarcações (-62%) foi acompanhada por uma natural diminuição do número de pescadores matriculados (-45%) o que, a par da redução dos stocks e do estabelecimento de quotas, decorrentes da necessidade de gerir os recursos de forma mais sustentável, conduziu também a um decréscimo nas capturas (-32%).

Por outro lado, fruto da progressiva motorização e modernização das embarcações, de 1970 para 2007 o número de embarcações com motor mais do que duplicou, embora a potência média da frota tenha decrescido.

Indicador	1970	2007	▲70/07
Frota (nº embarcações)	5.024	1.903	-62,1%
Embarcações com motor (nº)	819	1.696	107,1%
Embarcações sem motor (nº)	4205	207	-95,1%
Pescadores matriculados (nº)	5.767	3.194	-44,6%
Capturas nominais (ton)	39.737	27.042	-31,9%
Potência total da frota (kW) *	40.423	74.560	84,4%
Potência média da frota	49,4	44,0	-10,9%

* cavalos-vapor em 1970; 1 cavalo-vapor = 0,7351 kW

Figura 15. Indicadores sobre a evolução do sector das pescas, no Algarve
Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

Dada a grande tradição e vocação marítima, a frota de pesca regional apresenta uma grande diversidade nas suas características, reflectindo uma actividade fundamentalmente artesanal, mas de grande importância para um número significativo de comunidades ribeirinhas. As grandes comunidades piscatórias da região, onde residiam 140.985 pessoas (2001), localizam-se em Vila Real de Santo António, Tavira, Fuzeta, Olhão, Faro, Quarteira, Albufeira, Portimão, Lagos e Sagres.

Para além destas, existem ainda na região dezenas de pequenas comunidades piscatórias (onde residiam, em 2001, 18.779 pessoas) de grande tradição e dependência económica destas actividades e de outras que, a montante e a jusante, com ela se interligam. Nestas comunidades verifica-se um impacto significativo das actividades pesqueiras no respectivo tecido social.

A indústria transformadora dos produtos da pesca e da aquicultura caracteriza-se pelo papel predominante que a indústria de conservas e semi-conservas em molhos detém no conjunto das actividades que compõem este subsector. Tradicionalmente, a transformação dos produtos da pesca revestiu várias formas: as conservas, a salga/secagem, a fumagem e, nos finais da década de 60, a indústria de preparação e conservação de pescado fresco e congelado. Para além das indústrias atrás referidas, é ainda de assinalar a produção de farinhas, óleos e guanos, de reduzida expressão no panorama das actividades económicas ligadas ao sector.

Comunidades piscatórias	Pop. Resid. 2001	Marítimos inscritos	Embarcações
Alcoutim/ Foz Odeleite	433	7	6
Guerreiros do Rio	44	3	3
Monte Gordo	3.265	56	25
Alagoa/ Altura	1715	9	9
Praia da Lota	**	14	8
Fábrica	43	1	1
Cabanas	925	48	14
Santa Luzia	1.603	124	33
Murteira de Baixo	7	8	7
Culatra	608	191	88
Ilha de Baixo - Faro	**	20	16
Ilha de Cima - Faro	**	75	28
Olhos d' Água	389	36	12
Armação de Pêra	3.005	51	33
Senhora da Rocha	**	23	15
Benagil	47	13	10
Carvoeiro	1.302	1	1
Ferragudo	1.644	12	7
Alvor	1.769	67	37
Praia da Luz	1.004	14	8
Burgau	397	14	5
Salema	269	14	13
Carrapateira	209	17	10
Arrifana	74	29	16
TOTAL	18.779	847	405

** não identificado como lugar, nos Censos 2001

Figura 16. Características de pequenas comunidades piscatórias do Algarve
Fonte: Plano de Extensão Pesqueira do Sul -As pequenas comunidades piscatórias do Sul, Descoberta de uma realidade.

A indústria conserveira no Algarve foi, em 2002, responsável por apenas 6% da produção de conservas a nível nacional. Na região mantêm-se 7 unidades fabris em laboração, sendo as conservas de sardinha, com uma produção de 1.097 toneladas, as que apresentam uma posição de maior destaque, cerca de 48% do total.

Aquicultura e Salicultura

A produção resultante da actividade aquícola no Algarve foi de 3.790 toneladas em 2006, a que correspondeu uma receita de cerca de 25 milhões de euros. O Algarve é a região que mais se destaca no contexto nacional, não só na sua principal vertente, a moluscicultura, como também na piscicultura. A aquicultura algarvia representou, em 2006, 48% e 58% da produção nacional total, respectivamente, em quantidade e valor.

A aquicultura praticada no Algarve é exclusivamente marinha e realizada em tanques de terra, em muitos casos resultando de aproveitamento e reconversão de antigas salinas. As explorações localizam-se na zona costeira e principalmente nos sistemas lagunares, dos quais a Ria Formosa é de longe o maior e o mais importante e onde se registaram as maiores produções de moluscos bivalves (em regime extensivo) e de peixes (em regime extensivo e semi-intensivo).

Aquicultura	Valor
Produção aquícola (ton)	3.790
Águas marinhas (%)	100
Extensivo	61,8
Semi-intensivo	32,6
Intensivo	5,6
Produção aquícola (1000€)	25.145
Valor médio da produção aquícola (€/ton)	6.635
Produção aquícola Algarve/País em quant. (%)	48
Produção aquícola Algarve/País em valor (%)	58,2

Figura 17. Indicadores sobre a aquicultura em 2006, no Algarve

A salicultura continua a ser uma actividade com expressão na região, sendo disso exemplo as 22 salinas em actividade (49% do país), ocupando 1.182 hectares (87% do país), que originaram, em 2007, 92% da produção nacional de sal marinho.

O sal tradicional e a flor-de-sal destacam-se pelas suas qualidades alimentares e destinam-se, cada vez mais, ao mercado externo.

O sector das pescas, aquicultura e salicultura da região do Algarve tem impactos sócio-económicos relevantes em algumas comunidades ao longo da costa, constituindo uma actividade insubstituível na manutenção da identidade regional e enquanto fonte de rendimento para muitas famílias.

Salicultura	Valor
Salinas em actividade (nº)	22
Produção de sal (ton)	59.260
Área (ha)	1.182
Produção média (ton/ha)	50,1
Produção de sal Algarve/País (%)	92,5

Figura 18. Indicadores sobre salicultura em 2007, no Algarve
Fonte: Estatísticas da Pesca, INE

Matriz SWOT Actividades da Pesca, Aquicultura e Salicultura

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Boas condições agro-ecológicas (faixa costeira com importantes sistemas estuarino-lagunares); – Existência de recursos diversificados e com valor comercial; – <i>Know how</i> e tradição da actividade da pesca; – Forte inter-penetração do sector das pescas com outros sectores da economia regional (e.g. restauração e turismo); – Existência de mercado para os produtos da pesca; – Existência de estruturas de investigação científica aplicada e de estruturas piloto para promover a inovação e desenvolvimento sustentado do sector; – Condições naturais para o desenvolvimento da aquicultura; – <i>Know how</i> e tradição na produção de conservas de peixe de qualidade; – Elevada integração da fileira sardinha; – Produção de sal artesanal de elevada qualidade; – Instalações adequadas para formação profissional; – Boas aptidões e capacidade dos profissionais adquiridas pela experiência; – Existência de um sistema de lotas (controle sobre a primeira venda do pescado); – Existência de empresas exportadoras no sector da aquicultura. 	<ul style="list-style-type: none"> – Vulnerabilidade de alguns stocks; – Impactos sobre espécies não alvo e habitats, particularmente em áreas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade; – Frota de pesca com idade média muito elevada e condições deficientes (habitabilidade, operacionalidade, higiene e segurança); – Condições laborais e remuneratórias pouco atractivas para jovens; – Baixo nível de escolaridade de grande número de profissionais; – Ausência ou deficiente ordenamento dos locais destinados ao sector aquícola; – Produção aquícola limitada a um número reduzido de espécies com forte concorrência externa; – Elevado número de pequenas empresas familiares, com pouca capacidade de inovação e introdução de novas tecnologias; – Falta de estratégia para a valorização dos produtos da pesca e da aquicultura; – Fraca representatividade e participação das estruturas associativas; – Elevados custos operacionais de produção que comprometem a rentabilidade da actividade; – Incipiente transferência de tecnologia para as empresas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Modernização da frota pesqueira e introdução de novas tecnologias (segurança, melhorias ambientais e redução de consumo); – Promoção da gestão integrada dos recursos costeiros, com base em instrumentos alternativos (Recifes Artificiais, repovoamento, etc.); – Diversificação da produção aquícola; – Reforço das parcerias com o tecido produtivo (investigação pré-concorrencial com base nas Estações Piloto de Aquicultura); – Valorização dos produtos da pesca e da aquicultura; – Certificação de pescarias (artesaniais, sustentáveis, ecológicas, etc.) que incrementem respectivas mais valias; – Crescente procura de produtos pré-confeccionados; 	<ul style="list-style-type: none"> – Redução de stocks e quotas de pesca de espécies tradicionalmente utilizadas por Portugal; – Envelhecimento da frota; – Aumento dos custos dos combustíveis; – Falta de atractividade do sector para os jovens e consequente aumento da idade média dos profissionais; – Redução significativa da importância do sector da pesca nacional, em consequência da cessação da actividade e da falência de empresas; – Degradação social e económica das comunidades mais dependentes da pesca; – Fracas condições para o desenvolvimento de novos negócios e fixação de jovens empreendedores;

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Potencial de produção de sal marinho de elevado valor comercial e de flor-de-sal; - Delimitação da Área Piloto de Aquicultura da Armona (Faro), e atribuição de licenças de utilização a empresas; - Nova política Europeia sobre o Mar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzido espírito associativo e de diálogo com outros parceiros económicos; - Concorrência, em termos de preços, com grandes produtores aquícolas europeus; - Elevado consumo <i>per capita</i> de pescado.

4.1.4 Transportes, infra-estruturas portuárias e indústria naval

Em 2006, circularam (entradas e saídas) nos portos comerciais de Faro e de Portimão um total de 174 embarcações comerciais (0,6% do país), sendo este último o mais movimentado a nível regional (74% do número total de embarcações).

O movimento de mercadorias no porto de Faro corresponde quase exclusivamente a descargas, repartidas por granéis sólidos (minerais brutos ou manufacturados) e granéis líquidos (produtos petrolíferos). No porto de Portimão, pelo contrário, é o embarque de mercadorias (carga geral - madeira e cortiça) que origina a grande maioria dos movimentos. Estes portos são de reduzida dimensão e capacidade, relativamente aos portos principais e secundários nacionais, e na última década têm vindo a perder importância.

O transporte marítimo-fluvial de passageiros também tem expressão a nível regional, em particular devido às deslocações para as ilhas-barreira do Sotavento, uma vez que a ligação entre Vila Real de Santo António e Ayamonte (Espanha) começou a ser menos utilizada desde a construção da ponte sobre o rio Guadiana.

O transporte de passageiros é efectuado nas ligações às ilhas de Faro, do Farol, da Deserta, da Culatra, da Armona e de Tavira, a partir dos locais em terra de Faro, Olhão, Fuzeta e Tavira. Em 2006 foram transportados 1,58 milhões de passageiros nestas ligações, mais 24 % do que no ano anterior. De salientar que o número de passageiros na ligação à Ilha do Farol quase triplicou, de 9666 no ano 2005 para 27.573 em 2006. A ligação à Fuzeta - Armona registou um aumento de cerca de 50%, de 337.031 passageiros transportados em 2005, para 502.706 em 2006. Além destes factos, importa referir que se iniciou em 2006 a ligação à Ilha de Faro. Das várias ligações destaca-se Tavira como o local de acostagem com o maior volume de tráfego.

Em 2006, segundo o IPTM, foram transportados 182.186 passageiros entre Vila Real de Santo António e Ayamonte.

Ao nível das infra-estruturas portuárias, existem na região 15 portos de abrigo/portos de pesca e 8 lotas, estas em Baleeira/Sagres, Lagos, Portimão, Quarteira, Olhão, Santa Luzia, Tavira e Vila Real de Santo António.

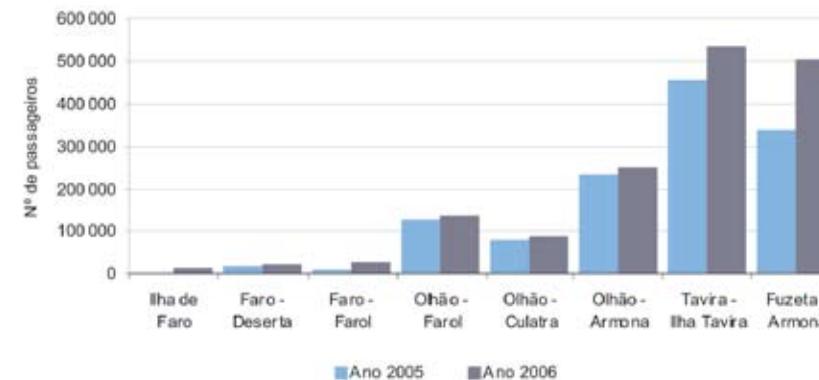


Figura 19. Movimento de passageiros (2 sentidos) nas principais ligações fluviais com as ilhas
Fonte: Estatísticas dos Transportes, INE

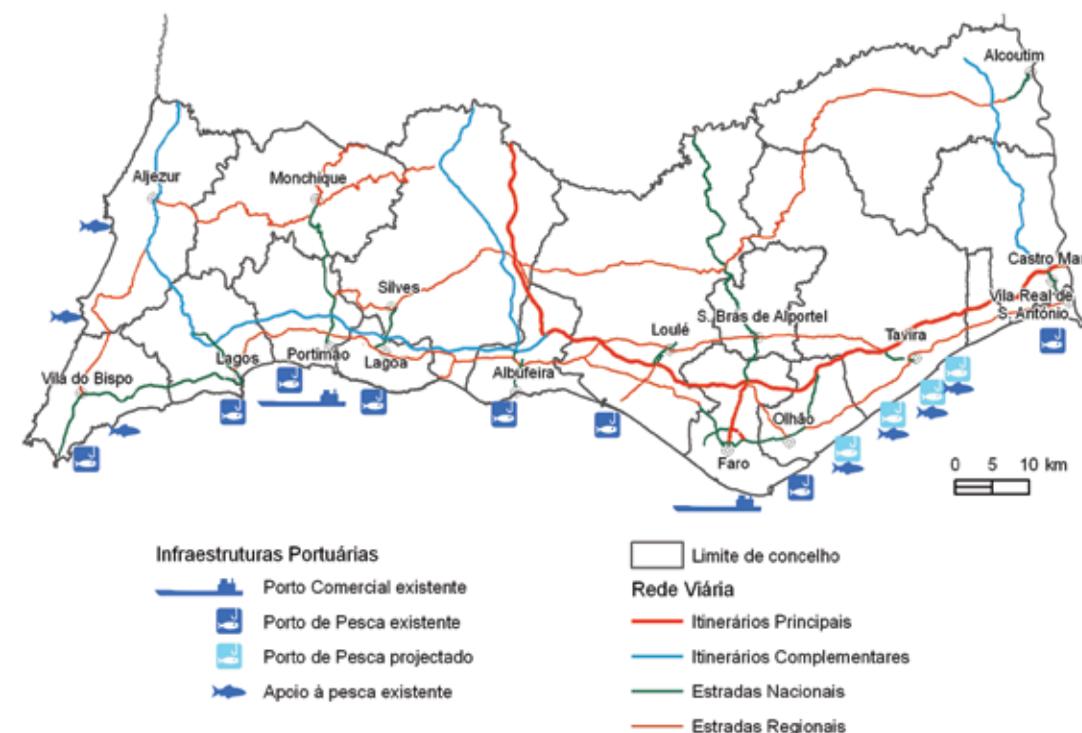


Figura 20. Infra-estruturas portuárias - Pesca e portos comerciais
Fonte: IPTM, ICNB

No que se refere às infra-estruturas orientadas para a náutica de recreio, contabilizam-se 4 marinas (Albufeira, Lagos, Vilamoura e Portimão) e 7 portos de recreio/docas (Portimão-2, Lagoa, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António), a par de outros pequenos apoios à náutica. No conjunto, disponibilizam cerca de 4.450 postos de amarração, distribuídos ao longo da costa. Este número corresponde a cerca de 41% da oferta nacional de postos de amarração, se o compararmos com os 10.000 a 12.000 lugares disponíveis que se estima existirem nas cerca de 30 marinas portuguesas.



Figura 21. Infra-estruturas portuárias – Náutica de recreio
Fonte: IPTM

Concelho	Freguesia	Designação	Capacidade	
			Postos de amarração	Dimensão max. embarcação
Alcoutim	Alcoutim	Passadiços de apoio à náutica	50	*
Albufeira	Albufeira	Marina de Albufeira	475	30 m
Faro	S. Pedro	Doca de recreio	500	8 m
	Sé	Porto de recreio (previsto)	275	*
Lagoa	Estômbar	Porto de recreio do Boca do Rio Resort	96	15 m
	Ferragudo	Marina de Ferragudo (prevista)	340	50 m
Lagos	S. Sebastião	Marina de Lagos	465	30 m
	Stª Maria	Cais da Solaria (passadiços de apoio à náutica)	35	*
Loulé	Quarteira	Marina de Vilamoura	953	50 m
Olhão	Olhão	Porto de recreio	246	<6 m
		Doca de recreio	193	*
Portimão	Portimão	Marina de Portimão	620	30 m
		Doca de S. Francisco ¹	314	15 m
		Cais Bartolomeu Dias	65	*
	Alvôr	Porto de Cruzeiros	-	-
Tavira	Stª Maria	Passadiços de apoio à náutica	20	*
		Porto de recreio Ampliação prevista	70 + 172	*
Vila Real Stº António	Vila Real Stº António	Porto de Recreio Ampliação prevista	347 +243	20 m

Capacidade total existente	4.449
Capacidade adicional prevista	1.030

* sem informação

1) parte do espaço da doca está afecto a actividades do clube naval local

Figura 22. Náutica de recreio. Estruturas, públicas e privadas, e capacidade associada, em 2008, no Algarve
Fonte: IPTM; CM VR Stº António; CIITT/UAlg e entidades gestoras das marinas

Em torno destas actividades, a indústria naval (construção e reparação) tem um significativo peso na região, de que são exemplo algumas empresas de referência aqui implantadas. De acordo com a base de dados compilada pela COFACE MOPE, SA. (última actualização de Fevereiro 2007), no Algarve estão registadas 10 empresas no CAE 351 - Construção e reparação naval, com um volume total de negócios superior a 9 milhões de euros.

Matriz SWOT Transportes, Infra-estruturas Portuárias e Indústria Naval

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Localização da região na rota dos cruzeiros provenientes do Norte da Europa e Ilhas Atlânticas; - Condições favoráveis para a expansão do sector da construção naval; - Investimentos recentes e em curso em portos de pesca/abrigo e no porto de cruzeiros de Portimão; - Crescente oferta regional de postos de amarração em marinas e portos de recreio; - Taxas de ocupação elevadas nos portos de recreio/marinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca importância do transporte marítimo de mercadorias; - Dificuldade na concretização de algumas intervenções em sequência da classificação de grande parte da costa como património natural; - Intervenção de vários organismos no licenciamento de embarcações, o que contribui para maior morosidade e custos; - Condições deficientes em vários portos, (ao nível de infra-estruturas, rede de frio, organização); - Insuficiente cobertura regional de pequenos portos de abrigo; - Ausência de portos comerciais para navios de maior calado; - Subaproveitamento dos portos comerciais de Faro e Portimão; - Subaproveitamento dos estaleiros existentes; - Inexistência estaleiros para reparação de barcos de maiores dimensões; - Falta ou deficiente sinalização dos canais;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do mercado dos cruzeiros oceânicos e no Mediterrâneo; - Vontade política de reforma dos conceitos da política marítima e portuária e promoção do sector portuário; - Empenhamento da União Europeia na promoção do transporte marítimo de curta distância. 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte concorrência do modo rodoviário no abastecimento da região e na expedição de bens produzidos; - Concorrência dos principais portos nacionais e dos portos do sul de Espanha; - Crescente congestionamento dos mares, onde embarcações de pesca, navios porta-contentores, barcos de recreio e empresas petrolíferas, por exemplo, têm de lutar por uma posição em águas cada vez mais disputadas.

4.1.5 Turismo, lazer e eventos

O turismo é actualmente a maior fonte de receitas da região. Em 2006 registaram-se 14.163.652 dormidas na hotelaria (37,7% do país) e 2.783.275 hóspedes (22,5% do país), a maior parte tendo com principal motivação o produto “Sol e Mar”.

Os proveitos de aposento totalizaram mais de 362 milhões de euros, registados em 427 estabelecimentos hoteleiros (21,1% do país) que disponibilizavam 97.524 camas (36,9% do país).

De facto, a oferta de zonas balneares é bastante expressiva na região e, por isso, todos os anos, milhares de turistas procuram as mais de 130 praias existentes, em grande parte (42,3%) reconhecidas pela sua qualidade com a atribuição da chancela europeia “Bandeira Azul”.

A Bandeira Azul é um símbolo de qualidade que distingue o esforço de diversas entidades no sentido da melhoria do ambiente, da segurança e da informação dos cidadãos. Este galardão é atribuído anualmente às zonas balneares e portos de recreio que se candidatem e que cumpram os 27 critérios ambientais, de segurança, de informação e de sensibilização ambiental. Na época balnear de 2007 foram galardoadas 47 praias, para além das marinas de Albufeira, Lagos, Vilamoura e Portimão.



Figura 23. Praias com bandeira azul atribuída em 2007
Fonte: Associação Bandeira Azul da Europa

Em 2004, a praia da Falésia e a Marina de Vilamoura viram certificado o seu sistema de gestão de qualidade com a norma ISO 9001. Este complexo praia-marina tornou-se o primeiro, a nível mundial, a alcançar em simultâneo as certificações de qualidade e ambiente. Em 2002 e 2003, designadamente, os sistemas de gestão ambiental da Marina de Vilamoura e a Praia da Falésia (Rocha Baixinha) obtiveram a certificação segundo a norma ISO 14001.

As áreas costeiras e lagunares são ainda fonte de receita para o crescente número de empresas que exploram a vertente de turismo de natureza, designadamente no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, no Parque Natural da Ria Formosa, na Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e na Mata Nacional das Dunas Litorais de Vila Real de Santo António. Como actividade emergente surgem as actividades associadas ao mergulho, particularmente no que se relaciona com o património subaquático.

Na vertente do turismo de cruzeiros, destaque especial para o porto de Portimão que recebe milhares de passageiros através dos muitos cruzeiros de luxo que anualmente aí fazem escala. Em 2006, foram contabilizados 35 navios que transportaram 24.505 passageiros em trânsito.

De referir também os negócios empresariais em torno do turismo náutico, de que são exemplo os cruzeiros turísticos marítimos e fluviais no rio Guadiana, no rio Arade e as múltiplas ofertas de cruzeiros e passeios ao longo da costa algarvia e na Ria Formosa. Em 2006, mais de 70 mil turistas efectuaram viagens ao longo da costa do Barlavento Algarvio. A náutica de recreio tem cada vez mais adeptos, de que são exemplo a realização, em 2005, de 858 exames nacionais de navegadores de recreio, tendo-se processado um total de 13.917 cartas (para Principiante, Marinheiro, Patrão de motor, Patrão de vela e motor, Patrão local, Patrão de costa e Patrão de alto mar).

A Marina de Vilamoura, inaugurada em 1974, ocupa um lugar de referência no panorama da náutica de recreio, sendo a maior infra-estrutura privada desta natureza, em Portugal. A ocupação média anual ascendeu a 82% em 2005, sendo originada sobretudo por nautas de Portugal (51%), Reino Unido (21%), Espanha (8%), França, Holanda e Alemanha (4% cada). Em 2006 e 2007 mantiveram-se taxas elevadas de ocupação ao longo de todo o ano.

A Marina de Lagos iniciou a sua actividade em 1994. Desde essa altura e até 2005 contabilizaram-se 20.000 embarcações entradas na marina. Em 2007 confirmou-se a tendência de crescimento da taxa de ocupação média, que atingiu 85,6%. O movimento na época baixa, que tem aumentado progressivamente, contribuiu para este desempenho, tendo-se mesmo registado um recorde histórico de 94,7% no mês de Outubro. Neste ano entraram na marina 1944 embarcações, maioritariamente com bandeira do Reino Unido (31,7%), seguidas pelo grupo das embarcações nacionais (19,7%) e das espanholas (10,3%). O mercado holandês e o alemão representaram 6,9% e 6% respectivamente.

A Marina de Portimão entrou em actividade em 2000. Em 2007 registou-se um movimento de 2.603 embarcações, maioritariamente de nacionalidade portuguesa, inglesa, espanhola e francesa. A taxa de ocupação média anual tem vindo a aumentar desde a inauguração, correspondendo a 76,2% neste último ano.

A Marina de Albufeira, aberta desde 2003, assistiu a um aumento na sua taxa de ocupação média na ordem dos 9%. No Verão de 2007 atingiu os 100% de ocupação, o que concorreu para alcançar o valor médio anual de 77,8%. A marina é procurada sobretudo por embarcações de nacionalidade portuguesa, que representaram 45,3% das 1348 embarcações entradas durante o ano. À semelhança do que ocorre noutras marinas da região, também em Albufeira as

embarcações do Reino Unido (20,8%), e as de Espanha (15%), integram o grupo dos três mercados mais importantes. A estes seguem-se o dos Países Baixos (5,2%) e Alemanha (3,9%).

Os eventos desportivos ligados ao Mar são variados, contabilizando-se anualmente mais de duas centena de provas desportivas, incluindo as regatas de cruzeiros, as provas de pesca desportiva e provas desportivas de referência dos campeonatos Nacionais, Europeu e Mundial (por exemplo, o Grande Prémio de Portugal/Algarve F1 em Motonáutica, em Portimão).

A região do Algarve é ainda palco anual de cerca de 20 eventos gastronómicos centrados nos produtos do Mar, alguns dos quais já com uma imagem consolidada e com projecção nacional e, em certos casos, com capacidade de atracção de visitantes espanhóis. Verifica-se que nalgumas destas iniciativas se tem procurado recuperar determinados produtos típicos e receitas tradicionais menos conhecidas e que, em situações mais pontuais, existe um esforço para inovar na oferta, quer através de novas formas de preparação e apresentação desses produtos, quer pela associação a novos ingredientes.

O parque temático Zoomarine foi inaugurado em 1991 e localiza-se na Guia – Albufeira. Inspira-se na vida marinha, com uma forte componente de animação, lazer e educação ambiental. A estrutura orgânica compreende permanentemente 220 colaboradores e, de entre as áreas funcionais, destaque para a Direcção Científica e Educacional.

No âmbito da sua filosofia de apoio a projectos activos de conservação, o Zoomarine reabilita e reintroduz no habitat natural muitos e variados espécimes marinhos, através do Centro de reabilitação e recuperação de espécies marinhas. A sua recuperação é assegurada por uma vasta equipa de técnicos zoológicos, veterinários e biólogos. Este Centro funciona desde Setembro de 2002 em cooperação com o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB). Trata-se do primeiro Centro de reabilitação no país para animais marinhos que chegam à costa portuguesa exaustos, doentes, feridos ou simplesmente desorientados.

No que respeita aos serviços educacionais, para além da componente de animação, lazer e educação ambiental, o Zoomarine promove a vulgarização do conhecimento científico com uma oferta educacional específica dirigida às escolas, adaptada aos programas curriculares dos vários níveis de escolaridade e versando, entre outras: biologia, zoologia, fisiologia, comportamento animal, oceanografia.

Em Junho de 2005 existiam 14 centros de mergulho no Algarve. O turismo de mergulho apresenta uma sazonalidade marcada. Na época alta de 2004 (Abril a Setembro), os centros de mergulho reportaram um total de 4.390 mergulhos, enquanto na época baixa (Outubro a Março) esse valor baixou para os 1.000. Naturalmente, estes dados estão subestimados, pois apenas contabilizam os mergulhadores que utilizam os centros de mergulho. Os cursos de mergulhos representam uma importante fonte de receita para estas empresas, especialmente durante a época baixa.

O número de enchimentos de botijas de ar excede cinco vezes o número de mergulhos registados pelos centros de mergulho, dando assim provavelmente uma ideia mais realista da actividade de mergulho com garrafa no Algarve. Os centros de mergulho localizam-se preferencialmente a Barlavento, uma vez que esta área apresenta mais locais rochosos, especialmente preferidos pelos mergulhadores.

Em 2006 o IPIMAR-Olhão editou o primeiro Guia de Identificação Subaquática de Espécies Marinhas do Algarve. Esta publicação, há muito solicitada pelos amantes da modalidade, reúne mais de 160 fotografias e é a primeira do género

editada em Portugal. Nesse mesmo ano a CCDR Algarve editou um roteiro subaquático dedicado à “Praia da Marinha”, contribuindo também, deste modo, para um melhor conhecimento e caracterização de locais de mergulho na região.

A pesca lúdica define-se como sendo a captura de espécies marinhas vegetais e animais, sem fins comerciais, que pode ser exercida de terra firme, ou de uma embarcação registada no recreio (não profissional) ou na actividade marítimo turística. A actividade é regulada pelo Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro e inclui diferentes modalidades: a pesca de lazer, com fim meramente recreativo (designa-se de turística quando praticada por turistas no âmbito das actividades marítimo-turísticas) e a pesca desportiva, que visa a competição organizada e obtenção de marcas desportivas.

Para além da pesca propriamente dita, há ainda a considerar, num âmbito mais alargado de pesca lúdica, a actividade de apanha (lúdica), recolha manual (sem qualquer tipo de instrumentos) de espécies marinhas vegetais e animais, sem fins comerciais.

Em relação à pesca desportiva praticada nas águas interiores em Portugal, em traços gerais pode afirmar-se que é uma actividade lúdica que pode ter um carácter desportivo, cujo número de praticantes rondará os 300 mil (considerando apenas os que adquiriram licença em 2005) e que movimentam anualmente perto de 100 milhões de euros. Este volume de negócios resulta da aquisição obrigatória de licença, compra e manutenção de equipamento, despesas associadas às deslocações para os locais de pesca (i.e. combustível e portagens) e, nas jornadas de pesca mais prolongadas, gastos com a própria estadia (i.e. alojamento e alimentação).

A caça ou pesca submarina é definida como a actividade desenvolvida por praticante (mergulhador amador) em apneia, podendo ser usado instrumento de mão ou de arremesso.

Durante o ano 2007 foram emitidas na região 27.040 licenças de pesca, destinadas maioritariamente à modalidade apeeda, isto é, exercida a partir de terra firme.

Estas licenças de pesca destinam-se exclusivamente à pesca exercida na área de jurisdição das capitánias, ou seja em águas oceánicas e águas interiores marítimas, geralmente consideradas como mar, e em águas interiores não marítimas sob influência das marés. A validade das licenças emitidas pode ser mensal, anual e trianual.

As licenças válidas na região, a 30/06/2008, atingiam as 14.679. De referir que desde o início do ano e até aquela data foram emitidas na região 11.052 licenças, 11,9% do total de licenças emitidas no país, no mesmo período. Relativamente à modalidade, verifica-se que 51,8 % destas licenças se destinam à pesca apeeda, 36,3% com embarcação e 11,8% à pesca submarina.

Matriz SWOT Turismo, Lazer e Eventos

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Qualidade ambiental, climática e paisagística favorável à atracção de pessoas e actividades; – Elevado número de zonas balneares de qualidade, com Bandeira Azul atribuída – Incremento e qualificação dos equipamentos de apoio e vigilância nas zonas balneares; – Existência de mecanismos incentivadores da qualidade (e.g. Bandeira Azul, Praia Dourada,); Existência de estruturas de divulgação do conhecimento do mar junto do público em geral (Centros de Ciência Viva) e centros de investigação; – Diversidade de valores morfológicos e paisagísticos, bem como extensão de zonas balneares públicas de qualidade, muito atractiva para o turismo e para actividades recreativas; – Notoriedade do destino turístico Algarve; – Existência de oferta turística de excelência. – Eventos gastronómicos de produtos do mar com imagem consolidada; – Eventos desportivos com projecção internacional. 	<ul style="list-style-type: none"> – Sazonalidade e crescente procura turística muito concentrada no período estival; – Excessiva concentração da procura num número reduzido de mercados; – Excessiva concentração da oferta turística em produtos e mercados limitados; – Falta de integração na oferta de eventos temáticos (culturais, desportivos) relacionados com o Mar; Oferta de roteiros (turismo de natureza, cruzeiros, mergulho) ainda pouco estruturada – Inexistência de carta de turismo de natureza que regule espaços para prática de desportos náuticos diversos em áreas específicas;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Elevado potencial da costa algarvia (localização geográfica e condições naturais favoráveis) para a pratica da náutica de recreio e de desportos náuticos; – Existência de condições para desenvolvimento de produtos orientados para segmentos em crescimento como o turismo sénior e desportivo; – Interface histórica de Portugal: recuperação da imagem e tradição “marítima” “oceânica” e “atlântica”; – Diversificação de utilização do espaço praia para outras utilizações de recreio e lazer diferenciadas, durante o ano inteiro e respectiva reprogramação de equipamentos e serviços associados; – Inserção da região em redes europeias de eventos culturais, profissionais e desportivos de nível nacional e internacional; 	<ul style="list-style-type: none"> – Perda de atractividade internacional do destino Algarve; – Perda da importância da motivação turística indutora da procura do produto assente exclusivamente no binómio sol/ praia; – Tradição cultural e profissional incipiente no processo participativo e colaborativo; – Falta de sensibilização e de uma “Ética do Mar” – Globalização do fenómeno turístico e emergência de novos destinos concorrentes; – Alterações na configuração da costa, reduzindo ou eliminando praias e destruindo falésias; – Alta vulnerabilidade do sector turístico a factores externos; – Falta de informação estratégica para o desenvolvimento de alguns sectores (ex. actividades associadas à navegação de recreio).

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Intensificação de rotas de cruzeiro e de náutica de recreio entre o Atlântico e o Mediterrâneo, favoráveis à posição geográfica do Algarve; – Crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado e criação de emprego qualificado, associados ao ambiente, ao mar, à cultura e ao património; – Emergência de novas actividades no âmbito do cluster turismo e lazer. 	

4.1.6 Património marítimo-cultural

A arqueologia subaquática é um ramo da arqueologia que recorre às técnicas de acesso ao meio subaquático. Abarca a totalidade da investigação arqueológica praticada debaixo de água ou em meios húmidos, quer sejam lagos, rios ou mar.

A arqueologia e o património subaquáticos, vistos respectivamente como uma prática científica e um recurso cultural, têm vindo a ser objecto de uma atenção acrescida em todo o mundo, tanto pelo público em geral, como pelos Estados. Uma gestão interveniente nesta área do património arqueológico surgiu assim por toda a parte como uma resposta aos desafios da sua salvaguarda, estudo e valorização, que não podem deixar de obedecer a pressupostos de exclusiva índole científica e cultural.

Em Portugal, a arqueologia subaquática, como projecto global, nasceu no início dos anos oitenta no quadro do Museu Nacional de Arqueologia, beneficiando da experiência pioneira de diversas personalidades e instituições. No entanto, só em 1997 viria a ser criado o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS), no âmbito do Instituto Português de Arqueologia.

Desde então a intervenção do CNANS tem sido muito solicitada, designadamente no que respeita à gestão de processos de achados fortuitos, de projectos de investigação, de situações de emergência, de acções de fiscalização técnica e de peritagem, assim como de intervenções no quadro de grandes obras do litoral – que têm vindo a ganhar cada vez maior peso no computo da sua actividade global – sem prejuízo das numerosas iniciativas no âmbito da divulgação científica e cultural, desenvolvidas tanto no plano nacional, como internacional.

Existem três destroços de navios ao longo da costa portuguesa geridos pelo CNANS. Dois destes sítios arqueológicos localizam-se na costa sul do Algarve: “Océán” e “Faro-A”. A promoção de itinerários subaquáticos a estes vestígios, para um turismo de mergulho sustentável, é um dos objectivos do CNANS. A promoção de visitas, em regime livre, a sítios arqueológicos subaquáticos especialmente adaptados e equipados para o efeito, é uma actividade recente. Como caso pioneiro a nível nacional, temos o itinerário arqueológico subaquático Océán, no sítio dos destroços deste navio-almirante francês, perdido a 18 de Agosto de 1759 e situado 300 ao largo e 300 m a nascente da lota da praia da Salema (Vila do Bispo), a seis/nove metros de profundidade.

Muitos outros vestígios arqueológicos têm sido encontrados ao largo de Portimão, Lagos, Albufeira e Quarteira (Loulé).

No campo do património marítimo-cultural com interesse existem ainda outros elementos que devem ser considerados e valorizados, como por exemplo os moinhos de maré. Na região algarvia além do conhecido Moinho Novo de Marim, situado no Parque Natural da Ria Formosa, em Olhão, existem ainda cerca de uma vintena de moinhos ao longo do rio Arade, entre Portimão e Silves, embora quase todos em mau estado ou reduzidos a ruínas, mas que atestam bem a importância que tiveram outrora para a economia local. No Parque Municipal do Sítio das Fontes perto de Estombar, a cerca de três quilómetros da foz do rio Arade, encontra-se o único exemplar, com casa do moleiro, a trabalhar em pleno, produzindo a farinha com que é localmente cozido o pão. A recuperação deste moinho de maré e todo o ambiente em redor é um exemplo do que pode ser feito em vários outros casos, transformando-os em pontos de atracção local ou integrando-os em rotas de visita existentes ou a criar.

No âmbito do património marítimo-cultural, destaque ainda para alguns museus e estruturas museológicas existentes na região, que versam o tema do Mar nas suas exposições permanentes e/ou colecções:

- Museu do Rio, em Guerreiros do Rio (Alcoutim), dedicado às actividades em torno do Rio, incluindo a pesca, na região do Baixo Guadiana;
- Ecoteca - Museu João Lúcio (Olhão), apresenta artes de pesca e modelos de embarcações tradicionais;
- Centro de Educação Ambiental de Marim, no Parque Natural da Ria Formosa (Olhão), possui um museu onde se pode ver

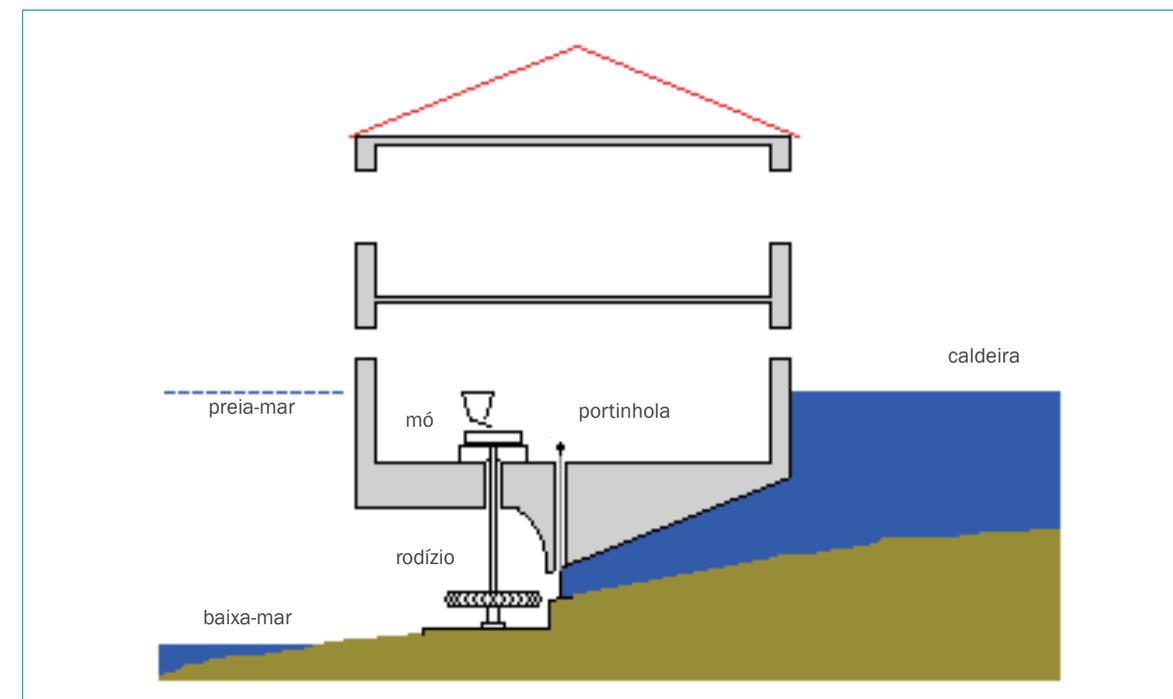


Figura 24 - Corte de um moinho

- algumas artes de pesca e modelos de uma armação de atum e de embarcações tradicionais;
- Núcleo Museológico da Pesca do Atum, no Hotel Vila Galé Albacora (Tavira), descreve a captura do atum, a vida dos pescadores e as suas famílias no Arraial Ferreira Neto;
 - Museu Marítimo Ramalho Ortigão (Faro), inclui uma colecção de modelos de barcos, redes, artes, armações, aparelhos e diversos utensílios de pesca, modelos de construção naval, aparelhos e instrumentos de navegação, modelos de navios, trabalhos de marinho, modelos de máquinas, quadros a óleo representando os peixes, moluscos e crustáceos mais importantes da fauna marítima de Portugal, e muitas outras peças relacionadas com o Mar;
 - Museu Municipal de Portimão, incluído na Rede Portuguesa de Museus, recuperou o edifício-sede da antiga Fábrica Feu (de conservas) e inclui fundos documentais e iconográficos e património industrial e etnográfico da indústria conserveira, da construção naval, da armação e pescas, bem como material de arqueologia subaquática - colecção Rio Arade;
 - Museu do Mar e da Terra, na Carrapateira (Aljezur) que traça um retrato da vida dos pescadores (e também dos lavradores) da zona.

Matriz SWOT Património Marítimo-Cultural

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de recursos patrimoniais histórico-arqueológicos relevantes; - Itinerários arqueológicos subaquáticos existentes - Iniciativas de valorização de estruturas; arqueológicas ou industriais ligadas às actividades marítimas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de imagem e estratégia para usufruto do património cultural associado ao mar e às actividades económicas; - Abandono e/ou mau estado de preservação de obras, espaços e sítios representativos do património marítimo-cultural; - Insuficiência de técnicos na região para realizar um trabalho regular na pesquisa, estudo, conservação e restauro de achados e obras arqueológicas; - Falta de integração plena do património; arqueológico nos circuitos turísticos da região; - Falta de meios e de verbas para uma intervenção mais activa.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado e criação de emprego qualificado, associados ao ambiente, ao mar, à cultura e ao património; - Interface histórica de Portugal: recuperação da imagem e tradição marítima, oceânica e atlântica; - Crescente preocupação municipal pela preservação e divulgação do património. 	<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiente valorização do património cultural pelas actividades económicas; - Potencial conflito entre obras portuárias e preservação de achados arqueológicos; - Falta de articulação entre níveis de governo para a preservação e valorização de sítios classificados.

4.1.7 Investigação, Tecnologia e Inovação

O Algarve apresenta um conjunto de instituições e de estruturas (públicas e privadas) com relevância nacional na investigação, divulgação e aplicação do conhecimento científico na área das ciências do Mar, designadamente o Instituto Nacional dos Recursos Biológico, I.P./ IPIMAR e a Universidade do Algarve.

A Universidade do Algarve e o IPIMAR distinguem-se nos domínios da investigação fundamental e aplicada à aquacultura, pescas, oceanografia e biologia dos recursos marinhos. Para além disso, a UALG desenvolve ainda investigação em áreas conexas, nomeadamente a economia, o turismo e hotelaria e o património. A maioria das estruturas de investigação localiza-se na área da Ria Formosa, incluindo uma estação experimental para manutenção de organismos aquáticos, permitindo o desenvolvimento de actividades de investigação em ciências do mar,

O IPIMAR/Olhão actua ao nível da investigação e desenvolvimento experimental no domínio das Ciências e Tecnologias do Mar e promove o levantamento e acompanhamento das necessidades do sector das pescas em termos de apoio científico e técnico. Esta estrutura encontra-se sedeadada na cidade de Olhão e está particularmente orientada para o fomento da aquicultura e gestão integrada dos recursos e zonas costeiras. Assegura a investigação haliêutica e o apoio técnico ao sector aquícola e pesqueiro da região.

A sua actividade orienta-se prioritariamente para as áreas da pequena pesca/ordenamento das pescarias litorais (pescarias de bivalves, promoção da pequena pesca costeira, relançamento de pescarias tradicionais, sistemas recifais); interacção pesca/ambiente/sistemas de produção (pesca fantasma, efeito da pesca e da aquicultura no ecossistema) e aquicultura (aperfeiçoamento das técnicas de produção de juvenis, diversificação da produção e sistemas offshore).

O IPIMAR/Olhão dispõe de 2 estações-piloto (a Estação Experimental de Moluscicultura de Tavira e a Estação de Piscicultura de Olhão) e de 5 laboratórios especializados (química e bioquímica marinhas, bacteriologia, biologia e histologia, bentos, e geologia). Possui também um navio de 17,5 m, especificamente desenhado para investigação costeira na área da oceanografia e pescas, bem como um navio de 11,5 m concebido para dar apoio a sistemas de aquacultura off-shore (jaulas oceânicas e *long-lines*). A cooperação nacional e internacional com Universidades e Institutos congéneres tem constituído um dos pilares do desenvolvimento do IPIMAR na consolidação das suas actividades de I&D sectoriais.

O desenvolvimento da investigação na Universidade do Algarve tem contribuído para a criação de áreas científicas de excelência. Por conseguinte, e tendo em atenção as condições naturais da própria região, a área relacionada com o mar e com os seus recursos é uma das que apresenta maior solidez e projecção, embora diversas outras áreas de investigação apresentem grande dinâmica, contribuindo no seu conjunto para a afirmação internacional da Universidade.

A Universidade do Algarve conta actualmente com 28 centros de investigação, 58% dos quais se encontram relacionados com as ciências tecnológicas. Cerca de 300 investigadores, incluindo docentes e alunos, desenvolvem a sua investigação integrados nestes Centros. Destes, destacam-se duas unidades de investigação na área das Ciências do Mar, o Centro de Ciências do Mar do Algarve (CCMAR) e o Centro de Investigação Marinha e Ambiental (CIMA). O primeiro desenvolve a sua actividade na área da aquicultura e biotecnologia marinha, pescas ecologia marinha, e o segundo na área do ambiente, designadamente nos processos costeiros e ecotoxicologia. Estes centros promovem, nas suas áreas de especialidade, o trabalho em rede, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

O CCMAR foi criado em 1992 e desde o início que estabeleceu uma rede de colaboradores a nível nacional e internacional. Uma política activa de contratação de cientistas pós-doutorados nacionais e estrangeiros tem sido importante para gerar um Centro activo e produtivo com indivíduos altamente motivados. Em 2002, o CCMAR e o Centro de Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR) da Universidade do Porto constituíram o CIMAR *Laboratório Associado*, do qual faz também parte presentemente um grupo de investigação em Geologia Marinha do INETI de Lisboa, que é actualmente a maior unidade nacional na área das Ciências do Mar. O Laboratório Associado está envolvido em todos os aspectos do desenvolvimento, de promoção e de maximização do potencial e de sustentabilidade de recursos vivos, através da avaliação, gestão, melhoria e cultivo. No que se refere ao ensino, o CIMAR providencia formação pós-graduada aos estudantes das Universidades do Porto e do Algarve.

A cooperação nacional e internacional constitui um elemento fundamental na consolidação do CIMAR como o laboratório português de referência na área das Ciências Marinhas e Ambientais.

Ao nível da divulgação do conhecimento científico, o CCMAR tem promovido encontros nacionais e internacionais, a organização de eventos, de cursos e *workshops*. Este Centro tem também um papel activo na divulgação do conhecimento científico nas escolas do Algarve, através da organização de palestras orientadas para um público mais jovem.

O CIMA, criado em 1998, integra cientistas e docentes da Universidade do Algarve. A sua actividade incorpora estudantes de formação avançada, ao nível de Mestrado e Doutoramento, o desenvolvimento e prossecução de projectos de investigação, bem como a prestação de serviços analíticos e de consultadoria à comunidade.

Desenvolve a sua actividade através de vários grupos temáticos: Dinâmica Sedimentar; Ciclos Biogeoquímicos e Alterações Naturais e Antropogénicas do Ambiente; A Estrutura da Crosta Terrestre; Dinâmica e Transferência de Energia nos Oceanos; Tecnologias em Reabilitação Ambiental. As actividades do CIMA decorrem nos laboratórios da Universidade do Algarve, nas instalações do Centro de Investigação dos Ambientes Costeiros e Marinhos da UAAlg (CIACOMAR). O CIACOMAR é uma infraestrutura de apoio à investigação e ao ensino de pós-graduação da Universidade do Algarve no domínio das Geociências Marinhas, relacionada com três linhas de pesquisa: Geologia Marinha e Processos Estuarinos; Processos Costeiros; Oceanografia Física.

O CIMA organiza seminários regulares e um *Workshop* anual aberto, onde são discutidas as últimas realizações, bem como avaliada a prossecução de objectivos na estratégia de investigação e desenvolvimento.

Matriz SWOT Investigação, Tecnologia e Inovação

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Recursos humanos com elevada qualificação na área das ciências do mar e biotecnologias; – Existência de centros de I&D nas áreas de investigação das ciências da saúde, do mar, das biotecnologias e dos sistemas inteligentes; – Existência de um número crescente de diplomados com formação inicial e com formação avançada; – Existência de capacidade formativa de nível médio e de oferta universitária em áreas de especialização da Região e outras com carácter inovador; – Crescente sensibilidade do papel da Universidade na promoção da transferência de tecnologia e no empreendedorismo; – Existência de estruturas de apoio à inovação e à propriedade industrial (CRIA e GAPI); – Boas condições naturais para a produção de energias alternativas; – Capacidade para desenvolver investigação em novos domínios prioritários. 	<ul style="list-style-type: none"> – Reduzido conhecimento de novas tecnologias por parte das empresas, sobretudo das de menor dimensão; – Reduzido investimento em I&D, principalmente com financiamento do meio empresarial; – Valorização da componente científica da investigação em detrimento da componente comercializável; – Sistema de investigação disperso e fragmentado – Falta de iniciativas para o desenvolvimento de energias renováveis a partir do mar; – Falta de articulação entre o meio académico e empresarial; – Cultura de risco; – Fraca transferência de tecnologia para as empresas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Potencial de transferência de conhecimento entre investigadores e meio empresarial; – Instalação de Centros/Pólos de Transferência Tecnológica como interface de conhecimento entre investigadores e empresas; – Emergência de novas actividades e industrias de base tecnológica e conhecimento intensivo alavancadas pelo cluster do turismo e lazer; – As alterações dos padrões de ensino resultantes do processo de Bolonha, promovem a binómio investigação e competências; – Formação de “clusters” com instituições nacionais ou internacionais no sentido de reforçar a competitividade; – Reforço das relações da Universidade a empresas para apoiar, readaptar ou criar centros de excelência. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ambiente económico pouco favorável à introdução da inovação; – Sector pouco competitivo e com pouca procura quer da parte da formação quer da parte empresarial; – Cultura empresarial pouco inovadora; – Excessiva valorização da carreira académica face ao mundo empresarial; – Redução do número de empresas ligadas à exploração dos recursos do mar; – Precariedade da carreira científica.

4.1.8 Segurança Marítima na Região do Algarve

A segurança marítima na região, nas suas várias vertentes, compete ao Departamento Marítimo do Sul e às Capitánias dos Portos que constituem, respectivamente, órgãos regionais e locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima. Integram a estrutura das Capitánias as Delegações Marítimas, como extensões territoriais das mesmas. O Departamento Marítimo do Sul inclui o Comando da Polícia Regional Marítima do Sul e assume a nível regional as atribuições do Instituto de Socorros a Náufragos.

No Algarve são 6 as Capitánias dos Portos: Faro, Lagos, Olhão, Portimão, Tavira e Vila Real de Santo António. Relativamente às Delegações Marítimas estão sedeadas em Albufeira, Fuzeta, Quarteira e Sagres. O Instituto de Socorros a Náufragos dispõe das estações salva-vidas de Ferragudo, Sagres, Tavira, Fuzeta e Vila Real de Santo António, para além de meios dispersos pelas diversas Capitánias dos Portos e Delegações Marítimas da região.

Nas atribuições da Autoridade Marítima inclui-se também a gestão da rede de faróis instalados ao longo da costa de Portugal. No Algarve, são de referir os faróis de Vila Real de Santo António, do Cabo de Santa Maria, de Alanzina, da Ponta do Altar, da Ponta da Piedade, do Cabo de São Vicente e, ainda, da Ponta de Sagres.

As principais atribuições destas entidades são a segurança e controlo da navegação, a preservação e protecção do meio marinho, dos recursos naturais e do património natural subaquático, a prevenção e combate à poluição do mar, o assinalamento marítimo, ajudas e avisos à navegação, bem como a fiscalização das actividades de aproveitamento económico dos recursos vivos e não vivos, a salvaguarda da vida humana no mar e salvamento marítimo e assistência a banhistas nas praias, a protecção civil e da saúde pública com incidência no mar e na faixa litoral, a prevenção e repressão da criminalidade e da imigração clandestinas e a segurança da faixa costeira, no domínio público marítimo, e das fronteiras marítimas e fluviais, quando aplicável.

No quadro da segurança interna do país, no que respeita ao controlo da circulação de pessoas nas fronteiras nacionais, incluindo as marítimas, integra-se também a intervenção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O SEF tem por objectivos fundamentais controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com aquelas actividades e com os movimentos migratórios.

O controlo das fronteiras nacionais realiza-se de harmonia com o princípio da livre circulação de pessoas no território da União Europeia e, mais concretamente, de acordo com as regras definidas pela Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS).

No ano de 2007, todas as responsabilidades inerentes ao controlo de circulação de pessoas nas fronteiras nacionais passaram para a tutela do SEF, com a transferência do controlo dos 12 postos de fronteira marítima do país, até então sob a alçada da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana. A nível regional integravam este conjunto os postos de fronteira marítima de Olhão, Faro e Portimão.

Os serviços descentralizados do SEF compreendem as Direcções regionais, Delegações regionais, Postos de fronteira, Postos mistos de fronteira, Aeródromos e postos de tráfego internacional eventual. As direcções regionais prosseguem, nas respectivas áreas de jurisdição, as atribuições do SEF, designadamente de natureza executiva e de investigação e

fiscalização. Estas integram departamentos e núcleos regionais, delegações regionais, postos de fronteira e postos mistos de fronteira.

No Algarve os serviços correspondentes são a Direcção Regional do Algarve, sedeadada em Faro, as Delegações Regionais de Albufeira, Portimão e Tavira, o Posto Misto de Fronteira de Vila Real de Santo António (Castro Marim), o Posto de Fronteira Aérea – Aeroporto de Faro e os Postos de Fronteira Marítima (Posto de Olhão/Faro; Marina de Vilamoura; Marina de Portimão e Marina de Lagos).

Das várias atribuições do SEF, algumas concorrem de forma mais directa para a segurança a nível das fronteiras marítimas, nomeadamente:

- A vigilância e fiscalização nos postos de fronteira, incluindo a zona internacional dos portos e aeroportos, da circulação de pessoas, podendo impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves, indocumentados ou em situação irregular;
- Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações que provenham de portos de risco sob o aspecto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias;
- O controlo da circulação de pessoas nos postos de fronteira, impedindo a entrada ou saída do território nacional de pessoas que não satisfaçam os requisitos legais exigíveis para o efeito;
- A autorização e verificação da entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves.

Em 2007 foram controladas nos postos de fronteira marítima da região um total de 10 427 embarcações, o que representa 35 % do total de embarcações fiscalizadas nos postos de fronteira marítima do país. Relativamente ao Algarve, foram controladas 4176 embarcações na Marina de Vilamoura, 3220 na Marina de Lagos 3220 e 3031 na Marina de Portimão. Nestas marinas, a quase totalidade (entre 98% a 100%) das embarcações alvo de controlo eram de recreio e tinham maioritariamente como origem e destino o Espaço Schengen.

Matriz SWOT Segurança Marítima

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Existem importantes infra-estruturas portuárias (quebramares, canais de navegação, docas, cais e terraplenos), as quais são essenciais para a segurança da navegação e operacionalidade das operações portuárias; – Tendência para a redução das descargas no meio marinho e melhoria dos níveis de tratamento de águas residuais urbanas e industriais bem como de nutrientes e xenobióticos a partir de terra; – Melhoria nas condições de segurança na navegação (e.g. casco duplo de petroleiros) poderão reduzir a incidência de acidentes no mar; 	<ul style="list-style-type: none"> – Elevada densidade de tráfego marítimo na costa portuguesa a que se associam riscos de acidentes e derrames; – Contaminação das águas subterrâneas e escorrências devido a más práticas agrícolas e agro-pecuárias; – Aumento da intrusão salina nas águas freáticas costeiras e de transição devido à sobre-exploração de furos de captação, alterações no regime dos rios e “avanço” do mar; – Descargas de águas residuais a partir de ribeiras litorais; – Falta de cartas de sensibilidade ecológica da zona costeira que suportem, de forma dinâmica, os Planos de Contingência que contribuíssem para a definição de locais de abrigo de navios em perigo;

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> – Existência do Plano Mar Limpo (1993) e dos Planos de Contingência (1994/1996), apesar de condicionados na sua operacionalidade; – Existência de sistemas operativos de controlo de poluição marinha, em especial de hidrocarbonetos, relativamente eficazes, no âmbito da DG Autoridade Marítima e Instituto Hidrográfico; – Zona costeira pouco afectada por catástrofes naturais de elevada magnitude, localizando-se fora da rota das tempestades tropicais; – Existência de registos climatológicos e maregráficos com apreciável escala temporal; – Existência de estudos a macro-escala sobre os impactos das alterações climáticas na zona costeira continental e sobre recursos marinhos (projecto SIAM). 	<ul style="list-style-type: none"> – Existência de sistemas naturais frágeis, debilitados por acções antrópicas; – Dificuldades de previsão catástrofes naturais; – Possibilidade de ocorrência de condições climáticas adversas como consequência de alteração climática global (tempestades mais frequentes e intensas); – Possibilidade de ocorrência de maremotos com efeitos potencialmente devastadores, particularmente nas zonas de baixa altitude; – Riscos para as populações e actividades humanas desabamentos/deslizamentos de terras, galgamentos sazonais em alguns aglomerados urbanos (agitação marítima); – Défice de informação ao público sobre riscos naturais e comportamento em caso de catástrofe.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Implementação da interface nacional do projecto SafeSeaNet – Sistema Europeu de Intercâmbio de Informações Marítimas; – Implementação de sistemas de monitorização permanente e eficaz, com divulgação dos respectivos dados; – Aplicação das normas regulamentares vigentes sobre o tratamento dos efluentes domésticos e industriais; – Melhor regulamentação, vigilância e fiscalização de actividades pesqueiras e extractivas; – Melhoria da qualidade das infra-estruturas portuárias e da racionalização da sua exploração; – Elaboração e implementação de planos de segurança, incluindo a componente catástrofes naturais. – Redução progressiva da poluição difusa; – Integração dos sistemas de controlo de poluição de origem terrestre, hidrográfica e marinha; – Implementação de sistemas de informação geográfica contendo e integrando cartas de sensibilidade e planos de contingência; – Reforçar o estudo dos fenómenos naturais; 	<ul style="list-style-type: none"> – Despejos pontuais de resíduos sólidos urbanos (não fiscalizados) e presença pontual de esgotos e águas pluviais concentradas; – Incremento do tráfego marítimo; – Deficiente ordenamento da zona costeira; – Vulnerabilidade de diversos aglomerados populacionais face a temporais e catástrofes naturais; – Infra-estruturas pouco preparadas para resistir a grandes tempestades e catástrofes naturais; – Previsão do aumento da taxa de elevação do nível médio do mar, recuo da linha de costa, aumento da frequência de ocorrência e intensidade de temporais e modificação dos rumos da agitação marítima; – Perspectiva de intervenção política e operacional geralmente de curto prazo; – Incremento da náutica de recreio motorizada deficientemente controlada e fiscalizada, em termos de localização e dimensão de infra-estruturas, da envolvente a edificar de raiz, emissões poluentes, ruído e segurança;

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Elaborar uma nova geração de cartas de vulnerabilidade e risco, de delimitação de zonas vulneráveis a acontecimentos extremos e de evolução costeira; – Preparar e operacionalizar Planos de Contingência; – Preparar planos de ordenamento adaptativos que contemplem o previsível agravamento da ocorrência e intensidade das catástrofes; – Crescente sensibilização e divulgação para a problemática associada a catástrofes naturais e a alterações climáticas; – Definição de um novo modelo de gestão do domínio público marítimo; – Reforço dos meios de fiscalização, quer em terra quer no mar. 	<ul style="list-style-type: none"> – Incremento da utilização dos espaços balneares para outros fins recreativos e de lazer sem a respectiva regulamentação e fiscalização; – Descarga em meio marinho de efluentes urbanos, industriais e agrícolas, ainda não tratados ou com um grau de tratamento inadequado; – Insuficiência de fiscalização ao licenciamento de efluentes.

4.1.9 Governança

Os princípios enformadores da gestão dos oceanos emanam da esfera internacional. A Lei Internacional do Mar (UNCLOS, 1982), o Mandato de Jacarta da Convenção para a Conservação da Biodiversidade e a Agenda 21 destacam-se pela sua importância. Estas políticas são acordadas pelas nações, e frequentemente desenvolvidas e implementadas pelos governos centrais.

O Livro Verde da Política Marítima Europeia considera a governança como um dos cinco principais aspectos para se atingir um desenvolvimento ambiental, social e económico sustentável dos mares e oceanos na União, em que: “Os princípios da boa governação apontam para a necessidade de uma política marítima europeia que englobe todos os aspectos dos oceanos e mares. Tal política deverá ser integrada, intersectorial e multidisciplinar, e não uma simples compilação de políticas sectoriais verticais. Deverá considerar os oceanos e os mares partindo de um conhecimento profundo da forma como funcionam e do modo de preservar a sustentabilidade do seu meio e dos seus ecossistemas. Deverá também determinar de que forma o processo de decisão e a conciliação de interesses concorrentes em zonas marinhas e costeiras podem conduzir a um clima mais propício ao investimento e ao desenvolvimento de actividades económicas sustentáveis.”

A montante do processo de política marítima europeia, o governo português elaborou o Relatório da Comissão Estratégica de Oceanos (2005) e, para o prosseguimento das suas recomendações, criou a Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar. À Estrutura de Missão competia elaborar um plano de implementação da Estratégia Nacional para os Oceanos, com base nas recomendações do Relatório da Comissão Estratégica.

Para que a Europa e Portugal possam melhorar a sua relação com os oceanos, considera-se que a inovação é essencial, quer ao nível das actividades económicas, quer no papel que cabe aos decisores políticos. Para esse efeito, é necessário aumentar a cooperação e promover a coordenação e a integração efectivas das políticas relacionadas com os oceanos e os mares, a todos os níveis.

O quadro seguinte apresenta as principais competências das instituições regionais e centrais relativamente às diversas actividades associadas ao Mar.

Os serviços regionais, alguns deles com autonomia jurídica e financeira, constituem apenas entidades desconcentradas de serviços centrais, executando as estratégias nacionais do sector. A coordenação faz-se por meio de mecanismos e procedimentos institucionais definidos em documentos legislativos e através da cadeia hierárquica institucional.

A gestão da orla costeira, conservação e gestão ambiental e o desenvolvimento das actividades económicas apresentam um conjunto de pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, que de seguida se listam.

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Pescas/Aquacultura	- Executar as orientações da política sectorial; - Levantamento e estudo das necessidades do sector; - Acções consultivas, informativas e de recolha de informação; - Divulgação de conhecimentos; - Aperfeiçoamento de programas de formação e de apoio social; - Contribuir para a conservação do meio e dos recursos; - Licenciamento de actividades da pesca comercial; - Verificação da aplicação das normas de comercialização; - Análise dos processos de licenciamento de navios-fábrica, lotas e mercados grossistas - Análise de projectos de investimento ;		DGPA	DRAP Algarve
	- Apoio técnico ao sector pesqueiro da região		IPIMAR	IPIMAR Olhão
	- Licenciamento e fiscalização de utilizações do domínio hídrico.		MAOTDR	ARH Algarve
Aquacultura	- Análise dos processos de licenciamento de estabelecimentos de aquicultura.		DGPA	DRPA Algarve
	- Apoio técnico ao sector aquícola.		IPIMAR	IPIMAR Olhão
	- Licenciamento e fiscalização de utilizações do domínio hídrico.		MAOTDR	ARH Algarve
Transformação dos produtos do mar	- Análise dos processos de licenciamento de estabelecimentos da indústria transformadora. - Aplicar a legislação de licenciamento de estabelecimentos industriais ; - Colaborar na elaboração de legislação e regulamentação técnica ; - Assegurar o cadastro industrial ; - Recolha de informação sobre actividade industrial ; - Colaborar na fiscalização da aplicação da legislação de licenciamento.		DGPA	DRPA Algarve

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Construção e reparação naval	- Assegurar o cadastro industrial ; - Recolha de informação sobre actividade industrial.		MEI	DRE Algarve
Turismo	- Licenciamento de actividades da pesca lúdica.		DGPA	DRAP Algarve
		- Estudar e propor medidas relativas às actividades marítimo-turísticas ; - Fiscalizar o cumprimento das normas por parte dos estabelecimentos de ensino náutico ; - Elaborar o plano orientador do desenvolvimento de infra-estruturas e apoios à náutica de recreio ; - Autorizar actividades de náutica de recreio.	IPM	
	- Licenciamento e fiscalização de utilizações do domínio hídrico.		MAOTDR	ARH Algarve
Produção de energia	- Aplicar a legislação no licenciamento, fiscalização e aprovação de projectos de instalações e equipamentos de energia ; - Organizar e manter actualizado o registo das instalações energéticas.		MEI	DRE Algarve
		- Promover novas infra-estruturas hidráulicas	INAG	

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Outros/Transportes		- Conceber planos e projectos de infra-estruturas portuárias ; - Assegurar o cumprimento das normas relativas ao sector portuário e dos transportes marítimos ; - Fomentar a articulação entre o transporte marítimo e outros meios de transporte ; - Assegurar a coordenação do sistema marítimo-portuário ; - Estudar e propor normas e critérios de segurança, tarifas, obras, aquisições, exploração de serviços portuários, concessões e licenças ; - Estudar e propor medidas relativas à actividade do pessoal do sector marítimo-portuário; - Pagamento de ajudas e apoios ao sector da marinha mercante e acompanhamento dos projectos ; - Preparação de medidas para a introdução das políticas comunitárias do sector marítimo-portuário ; - Garantir a eficiência do controlo do tráfego marítimo; - Definição das políticas de ensino e formação no sector marítimo e portuário; - Gerir o cadastro das infra-estruturas portuárias; - Autorizar o exercício das actividades de transportes marítimos e licenciar as empresas de trabalho portuário ; - Vistoriar embarcações e proceder à sua certificação e inspecções; - Fixar as lotações de passageiros e tripulantes das embarcações e emitir os certificados ; - Verificar as condições legais e técnicas da actividade do pessoal do mar; - Inspecções ao controlo dos navios estrangeiros ; - Gerir os portos e áreas do domínio público marítimo; - Prestar serviços de assistência aos navios; - Elaborar planos de ordenamento portuário e de expansão de áreas portuárias ; - Construir, adquirir, conservar e fiscalizar as obras marítimas e terrestres e o equipamento flutuante e terrestre dos portos ; - Conceber e executar o plano estratégico de promoção comercial dos portos.		
				IPM

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Gestão Integrada de Zonas Costeiras		<ul style="list-style-type: none"> - Promover a estratégia, planos e programas de conservação da natureza ; - Estudar e inventariar factores e sistemas ecológicos ; - Elaborar estudos e propor medidas de preservação, gestão e protecção do património e das espécies ; - Propor a criação e gerir áreas protegidas ; - Promover e elaborar estudos sobre a dinâmica do litoral. 	MAOTDR	ARH Algarve ICNB
		<ul style="list-style-type: none"> - Promover o planeamento integrado por bacia hidrográfica e do litoral ; - Propor a política de gestão integrada dos recursos hídricos. 	INAG	
	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a execução de planos, programas e projectos de defesa do ambiente, utilização sustentável de recursos naturais, conservação da natureza e biodiversidade ; - Promover a elaboração, avaliação e revisão do plano regional de ordenamento do território ; - Acompanhar a elaboração, alteração e revisão dos planos especiais de ordenamento do território ; - Coordenar processos de avaliação de impacte ambiental ; - Assegurar a gestão de áreas de interesse regional para a conservação da natureza, a preservação da biodiversidade ou a defesa da paisagem ; - Licenciamento e fiscalização de utilizações do domínio hídrico; - Gerir um sistema de informação de base geográfica no domínio do ambiente e ordenamento do território ; - Recolha, tratamento e sistematização de informação sobre o estado do ambiente e do ordenamento do território ; - Fiscalização do domínio hídrico e da conservação da natureza ; 	MAOTDR	CCDR Algarve ARH Algarve	

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Gestão Integrada de Zonas Costeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Promover/colaborar em programas, projectos e acções de sensibilização, formação, informação e educação ambiental, de conservação da natureza e da biodiversidade. 			Vários
	<ul style="list-style-type: none"> - Propor a criação de áreas protegidas e participar na gestão; - Propor a integração e a exclusão de áreas na REN. 		DGAL	CM
Poluição de origem terrestre*	<ul style="list-style-type: none"> - Licenciamento e fiscalização de utilizações do domínio hídrico ; - Garantir a conservação da rede hidrológica das bacias regionais ; - Fiscalização do domínio hídrico, dos resíduos, das substâncias perigosas e da conservação da natureza. 		MAOTDR	CCDR Algarve ARH Algarve
	<ul style="list-style-type: none"> - Sistemas municipais de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas ; - Manter e reabilitar a rede hidrográfica no perímetro urbano. 		DGAL	CM
	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. 		AdP	Águas do Algarve
Poluição marítima**		<ul style="list-style-type: none"> - Promover a investigação dos acidentes marítimos em navios ou por eles provocados. 	IPTM	
	<ul style="list-style-type: none"> - Fiscalização do domínio hídrico, dos resíduos, das substâncias perigosas e da conservação da natureza. 		MAOTDR	CCDR Algarve ARH Algarve
Investigação pública	<ul style="list-style-type: none"> - Investigação haliêutica nas áreas : pequena pesca/ordenamento das pescarias litorais ; interacção pesca/ambiente/ sistemas de produção ; aquicultura. 		IPIMAR	IPIMAR/ Olhão
	<ul style="list-style-type: none"> - Investigação produzida por centros de investigação : CCMAR ; CIMA. 		MCTES	UAAlg

Sector	Competências exclusivas da região/Município	Competências Partilhadas		Serviço Regional/Local
		Quais	Com quem	
Gestão de riscos		- Verificar as condições de segurança, higiene e bem-estar a bordo do pessoal; - Prestar serviços de garante da segurança à navegação.	IPTM	
	- Fiscalização do domínio hídrico, dos resíduos, das substâncias perigosas e da conservação da natureza.		MAOTDR	CCDR Algarve ARH Algarve
	- Assegurar a coordenação das operações de socorro realizadas pelos corpos de bombeiros; - Possibilitar a mobilização rápida e eficiente do pessoal indispensável e dos meios disponíveis; - Apoiar a organização e funcionamento dos serviços municipais de protecção e socorro ; - Promover a realização de treinos e exercícios de teste à operacionalidade dos planos de emergência de protecção civil.		SNBPC	CDOS
	- Licenciar e fiscalizar a pesquisa e captação de águas subterrâneas não localizadas em domínio público hídrico ; - Participar na gestão dos recursos hídricos ; - Gestão, limpeza e boa manutenção das praias e zonas balneares.		DGAL MAOTDR	CCDR Algarve ARH Algarve

*poluição proveniente de actividades terrestres, com impacto sobre as águas costeiras (ex: tratamento de águas residuais, poluição de nitratos).

**poluição ligada às actividades no mar, com impacto sobre as águas costeiras (ex: navegação).

Fonte : CCDR Algarve, resposta ao Questionário da CRPM PROJET «EUROPE DE LA MER» em 15/12/2005, com actualizações posteriores

Matriz SWOT Governança

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação e integração do planeamento e da execução; - Existência de pólos de educação e investigação nos domínios do mar para a formação de recursos humanos e parcerias em investigação, aplicada às necessidades da gestão pública (Universidade do Algarve e IPIMAR); - Existência de motivação política das entidades regionais com atribuições em áreas relacionadas com o mar; - Financiamentos regionais; - Estratégia Nacional para o Mar; - Directiva Quadro da Água; - Estratégia Nacional de Oceanos; - Estratégia de GIZC. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de competências ao nível regional; - Fragmentação de competências; - Falta de regulamentação de algumas actividades marítimas; - Falta de coordenação e de concertação entre sectores; - Falta de coordenação entre o nível central e regional e local; - Falta de mecanismos para a gestão colaborativa e resolução de conflitos; - Implementação insuficiente da legislação, nomeadamente, fiscalização; - Carência de Quadros técnicos; - Situação conflituosa acentuada entre a conservação da natureza e os diversos sectores de actividade e o público em geral; - Monitorização insuficiente; - Inexistência de planos de gestão da área costeira marinha e planeamento espacial; - Falta de Sensibilização; - Articulação insuficiente entre investigação e administração pública; - Articulação insuficiente entre investigação e sectores privados; - Falta de recursos humanos com formação multi-disciplinar e gestão participativa; - Carência de recursos humanos especializados em liderança e gestão de grandes propostas para projectos europeus.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de Conservação do Meio Marinho Europeia (para gestão integrada, biodiversidade, áreas marinhas protegidas, qualidade das águas e sensibilização); - Livro Verde para a Política Marítima Europeia (linhas políticas para competitividade; gestão integrada; planeamento espacial; património cultural subaquático, comunidades pesqueiras, cooperação transfronteiriça); - 7º Programa Quadro para Investigação de Desenvolvimento; - Agenda 21. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de tradição no diálogo e na iniciativa entre os parceiros económicos e sociais; - Incerteza institucional por inexistência de mecanismos financeiros que sustentem a promoção de um mecanismo de diálogo; - Emergência de estratégias isoladas por parte dos agentes económicos e/ou institucionais; - Atomização dos diferentes interesses relacionados com o Mar; - Compromisso débil e escassez de iniciativa entre as entidades impulsionadoras da Estratégia para o Mar Algarve.



5. Síntese Matriz SWOT/ Síntese Matriz SWOT Cruzada



5. Síntese Matriz SWOT/ Síntese Matriz SWOT Cruzada

Neste capítulo é efectuada uma síntese da Matriz SWOT e um cruzamento dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças, por forma a serem identificadas as estratégias futuras para o Mar Algarve.

Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevada extensão de Áreas Classificadas e grande biodiversidade 2. Reforço dos instrumentos de gestão territorial e de figuras jurídicas de protecção 3. Faixa costeira com importantes sistemas estuarino-lagunares e recursos diversificados com valor comercial 4. Actividades e indústrias com perfil exportador (sal, aquicultura e conservas de peixe) 5. Localização da região na rota dos cruzeiros provenientes do Norte da Europa e Ilhas Atlânticas 6. Condições favoráveis para a expansão do sector da construção naval 7. Elevado número de zonas balneares de qualidade com condições para a prática de desportos e náutica de recreio 8. Recursos humanos com elevada qualificação e importantes áreas de investigação (ciências do mar e biotecnologias) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valor económico do sector das pescas reduzido quando comparado com o VAB total da região 2. População activa envelhecida e com baixos níveis de formação 3. Falta de Estratégia para a valorização dos produtos da pesca e Aquicultura 4. Deficientes condições portuárias (infra-estruturas, cobertura regional de pequenos portos de abrigo e rede frio) 5. Falta de imagem e estratégia para usufruto do património associado ao mar e às suas actividades económicas 6. Reduzido investimento em I&D principalmente com financiamento do meio empresarial 7. Falta de um porto de cruzeiros com dimensão internacional 8. Inexistência de espaços para o desenvolvimento da fileira naval (construção, reparação, conservação, recolha e desenvolvimento tecnológico)

Oportunidades (O)	Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjuntura nacional e internacional favorável ao desenvolvimento de uma política dos mares (políticas integradas, programas de apoio) 2. Criação de novas áreas nacionais com estatuto de protecção, nomeadamente Áreas Marinhas Protegidas 3. Maior intervenção das autarquias na requalificação e gestão de espaços costeiros, balneares e ribeirinhos 4. Modernização da frota pesqueira e introdução de inovação (segurança, melhorias ambientais, gestão de recursos, certificação de pescarias) 5. Intensificação de rotas de cruzeiro e de náutica de recreio entre o Atlântico e o Mediterrâneo 6. Interface histórica de Portugal: recuperação da imagem e tradição “marítima”, “oceânica” e “atlântica” 7. Inserção da região em redes europeias de eventos culturais, científicos, profissionais e desportivos de nível nacional e internacional 8. Emergência de actividades e crescente procura de produtos turísticos associados ao mar 	<p>S1, S2, S3, O2: Recuperação, Protecção e Conhecimento da Biodiversidade do Mar Algarve</p> <p>S3, S4, S6, S7, O4, O8: Desenvolvimento e Consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve</p> <p>S5, O5, O6, O7: Desenvolvimento de uma imagem de marca</p> <p>S8, O7: Assumir uma posição de destaque e de especialização nos assuntos do Mar</p> <p>S2, O1, O3: Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar do Algarve</p>	<p>W5, O2: Recuperação, Protecção e Conhecimento da Biodiversidade do Mar Algarve</p> <p>W1, W2, W3, W4, W8, O4, O8: Desenvolvimento e Consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve</p> <p>W7, O5, O6, O7: Desenvolvimento de uma imagem de marca</p> <p>W6, O7: Assumir uma posição de destaque e de especialização nos assuntos do Mar</p> <p>W5, O1, O3: Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar do Algarve</p>

Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elevada extensão de Áreas Classificadas e grande biodiversidade 2. Reforço dos instrumentos de gestão territorial e de figuras jurídicas de protecção 3. Faixa costeira com importantes sistemas estuarino-lagunares e recursos diversificados com valor comercial 4. Actividades e indústrias com perfil exportador (sal, aquicultura e conservas de peixe) 5. Localização da região na rota dos cruzeiros provenientes do Norte da Europa e Ilhas Atlânticas 6. Condições favoráveis para a expansão do sector da construção naval 7. Elevado número de zonas balneares de qualidade com condições para a prática de desportos e náutica de recreio 8. Recursos humanos com elevada qualificação e importantes áreas de investigação (ciências do mar e biotecnologias) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Valor económico do sector das pescas reduzido quando comparado com o VAB total da região 2. População activa envelhecida e com baixos níveis de formação 3. Falta de Estratégia para a valorização dos produtos da pesca e Aquicultura 4. Deficientes condições portuárias (infra-estruturas, cobertura regional de pequenos portos de abrigo e rede frio) 5. Falta de imagem e estratégia para usufruto do património associado ao mar e às suas actividades económicas 6. Reduzido investimento em I&D principalmente com financiamento do meio empresarial 7. Falta de um porto de cruzeiros com dimensão internacional 8. Inexistência de espaços para o desenvolvimento da fileira naval (construção, reparação, conservação, recolha e desenvolvimento tecnológico)

Ameaças (T)	Pontos Fortes (S)	Pontos Fracos (W)
<ol style="list-style-type: none"> 1. Manutenção de múltiplos interesses e de situações de conflito na zona costeira 2. Crescente procura, pressão turística e urbanística e actividades de exploração de recursos 3. Sensibilidade da linha de costa a dinâmicas de carácter erosivo 4. Degradação social e económica das comunidades mais dependentes da pesca 5. Falta de atractividade do sector da pesca para os jovens e consequente aumento da idade média dos profissionais 6. Concorrência dos principais portos nacionais e dos portos do sul de Espanha 7. Falta de sensibilização e de uma “ética do Mar” 8. Falta de tradição no diálogo e na iniciativa entre os parceiros económicos e sociais 	<p>S1, S2, S3, T3: Recuperação, Protecção e Conhecimento da Biodiversidade do Mar Algarve</p> <p>S3, S4, S6, S7, T2, T4, T5, T6: Desenvolvimento e Consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve</p> <p>S5, T6: Desenvolvimento de uma imagem de marca</p> <p>S8, T8: Assumir uma posição de destaque e de especialização nos assuntos do Mar</p> <p>S2, T1, T8: Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar do Algarve</p> <p>S3, T7: Desenvolvimento de uma ética do Mar sensibilizando e mobilizando os diversos actores</p>	<p>W5, T3: Recuperação, Protecção e Conhecimento da Biodiversidade do Mar Algarve</p> <p>W1, W2, W3, W4, W8, T2, T4, T5, T6: Desenvolvimento e Consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve</p> <p>W7, T6: Desenvolvimento de uma imagem de marca</p> <p>W6, T8: Assumir uma posição de destaque e de especialização nos assuntos do Mar</p> <p>W5, T1, T8: Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar do Algarve</p> <p>W5, T7: Desenvolvimento de uma ética do Mar sensibilizando e mobilizando os diversos actores</p>

Interpretação:

- Estratégias SO: Usar as forças para tirar vantagem das oportunidades;
- Estratégias WO: Aproveitar as oportunidades através da superação das fraquezas;
- Estratégias ST: Utilizar as forças para evitar as ameaças;
- Estratégias WT: Estratégias defensivas que visam minimizar as ameaças



Fotografia: Telma Veríssimo

6. As Dimensões Estratégicas do Mar Algarve



6. As Dimensões Estratégicas do Mar Algarve

A actual conjuntura configura uma oportunidade que exige ao Algarve a definição de uma estratégia regional para o Mar que responda aos desafios nacionais e internacionais, permitindo a valorização do recurso e o desenvolvimento das actividades que lhe estão associadas, fomentando assim a economia regional. O aproveitamento do recurso MAR será ainda mais intenso, dentro das medidas de eficiência e eficácia, se se souber actuar em todas as suas dimensões.

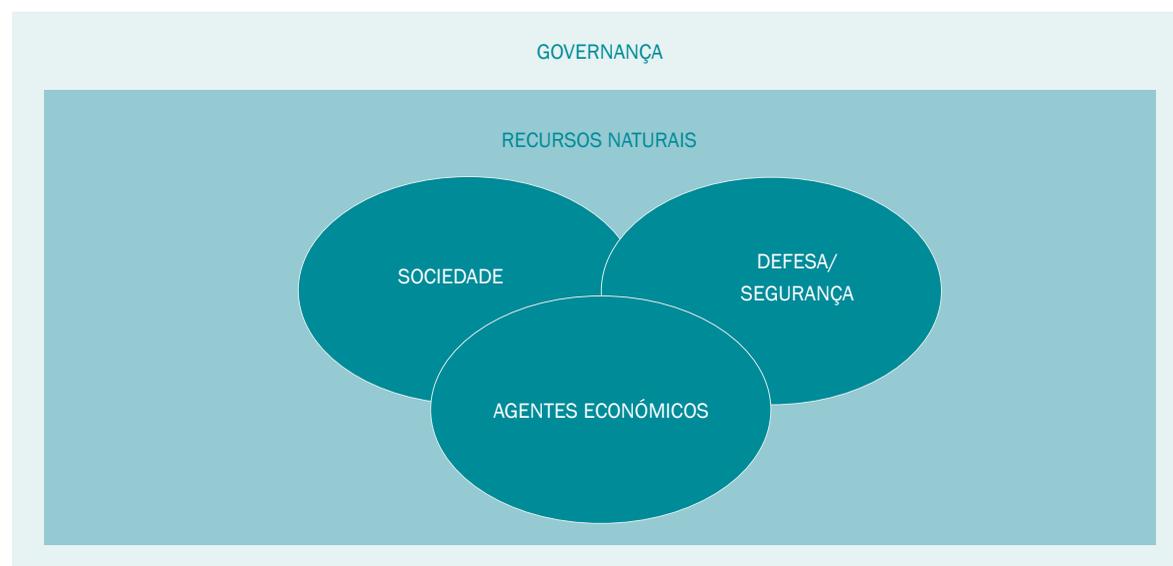


Figura 26. Dimensões do Mar Algarve

A estimativa do real impacto económico no que respeita às actividades ligadas ao Mar é difícil, uma vez que os seus efeitos se propagam a vários subsectores da actividade económica. Um dos objectivos da presente Estratégia Regional para o Mar é precisamente o de criar as condições para juntar todas as actividades com ligações ao Mar num verdadeiro *cluster*.

São vários os usos e actividades que utilizam o Mar para os seus objectivos ou como recurso, pelo que se torna necessário articular diversas áreas: construção e reparação naval, transporte marítimo, náutica de recreio, pesca comercial e lúdica, aquicultura, salicultura, turismo e lazer, restauração, comércio, eventos culturais e desportivos, dragagens e obras de protecção da costa, conservação da natureza e da biodiversidade, arqueologia subaquática, energias renováveis, prospecção e extracção de recursos geológicos, passagem de cabos, oleodutos e emissores, investigação científica e tecnológica, etc.

No nosso entender, o objectivo central a atingir com uma Estratégia Regional para o Mar é o de melhorar a gestão e conservação bem como o aproveitamento e utilização dos recursos do oceano e zonas costeiras, promovendo o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e estratégica, respeitadora do ambiente, inovadora, através de

uma coordenação eficiente, responsável e empenhada, que contribua activamente para a Agenda Nacional e Internacional dos Oceanos.

De modo a que o Algarve aproveite as oportunidades existentes e mitigue as dificuldades, as linhas orientadoras da estratégia regional para o Mar deverão assentar na adição de valor às actividades ligadas ao Mar, através da consolidação de um *cluster*, valorizando definitivamente a importância deste recurso como elemento diferenciador, projectando o Mar no futuro como um impulsionador do desenvolvimento da região.

Este rumo permitirá tornar mais eficazes e integradas as várias políticas actualmente em desenvolvimento, bem como definir e implementar novas políticas que integrem de forma sustentável as vertentes económica, social e ambiental, para o melhor aproveitamento das potencialidades e meios existentes.

Assim, propõe-se como **ambição para o Mar Algarve**:

Garantir às gerações presentes e futuras a manutenção e o usufruto do seu património marinho e marítimo (natural e cultural) associado ao desenvolvimento social e da economia do mar, através da gestão da zona costeira e do Mar do Algarve de forma sustentável, equitativa, holística e integrada, promovendo uma ética do mar e criando uma imagem de marca marítima inovadora e internacional, baseada em critérios de excelência do conhecimento, dinâmica de participação, inovação e liderança.

O patamar de desenvolvimento e excelência subjacente a tal ambição pode ser resumido numa frase simples:

Desenvolver até 2015 o *cluster* do Mar Algarve, reconhecido pela excelência a nível nacional e internacional

Os princípios subjacentes à estratégia são, no nosso entender:

- Sustentabilidade e solidariedade intergeracional
- Princípio da prevenção e precaução
- Abordagem sistémica
- Coesão e equidade social
- Equidade Intra e Inter-gerações
- Gestão integrada e holística
- Gestão adaptativa
- Participação
- Ética
- Subsidiariedade
- Transparência
- Co-responsabilização
- Respeito pelo direito internacional
- Suporte científico e técnico
- Boas práticas
- Respeito pelo conhecimento tradicional
- Operacionalidade

Os subsídios para a estratégia foram realizadas tendo por base uma análise sumária dos sectores estruturantes para o desenvolvimento da estratégia regional para o Mar Algarve, uma análise cruzada dos diagnósticos, com vista à identificação de prioridades transversais conducentes ao desenvolvimento e implementação de uma estratégia integrada, bem como a identificação de falhas de informação consideradas estruturantes. Teve ainda por base a reflexão e os debates realizados entre os membros da Comissão, para a identificação de medidas de acção prioritárias.

Estas medidas devem definir os mecanismos que possibilitem tirar o melhor partido dos recursos disponíveis, conhecer o património marinho promovendo a sua utilização e preservação, recuperar e tornar economicamente viável a exploração sustentável dos recursos naturais depauperados, resolver os conflitos sectoriais decorrentes das diversas utilizações do Mar e apostar nas novas actividades em que a região possa ser competitiva, diferenciando-se e aproveitando as oportunidades que se lhe apresentem.

Só numa perspectiva sustentável é possível o aproveitamento das oportunidades identificadas e a consequente criação de riqueza económica e emprego, através de actividades como o transporte marítimo, a actividade portuária, a indústria naval, a pesca, a aquicultura, a indústria transformadora de pescado, o turismo, a náutica de recreio, as energias renováveis, a ciência, tecnologia e inovação, a biotecnologia e a exploração de recursos vivos ou não vivos.

Estas medidas deverão ser alvo de planos de acção específicos (orientados para a mobilização, a educação e a capacitação, com vista à implementação da estratégia regional para o Mar), dinamizados pela futura estrutura de coordenação, em articulação com as diferentes tutelas, onde serão definidos os principais intervenientes e o seu papel, os meios financeiros a mobilizar e a sua origem e, finalmente, os indicadores de avaliação a utilizar.

6.1. Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos que derivam da análise SWOT e da formulação da ambição estratégica para o Mar Algarve, podem vir a configurar os eixos de um futuro Plano de Acção e no nosso entender, são os seguintes:

1. **Recuperação, Protecção e Conhecimento da Biodiversidade do Mar Algarve**
2. **Desenvolvimento e consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve**
3. **Reconciliação entre Homem-Mar através do desenvolvimento de uma imagem de marca**
4. **Assumir uma posição de destaque e de especialização nos Assuntos do Mar**
5. **Desenvolvimento de um sistema de governança para os Mares do Algarve**
6. **Desenvolvimento de uma Ética do Mar**

6.1.1 Recuperação, Protecção e Conhecimento da biodiversidade do Mar Algarve

Este objectivo propõe-se garantir a recuperação e manutenção da diversidade e a da sustentabilidade do ambiente marinho e respectivos recursos naturais assente no conhecimento científico, seguindo o princípio da gestão por ecossistema, e em consonância com os compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Uso e desenvolvimento da orla costeira

Os usos do litoral e o desenvolvimento da zona costeira devem ocorrer de forma ecologicamente sustentada.

O litoral é um dos elementos mais marcantes da região, nele se localizando as actividades económicas motoras do seu desenvolvimento. Visando a valorização deste património natural, a zona costeira deverá ser objecto de uma gestão integrada, entendida como um processo dinâmico, contínuo e interactivo que complete a coordenação e a harmonização dos valores ambientais, socioeconómicos e territoriais.

Uma das principais ferramentas para a promoção das actividades económicas ligadas ao mar é o correcto ordenamento e planeamento espacial do espaço oceânico e das zonas costeiras. Para isso, torna-se necessário inventariar, cartografar e promover a agilização e simplificação dos procedimentos que fomentem a economia do mar, sem prejuízo de ser assegurada a sua sustentabilidade ambiental, criar mapas de oportunidade para as novas utilizações e articular os sistemas de acompanhamento, vigilância, controlo, segurança e defesa nacional.

Os **Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)**, elaborados por troços de costa, visam planear de forma integrada os recursos do litoral, definindo os condicionamentos, vocações, usos dominantes e a localização de infra-estruturas de apoio a esses usos. Em articulação com os Planos Directores Municipais e outros planos de ordenamento (nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento de Território do Algarve), os POOC têm por objecto as águas costeiras e interiores e respectivos leitos e margens, com faixas de protecção (zona terrestre de protecção e faixa marítima de protecção). Estes planos têm como objectivo o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira, a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear, a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos, a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza. Integram o conjunto de intervenções urgentes, com vista à recuperação e ou valorização de ecossistemas, compreende reorganização ou melhoria das condições de estacionamento e acesso e das condições dos núcleos de pesca local, em locais onde se encontra ameaçada a segurança dos utentes da orla costeira ou de importante património construído, etc.

No Algarve, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira, já aprovados e publicados, abrangem os seguintes troços de costa: Sines-Burgau, Burgau-Vilamoura, Vilamoura-Vila Real de Santo António.

No “Plano de Acção para o Litoral 2007-2013” de Outubro de 2007 foram identificadas a partir dos POOC aprovados as várias intervenções a realizar.

No âmbito do **POOC Sines – Burgau**, as intervenções identificadas para o Algarve, são as seguintes:

- Arribas da Arrifana – Aljezur: estudo específico geotécnico, definição de solução, elaboração de projecto e intervenções seguintes (obra)
- Arribas de Odeceixe – Aljezur: consolidação dunas; ponte pedonal de ligação norte-sul; obras de defesa
- Arribas da Carrapateira – Aljezur: estabilização da arriba
- Praia de Odeceixe – Aljezur: dragagem da ribeira de Seixe para manutenção do equilíbrio do sistema
- Praia da Amoreira – Aljezur: dragagem da ribeira de Aljezur, para manutenção do equilíbrio do sistema e para prevenção do risco de cheia
- Praia da Salema – Vila do Bispo: estudo, projecto e intervenções seguintes – prolongamento e recuperação da rampa varadouro na praia da Salema
- Sistema dunar da praia do Martinhal – Vila do Bispo: estudo, projecto e intervenções seguintes – protecção e recuperação do sistema dunar e zona envolvente da lagoa
- Praia da Amoreira – Aljezur: reordenamento de estacionamento e criação de acesso
- Praia de Monte Clérigo – Aljezur: drenagem de acessos, consolidação de acesso pedonal, estabilização de arriba a sul da praia, arranjo paisagístico da área junto ao núcleo urbano
- Praia da Cordoama – Vila do Bispo: consolidação e balizamento de estacionamento, criação de acesso pedonal
- Praia da Mareta – Vila do Bispo: criação de estacionamento, consolidação de acesso pedonal, protecção da envolvente
- Praia do Martinhal – Vila do Bispo: criação de estacionamento consolidação do acesso pedonal protecção dunar e zona envolvente da lagoa
- Praia da Ingrina – Vila do Bispo: delimitação e regularização de estacionamento junto ao equipamento e melhoria do estacionamento próximo da Almadrava
- Praia das Furnas – Vila do Bispo: ordenamento do estacionamento e consolidação do acesso pedonal
- Praia da Boca do Rio - Vila do Bispo: consolidação e ordenamento do estacionamento, valorização da envolvente do património arqueológico, condicionamento do acesso de viaturas e protecção da arriba
- Praia de Cabanas Velhas – Vila do Bispo: criação e ordenamento de estacionamento e consolidação de acesso pedonal

As intervenções identificadas no **POOC Burgau – Vilamoura** são:

- Arribas e alimentação artificial da Praia D. Ana – Lagos: estudo específico geotécnico; definição de solução, elaboração de projecto e intervenções seguintes (obra)
- Arribas e alimentação artificial da Praia do Castelo – Lagos: estudo específico geotécnico; definição de solução, elaboração de projecto e intervenções seguintes (obra)
- Arribas e alimentação artificial das Praias Careanos, Amado e Três Castelos – Portimão: estudo específico geotécnico; definição de solução, elaboração de projecto e intervenções seguintes (obra)
- Promontório Sra. da Rocha – Lagoa: estudo específico geotécnico; definição de solução, elaboração de projecto e intervenções seguintes (obra)
- Torre da Medronheira – Albufeira: protecção das áreas de risco
- Requalificação da Ponta da Piedade – Lagos: estacionamento, balizamento de zonas de risco, requalificação de estruturas, miradouros, valorização paisagística, percursos pedonais.
- Requalificação da Meia Praia Nascente – Lagos: Conclusão da obra. Estacionamento, acessos, valorização paisagística, infra-estruturas eléctricas, passadiços sobrelevados, balizamento e recuperação dunar.
- Requalificação da Praia do Vau – Portimão: acessos
- Requalificação da Praia do Alvor – Portimão: estacionamento, acessos, valorização paisagística, infra-estruturas eléctricas, drenagem de águas pluviais, passadiços sobrelevados, balizamento e recuperação dunar

- Projecto de Requalificação do Algar Seco – Lagoa: estacionamento, balizamento de zonas de risco, requalificação de estruturas, miradouros, valorização paisagística, percursos pedonais.
- Plano de Praia da Galé – Albufeira: estacionamento, acessos, valorização paisagística, infra-estruturas eléctricas, drenagem de águas pluviais.
- Plano de Praia da Praia Manuel Lourenço Leste – Albufeira: estacionamento, acessos e valorização paisagística.
- Plano de Praia da Coelha – Albufeira: estacionamento, acessos e valorização paisagística.
- Plano de Praia do Castelo – Albufeira: estacionamento, acessos, balizamento de zonas de risco, valorização paisagística.
- Plano de Praia da Oura – Albufeira: acessos à praia (incluindo utentes com mobilidade reduzida), acessos para veículos de emergência e limpa-praias), requalificação de linha de água e arribas.
- Plano de Praia da Praia dos Arrifes – Albufeira: estacionamento, acessos, balizamento de zonas de risco, valorização paisagística.
- Vedação de zonas de risco das arribas – Vários concelhos: balizamento e vedação de zonas de risco.

As intervenções previstas no âmbito **POOC Vilamoura - Vila Real de Santo António** são as seguintes:

- Demolições de construções ilegais nas ilhas barreira (ilhotas) – Faro e Olhão: demolição de diversas construções ilegais em DPM e ameaçadas pelo mar, não dependendo da execução de UOPG. Renaturalização e reabilitação da faixa costeira. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- Ilha de Faro – Faro: Retirada de populações de zona de risco, requalificação e reabilitação da faixa costeira. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa)
- Ilha da Culatra (Núcleo da Culatra) – Faro: Retirada de populações de zona de risco, requalificação e reabilitação da faixa costeira. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- Ilha da Armona (núcleo da Armona e núcleo da Fuzeta) – Olhão: Retirada de populações de zona de risco, requalificação e reabilitação da faixa costeira. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- Ilha de Tavira – Tavira: Retirada de populações de zona de risco, requalificação e reabilitação da faixa costeira. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- Reforço dunar – Loulé, Faro, Olhão, Tavira e V.R.S.António: Recuperação do cordão dunar reforçando a sua estabilidade biofísica com reforço do areal da praia.
- Unidade Operativa de Planeamento e Gestão II (UOPG) – Vale de Lobo – Loulé: Análise custo/benefício das soluções adequadas face ao risco de erosão existente, reformulação dos acessos pedonais e viários, ordenamento dos estacionamento, criação de espaços de lazer directamente relacionados com a área de uso balnear.
- UOPG III – Ilha de Faro – Faro: Plano de Pormenor; Plano de Intervenção; Intervenções seguintes. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa)
- UOPG IV – Ilha da Culatra (núcleo da Culatra) – Faro: Plano de Pormenor; Plano de Intervenção; Intervenções seguintes. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- UOPG V – Ilha da Armona (núcleo da Armona) – Olhão: Plano de Pormenor; Plano de Intervenção; Intervenções seguintes. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa)
- UOPG VI – Quatro Águas – Tavira: Plano de Pormenor; Plano de Intervenção; Intervenções seguintes. (A integrar na operação integrada de requalificação da Ria Formosa.)
- Transposição de sedimentos da Barra de Stª Maria (da Deserta para o Farol) e da Barra de Tavira (de Tavira para Cabanas)
- Faro e Tavira: Estudos com efeitos a médio e longo prazo e essencial para definir opções imediatas.
- Plano de Praia do Garrão Nascente – Loulé: estacionamento, acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia do Ancão – Loulé: estacionamento, acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística.

- Plano de Praia dos Cavacos – Olhão: estacionamento, acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia da Fuzeta Mar – Olhão: acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia do Barril – Tavira: estacionamento, acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia da Ilha de Tavira – Tavira: acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia de Cabanas – Tavira: acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística
- Plano de Praia da Praia da Manta Rota – Vila Real de Santo António: estacionamento, acessos, requalificação de estruturas e valorização paisagística

Para além das previstas nos POOC propõe-se ainda a execução das seguintes intervenções:

- Valorização e requalificação da zona ribeirinha de Faro;
- Requalificação da zona costeira de ligação Quarteira – Vilamoura;
- Pedonalização da Frente Mar de Armação de Pêra;
- Requalificação e valorização das frentes ribeirinhas da Marginal de Cabanas e Quatro Águas.

► Riscos e processos litorais físicos (efeitos das ondas, marés, correntes, tempestades)

A manutenção das fontes de sedimentos, para e ao longo da linha de costa, bem como zonas tampão entre áreas humanizadas e a linha de costa para suportar flutuações naturais da linha de costa a fim de proteger bens e vidas.

De acordo com o documento da Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira, a minimização de situações de risco e de impactos ambientais, sociais e económicos é considerado um objectivo prioritário, pretendendo-se intervir em áreas de risco associadas a fenómenos de origem natural e/ou humana, através da implementação de programas operacionais que permitam a curto prazo mitigar situações críticas com base na definição de prioridades; salvaguardar as áreas vulneráveis e de risco, através da operacionalização de planos de contingência e de uma gestão adaptativa e prospectiva baseada em mecanismos de avaliação que tenham em conta a dinâmica da zona costeira; promover a análise de custo - benefício, através da sua obrigatoriedade em todas as intervenções sujeitas a avaliação de impacto ambiental e ainda nas situações previstas nos instrumentos de gestão territorial; e articular de forma unificada os corpos especializados de intervenção em situações de emergência, através da co-responsabilização das entidades competentes, de acções de formação contínua específicas e de adequação dos meios humanos e operacionais.

É hoje consensual que as ameaças e os riscos que pendem sobre as zonas costeiras, o ambiente marinho e a sua biodiversidade, como sejam os acidentes marítimos, a poluição marinha, as actividades ilícitas, entre as quais a imigração ilegal e o terrorismo, as alterações climáticas, o aumento do nível do mar, as catástrofes naturais e a sobre-exploração dos recursos do oceano são significativos e têm repercussões à escala planetária. Estas ameaças implicam novas formas de articulação interna, de cooperação internacional e de princípios de gestão, já que condicionam o desenvolvimento sustentável das sociedades, com impactes na saúde pública, no desenvolvimento económico e social e na qualidade de vida das populações.

Finalmente, nenhuma estratégia para o mar pode ser eficazmente implementada sem um eficiente sistema integrado de vigilância, segurança e defesa que possua os meios que possibilitem uma eficaz e articulada vigilância marítima, a salvaguarda contra riscos naturais.

Neste domínio algumas propostas de projectos a desenvolver são:

- Disponibilidade de equipamentos e equipas de protecção civil com formação adequada para actuar em derrames de petroleiros/cargueiros e acidentes no transporte/armazenamento de combustíveis líquidos e gasosos;
- Plano de Prevenção de Riscos e estratégias de acção no Algarve;
- Salvaguarda em meio urbano de corredores de evacuação e de pontos de concentração de pessoas, em caso de acidente ou de calamidade;
- Vedação do acesso de pessoas à margem marítima em troços de falésias em desmoronamento ou abatimento, e da travessia de formações dunares.

► Qualidade da Água

Assegurar a manutenção da qualidade da água nas zonas costeiras por forma a garantir a manutenção de ecossistemas marinhos, e manutenção dos usos humanos, algumas das intervenções a desenvolver deverão ser:

- Erradicação de espécies infestantes (acácia chorão das areias);
- Consolidação de um sistema ambiental sustentável e melhoria do aproveitamento das energias renováveis, nomeadamente a através da avaliação de risco dos poluentes na orla costeira; da monitorização ambiental em oceanografia; da monitorização e modelação matemática dos aquíferos costeiros do Algarve; etc..

► Património Cultural e Paisagem

A este nível é importante promover a valorização e conservação do património cultural terrestre e subaquático existente e a protecção e valorização das paisagens litorais, bem como os valores cénicos e culturais associados.

As propostas de intervenções a realizar são:

- Itinerários arqueológicos do Algarve (restauro e valorização de diversos sítios arqueológicos costeiros e relacionados com o Mar);
- O restauro e valorização de castelos, muralhas e fortalezas costeiros e relacionados com o Mar;
- A requalificação de núcleos urbanos costeiros e ribeirinhos;
- Roteiro de Património Marítimo: rede de museus, património construído e subaquático;

► Conservação da Natureza

Importa neste domínio assegurar a manutenção, recuperação ou restauro dos ecossistemas costeiros e marinhos, bem como o conhecimento das suas potencialidades para a manutenção da biodiversidade e actividades económicas.

Neste sentido as intervenções a desenvolver passam pela promoção do conhecimento, avaliação e protecção da biodiversidade marinha, recuperando habitats e ecossistemas degradados e salvaguardando as áreas essenciais para a conservação e gestão dos recursos vivos e não vivos, nomeadamente através da criação de uma rede de áreas marinhas protegidas, assegurando o combate e controlo da poluição, incluindo o efeito das actividades humanas realizadas em meio terrestre sobre o meio marinho, combatendo e prevenindo a introdução de espécies não indígenas e assegurando a monitorização global do estado de saúde do ambiente marinho.

É necessária também a protecção devida do valioso património natural marinho que Portugal possui, através do conhecimento e avaliação dos valores geológicos, arqueológicos, estéticos e históricos, da implementação de medidas de gestão sustentável dos recursos vivos e da investigação e salvaguarda do património subaquático.

Alguns dos projectos a executar deverão estar associados às áreas de:

- Preservação de áreas ambientalmente sensíveis (orla costeira, paisagem e biodiversidade)
- Gestão integrada dos recursos pesqueiros do Algarve;
- Pescarias de Bivalves do Litoral Algarvio;
- Qualidade e salubridade dos moluscos bivalves.

► O acesso público à linha de costa

A manutenção do acesso público à linha de costa, deverá ser consistente com a conservação dos recursos costeiros e segurança pública.

A liberdade de acesso à orla costeira e ao domínio público marítimo, é o resultado de tradições e costumes imemoriais, profundamente enraizados na sociedade portuguesa, os quais constituem um elemento muito positivo do nosso ordenamento, face às experiências europeias, tendo de alguma forma permitido a existência de uma faixa *non edificante*.

► Defesa e Segurança

No domínio da defesa e segurança é importante assegurar a protecção de pessoas e bens, bem como o usufruto das amenidades existentes, e futuras, incluindo segurança pública, combate à poluição marítima e fiscalização das actividades económicas.

Entre outras razões, a poluição marítima, a desterritorialização de redes de organizações ilegais que operam no ambiente marítimo ou com ele conexas, e as várias ofensas que daí advêm a elementos estruturais do Estado são, a dados de hoje, uma das as grandes preocupações dos Estados costeiros.

As intervenções nesta área deverão passar por:

- Clarificar as atribuições, áreas de intervenção e coordenação das entidades do Sistema de Autoridade Marítima.
- Prevenir e combater a poluição, a segurança da navegação e protecção e salvaguarda da vida humana no mar no âmbito dos sistemas nacionais para a busca e salvamento, a fiscalização marítima, a mitigação de riscos naturais e o apoio às populações no âmbito do Serviço Nacional de Protecção Civil.
- Garantir a efectiva actuação da autoridade competente para a segurança do transporte marítimo e dos portos e das autoridades portuárias, tendo em conta as suas responsabilidades na gestão e implementação do sistema de controlo de tráfego marítimo (VTS) e das normas decorrentes do código ISPS.
- Modernizar os sistemas de segurança e vigilância das actividades marítimas e costeiras, designadamente do Sistema de Vigilância da Orla Costeira (SIVIC), e do reforço da cooperação entre as entidades envolvidas (2007-2008), para assegurar a protecção da fronteira marítima e das águas territoriais nacionais, garantindo a eficiência do controlo das áreas vulneráveis e o combate às ameaças sobre a costa portuguesa.

- Combater, em colaboração com outras polícias, às redes transnacionais de terrorismo, tráfico de armas, de droga, escravatura, a imigração ilegal, etc;
- Fiscalizar a pesca e os ilícitos marítimos;
- Definir mecanismos de segurança em navios, em instalações portuárias e demais espaços marítimos, no acesso e largada do porto, ou nos espaços de lazer costeiros, garantindo a segurança de pessoas e bens.

6.1.2 Desenvolvimento e consolidação de uma economia sustentável para o Mar Algarve

Com este objectivo pretende-se associar a prática económica com a capacidade de desenvolvimento da sociedade do conhecimento, a aposta na inovação, na melhoria da liderança e a eficiência associada à valorização do património marítimo-cultural, e tendo como bases o desenvolvimento social e ambiental.

Desenvolver um *cluster* de actividades económicas para o Mar do Algarve, através:

- do desenvolvimento de parcerias privado-privado e público-privado, por forma a desenvolver sinergias, e tendo em conta a identidade socio-cultural do Algarve, bem como o uso sustentável dos recursos naturais dos Mares do Algarve.
- da procura de novas oportunidades de negócio nas várias vertentes: investigação (ex. biotecnologia, incubação de empresas, liderança de projectos internacionais, transporte marítimo, náutica de recreio, e novas oportunidades para o turismo: “Ligar terra-a-mar”, congressos, formação, actividades subaquáticas, cruzeiros)

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Pesca, aquacultura e actividades económicas ligadas aos recursos do Mar

Pretende-se o desenvolvimento de medidas de gestão ecologicamente sustentável das pescas, onde se inclui, naturalmente, a vertente social; serviço de extensão para o apoio técnico e social; integração das medidas de pescas e de aquacultura com a gestão de recursos naturais; promoção do desenvolvimento social e económico das comunidades piscatórias.

Para assegurar o equilíbrio da exploração de recursos, deverão ser criadas medidas que tornem mais justa a distribuição de rendimentos na cadeia de valor, diversificar as actividades económicas das comunidades piscatórias, implementar áreas marinhas protegidas, recuperar ecossistemas degradados, reforçar o sistema de recifes artificiais, fomentar a investigação e desenvolvimento em sistemas de aquicultura offshore, garantindo a sua rentabilidade económica e sustentabilidade ambiental.

Neste sentido incentivar o investimento conducente a uma maior competitividade do sector; o apoio à frota e correcta gestão dos recursos, a valorização dos produtos da pesca, aquacultura e salicultura, a formação e inovação (novos produtos: algas, biologia molecular, genética aplicada, etc.) são prioridades.

A reabilitação/ordenamento de portos de pesca existentes, bem como a modernização dos seus equipamentos é imprescindível para o desenvolvimento da actividade piscatória.

Destacam-se os seguintes projectos:

- Instalações terrestres dos Portos de Pesca de Quarteira e de Albufeira;
- Porto de Pesca de Tavira;
- Beneficiação dos Portos de Pesca da Fuzeta, Cabanas e Santa Luzia;
- Requalificação ambiental do Porto de Pesca Portimão;
- Requalificação ambiental e reordenamento das áreas molhadas e terrestres do Portos de Pesca de Olhão, Tavira, Baleeira e Lagos;
- Beneficiação do Portinho do Forno – Carrapateira;
- Conclusão da rede de distribuição e comercialização de pescado, em articulação com os portos;
- Valorização e certificação dos Produtos do Mar.

► Transporte marítimo

Na área dos transportes impõe-se a procura de novas formas de transporte de forma a aumentar a eficiência do transporte de mercadorias, bem como a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Neste sentido é importante apostar na competitividade dos portos regionais e fomentar o transporte marítimo, enquanto modo de transporte menos poluente. Além disso deverá promover-se a articulação do transporte marítimo com outros modos de transporte, acrescentando valor através de cadeias logísticas, bem como através da implementação de instrumentos de normalização e simplificação de procedimentos, tais como a Janela Única Portuária.

Deste modo é necessário promover o ordenamento marítimo e a modernização de infra-estruturas de suporte e a aplicação de novas tecnologias às embarcações de controlo de tráfego e dotar o Algarve de uma rede eficiente de infra-estruturas portuárias (pesca, comercial, recreio).

Identificam-se a este nível os seguintes projectos:

- Porto Comercial de Faro (requalificação, beneficiação de infra-estruturas gerais do porto, estudo de entrada na Barra);
- Projecto de construção e reparação naval no Porto em Portimão;
- Apetrechamento de espaço para reparação de embarcações nos Portos de Olhão, Vila Real de Santo António e Baleeira/Sagres;
- Desenvolvimento do porto de Faro/Olhão com base no transporte de cabotagem;
- Plataforma Empresarial associada à construção de embarcações e novas tecnologias aplicadas ao sector, em Olhão;
- Requalificação portuária e sua reconversão para uso público;
- Transportes públicos na Ria Formosa (em especial, carreira regular Faro – Ilha de Faro).

► Turismo, lazer, desportos e náutica de recreio

Neste domínio deverá valorizar-se o Mar como diferenciador da oferta turística e estimular as actividades associadas ao Mar que permitam a ocupação de tempos livres, o lazer e o desporto, desenvolvendo condições para um fácil e natural acesso ao mar.

O aumento da procura do segmento de cruzeiros induz, igualmente, a necessidade de investimentos significativos a curto/médio prazo que assegurem a viabilidade deste segmento, compatível com a pretensão de diversificação e promoção do produto turístico.

De salientar também a importância de promover o turismo náutico e oceânico através da aposta na organização de provas desportivas internacionais de grande prestígio e em actividades marítimo-turísticas, como a vela, o remo, a canoagem, a náutica de recreio, o mergulho e a observação de aves e cetáceos.

Outro segmento que poderá ser dinamizado é o do turismo de natureza, para tirar partido das importantes áreas naturais classificadas existentes na nossa costa. De referir ainda a importância de desenvolver as potencialidades do turismo associado à actividade da pesca e mergulho.

Os projectos propostos são os seguintes:

- Navegabilidade do Rio Guadiana – valorização da marginal de Alcoutim; valorização de margens; dragagem, balizagem e assinalamento marítimo entre Vila Real de Santo António e o Pomarão;
- Navegabilidade do Rio Arade – dragagens de manutenção, balizagem e assinalamento marítimo com requalificação de margens e infra-estruturas de apoio;
- Porto de cruzeiros de Portimão – Adaptação do terminal de cruzeiros;
- Criação de um parque destinado ao ecoturismo subaquático entre Portimão e Lagos;
- Porto de Recreio da Baleeira;
- Porto de Recreio de Faro;
- Porto de recreio de Vila Real de Santo António (Ponta da Areia);
- Portos de recreio (Tavira, Boca do Rio, Arrifana, Guadiana);
- Marina de Ferragudo;
- Centro de desportos marítimos de vento (Windsurf / Surf, etc.);
- Rede de Centros Náuticos do Algarve;
- Centro de Motonáutica, em Portimão;
- Parques infantis, caminhos pedonais e parques de jogos nas praias;
- Diversificação e Qualificação do Turismo no Algarve.

6.1.3 Reconciliação entre Homem-Mar através do desenvolvimento de uma imagem de marca

Pretende-se neste domínio desenvolver uma imagem de marca de maritimidade e com projecção internacional. A imagem de marca deverá estar assente na excelência, na especialização do conhecimento, na inovação e na liderança, bem como na defesa e potenciação da identidade cultural, histórica e marítimo-patrimonial.

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Imagem

A proclamação do Mar como factor diferenciador e de identidade, assumindo-o como prioridade estratégica e um projecto regional, reclama a existência de condições e mecanismos que possibilitem aos diversos agentes desenvolver, de forma equilibrada e articulada, as múltiplas actividades ligadas ao Mar, tendo em vista a promoção da qualidade

do ambiente marinho, do crescimento económico e a criação de novos empregos e oportunidades. Deste modo importa reforçar a identidade da região do Algarve com o Mar, olhando às suas potencialidades culturais e naturais, bem como aos sectores de actividade existentes.

Assim, propõem-se os seguintes projectos:

- Criação de um Fórum dos Descobrimentos / Museu Nacional dos Descobrimentos (incluído no parque temático);
- Desenvolver parques temáticos subordinados ao tema Mar/Descobrimentos;
- Realizar estudo de marketing com vista ao desenvolvimento de imagem de marca do Mar Algarve;
- Promover no Algarve eventos associados ao Mar.

► Liderança e Internacionalização

Pretende-se o desenvolvimento de capacidades de liderança e visão estratégica no domínio da política de oceanos e dos assuntos do mar, bem como a projecção do Mar Algarvio na Europa e no mundo global.

As áreas de intervenção envolvem a cooperação transfronteiriça, a cooperação e lobby internacional, em particular com os estados membros da UE e da CPLP.

Neste sentido deverá fomentar-se:

- A liderança de projectos na UE e Internacionais (criação de núcleo de diagnóstico e gestão de projecto);
- A participação dos agentes regionais em reuniões internacionais e acções de divulgação de actividades: CRPM, NG4SD, Congressos e Seminários, Reuniões técnicas de Bruxelas.

6.1.4 Assumir uma posição de destaque e de especialização nos Assuntos do Mar

No âmbito deste objectivo pretende promover-se a formação de um centro de excelência com projecção internacional para a formação de recursos humanos especializados na política integrada de oceanos e nas ciências do mar, e pro-activo no desenvolvimento das políticas e nos assuntos do mar.

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Desenvolver uma posição de excelência e de especialização em assuntos do mar

Pretende-se a criação na região de um Centro de Excelência para os assuntos do Mar, com projecção internacional, optimizando os meios existentes e apostando na formação e fixação de recursos humanos altamente qualificados na política integrada de oceanos e nas ciências do mar. Nesse sentido, a região deverá ter capacidade de congregar esforços no sentido de captar as parcerias adequadas ao desenvolvimento de um pólo de excelência internacional no domínio das Ciências do Mar, associando a investigação a projectos aplicados e à transferência e difusão de tecnologias e inovação.

Este centro de excelência deverá igualmente ser capaz de restabelecer o mar como recurso económico de valor acrescentado para a região, promovendo a consolidação do cluster Mar Algarve e fazendo a ponte entre o conhecimento científico e tecnológico e as empresas que operam nos muitos sectores ligados ao mar. Este centro será uma nova oportunidade para a economia marítima, que pode voltar a ter um papel fulcral no reforço da imagem e da identidade da região, e também um reforço para o crescimento, apoiado nos mais recentes desenvolvimentos da tecnologia.

A aposta na investigação e formação na área do Mar, dando continuidade ao relevante trabalho já desenvolvido na região, associada a uma política de integração dos vários vectores de investigação, é uma prioridade.

No que concerne ao conhecimento, só através de uma aposta coerente e sustentada na investigação científica e no desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao oceano e às zonas costeiras é possível criar uma base sólida para as decisões de governação, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e de gestão integrada.

Existe um conjunto de novas actividades que iniciaram o processo de procura e ocupação do espaço oceânico para as quais Portugal tem condições excepcionais de desenvolvimento. Entre estas, temos a aquicultura offshore, a biotecnologia, as energias renováveis e a robótica submarina. Importa, assim, promover as condições para a instalação destas indústrias e actividades no nosso país, apostando no seu potencial económico e tecnológico e retirando no futuro os benefícios decorrentes dessa aposta.

Um outro sector onde Portugal poderá desempenhar um papel decisivo é o das energias renováveis ligadas ao Mar, quer seja em relação ao aproveitamento da energia das ondas, da energia eólica offshore, ou ainda da energia das correntes marítimas. Apostando nas energias renováveis, contribuindo para a redução da dependência energética externa e da emissão de gases com efeito de estufa, aproveitando os recursos existentes no mar, agilizando os procedimentos de licenciamento, mobilizando e atraindo investimento privado e apostando nas inovações tecnológicas que permitam responder aos desafios da competitividade deste sector e ao desenvolvimento de uma indústria que produza bens, equipamentos e serviços que potenciem o emprego, as exportações de equipamentos e tecnologia e a reconversão de indústrias, como por exemplo as metal-mecânicas e os estaleiros navais; assegurando, também, o melhor conhecimento das aptidões geológicas do deep off-shore, nomeadamente para fins energéticos com origem fóssil;

No âmbito do desenvolvimento de uma posição de excelência e de especialização em assuntos do Mar, e dos recursos humanos, identificam-se as seguintes intenções/projectos:

- Desenvolver estudo de viabilidade de um Parque Tecnológico das Ciências do Mar, Parque Tecnológico da Energia Solar, Parque Tecnológico da Cortiça;
- Reforçar as infra-estruturas de investigação científica em diversas áreas, nomeadamente na área de aquicultura;
- Promover a investigação científica a nível das Ciências do Mar e a transferência de tecnologia para a conservação do ambiente, para a preservação do património natural, e para a valorização dos recursos naturais;
- Desenvolver o Pólo Científico de Sagres / Centro Oceanográfico de Sagres;
- Criar um Núcleo de Apoio a Projectos Estruturantes em Assuntos do Mar (para a administração pública, ID&T e parcerias público-privadas);
- Desenvolver um Programa de Investigação por demanda da administração pública (criação de núcleo de diagnóstico e gestão de projecto);
- Diversificar e otimizar a produção em moluscicultura;
- Monitorizar a qualidade dos produtos da pesca e aquicultura;
- Desenvolver a produção de novas espécies em piscicultura.

► Recursos Humanos

Desenvolvimento de recursos humanos para uma gestão integrada, multidisciplinar e socialmente consciente e com capacidade de inovar e liderar.

Investindo em recursos humanos qualificados, projectos e infra-estruturas de ciência e tecnologia associada ao oceano, optimizando os recursos existentes, fomentando e reforçando a cooperação e partilha de meios entre instituições e participando activamente nas redes internacionais.

A obtenção de resultados tangíveis só será perceptível em alguns casos a médio/longo prazo, exigindo por isso uma aposta rápida mas persistente nas áreas ligadas à educação, capacitação de meios humanos, criação e optimização de infra-estruturas e investigação e desenvolvimento.

As propostas de intervenções a realizar são:

- Promover a formação para a actualização e reciclagem de quadros no âmbito da política do mar, nomeadamente em áreas emergentes:
 - Biotecnologia marinha;
 - Economia do mar e valorização dos recursos marinhos;
 - Assuntos do mar;
 - Gestão integrada das zonas costeiras e do mar;
 - Ordenamento dos recursos e usos do mar: planeamento espacial;
 - Liderança de processos e projectos;
 - Redução de conflitos e processos colaborativos;
 - Política do mar e ambiente;
 - Articulação indústria/investigação;
- Criar a cadeira de projecto no âmbito da política do mar em cursos da Universidade do Algarve e também como workshop para licenciados.

6.1.5 Desenvolvimento de um sistema de governança para o Mar Algarve

Com este objectivo pretende-se a promoção de uma gestão integrada e holística; participada pelos diferentes actores dos mares do Algarve, conducente à resolução de conflitos nos usos do mar, ao desenvolvimento de parcerias e sinergias, e contribuindo para uma melhor articulação entre o desenvolvimento dos objectivos das políticas ao nível nacional e Europeu com a sua implementação ao nível regional e local.

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Integração e Coordenação

A gestão costeira deverá ser integrada e coordenada com os vários níveis de governo e dentro da comunidade Algarvia.

A estratégia regional para o Mar pressupõe uma adequada percepção e coordenação das prioridades estabelecidas ao nível dos diversos objectivos sectoriais e deve conferir coerência às políticas que os diversos assuntos do Mar intrinsecamente possibilitam desenvolver e integrar. Será necessária uma articulação particular com os planos, estratégias e programas que incidam nas zonas costeiras e águas adjacentes.

Pretende-se que esta Estratégia seja implementada através de um diálogo com todas as partes interessadas e orientada para a acção, coordenação e articulação, clarificando, simplificando e acelerando os procedimentos para os agentes económicos, tendo por base uma informação técnico-científica sólida, bem como o respeito dos princípios e acordos assumidos por Portugal.

O Conselho Regional já criado poderá constituir-se como impulsionador para a implementação da estratégia regional para o Mar. A articulação intergovernamental dos assuntos do Mar será desta forma garantida de modo permanente, mantendo-se as competências e áreas de acção vertical e sectorial de cada entidade. O Conselho Regional dinamizará planos de acção específicos para a implementação da estratégia regional para o mar.

A necessidade de coordenação e articulação de todas as áreas que respeitem ao Mar é sentida em áreas onde existe falta de abrangência e continuidade de jurisdição, ou sobreposição de jurisdição e competências de várias autoridades, que, em acréscimo, se encontram divididas pelos vários níveis da administração local, regional e central, sendo particularmente evidente nas áreas de interface entre mar e terra.

Assim, para que a Estratégia Regional para o Mar seja efectiva, torna-se necessário promover objectivos comuns e encontrar formas efectivas de coordenação e articulação dos assuntos marcadamente transversais, bem como analisar e promover a resolução de potenciais conflitos decorrentes da aplicação de medidas estritamente sectoriais, com vista ao melhor aproveitamento das potencialidades que o Mar oferece.

A mais-valia desta Estratégia é tornar o Mar num projecto regional, apostando numa abordagem integrada da governação dos assuntos do Mar, que pela primeira vez congregue os esforços das diferentes tutelas, dos agentes económicos, da comunidade científica, das organizações não governamentais e da sociedade civil, co-responsabilizando todos os actores para o aproveitamento do Mar como factor diferenciador do desenvolvimento económico e social, valorizando e preservando este património.

Com efeito, o Estado tem um papel facilitador e promotor de condições de desenvolvimento económico e social, mas cabe às empresas e à sociedade civil o papel principal na concretização dos objectivos que são a razão de ser desta Estratégia Regional para o Mar, reforçando a vontade de participação responsável e de cooperação na resolução activa dos problemas.

Assim, é urgente criar uma estrutura de coordenação dos assuntos do Mar que promova a articulação de políticas, a definição de rumos estratégicos, a clarificação de áreas de acção e competências, acrescentando valor aos objectivos sectoriais. Esta estrutura deve garantir a articulação, nas suas vertentes, política, económica, social, ambiental, científica, tecnológica, de defesa e segurança, reforçando a imagem e a identidade regionais.

Esta estrutura de coordenação para a definição de um plano de acção e implementação da Estratégia Regional para o Mar, no quadro de um cluster do Mar Algarve, deve ter por base a articulação e participação de todos os interessados, exigindo a co-responsabilização das diferentes políticas sectoriais relevantes, e deverá ter terá como missões principais:

- a) Definir um plano de acção para o Mar Algarve;
- b) Definir e construir a parceria e a liderança para apresentar uma candidatura às estratégias de eficiência colectiva;
- c) Coordenar, acompanhar e avaliar a implementação da Estratégia Regional para o Mar com outras estratégias, instrumentos de planeamento e programas de âmbito marcadamente transversal;
- d) Contribuir para a coordenação, implementação e acompanhamento de acções, medidas e políticas transversais relacionadas com os assuntos do Mar;
- e) Promover condições favoráveis para atrair investimentos privados, em coordenação com os organismos com responsabilidades neste âmbito, para as actividades relacionadas com o Mar, que permitam o desenvolvimento de uma economia do Mar forte e moderna, aproveitando os recursos e as mais-valias da região;
- f) Dinamizar a participação de entidades públicas, privadas, organizações governamentais e não governamentais e de toda a sociedade civil na implementação da Estratégia Regional para o Mar.

A coordenação deverá centrar-se na capacidade de articular as competências existentes, co-responsabilizando os agentes ao nível central, regional e local, bem como as entidades públicas, privadas e a sociedade civil, apostando no conhecimento, na tecnologia e inovação, formando quadros técnicos, promovendo a resolução de conflitos de utilização, maximizando os usos partilhados e promovendo o desenvolvimento económico das actividades marítimas, ao serviço do emprego, da qualificação e do bem-estar social, tendo sempre presente a necessidade de preservar o ambiente marinho.

A dificuldade verificada na partilha de responsabilidade pela gestão do Mar como recurso comum, impõe como desafio a existência de instituições com capacitação científica e técnica adequada e ferramentas de gestão eficazes, bem como esforços adicionais de cooperação, concertação, coordenação e articulação horizontal entre todos os níveis da governação.

O planeamento e o ordenamento espaciais são as ferramentas de governação, promovidas pelas entidades competentes, indispensáveis para assegurar uma visão de conjunto assente nos princípios do desenvolvimento sustentável, da precaução e da abordagem ecossistémica, através do levantamento e ordenamento de todas as utilizações existentes e futuras, permitindo dar suporte a uma gestão verdadeiramente integrada, progressiva e adaptativa do Mar e da zona costeira e do desenvolvimento das actividades associadas, promovendo:

- a) O conhecimento e cartografia de todas as actividades;
- b) A coordenação dos processos de gestão, de licenciamento, de fiscalização e de acompanhamento das actividades relacionadas com o meio marinho;
- c) A participação responsável, a desburocratização e a simplificação reguladora e processual;
- d) A preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- e) O aproveitamento de janelas de oportunidade para o desenvolvimento de novas actividades e utilizações do Mar e das zonas costeiras.

Neste sentido propõe-se a criação de mecanismo de governança para a gestão integrada do Mar Algarve (Fórum do Mar do Algarve) constituída por:

– Coordenador (animação dos trabalhos, visão integrada, ideias, coordenação, discussão das linhas estratégias, objectivos e prioridades);

- Estrutura Permanente (plataforma de input e apoio ao desenvolvimento, com representantes dos sectores da administração pública regional que representam o ambiente, a economia, a segurança marítima, a investigação e desenvolvimento, bem como representantes dos diversos sectores económicos relacionados com o mar);
- Conselho Municipal (plataforma de input dos municípios e comunidades locais);
- Fórum de Actores (plataforma de input das diversas actividades económicas com interesse na estratégia dos mares do Algarve - pescas, turismo, transportes marítimos, organizações não governamentais, etc.);
- Grupo de Comunicação e Sensibilização, a trabalhar em íntima ligação com a Estrutura Permanente;
- Núcleo de Projecto Regional (para procurar parceiros e promover projectos estruturantes para os mares do Algarve);

► Investigação e Informação

No que diz respeito à investigação e informação a aposta passa por promover programas de investigação, recolha e gestão de informação e de dados, como suporte para uma gestão da zona costeira e do mar mais eficaz.

A este nível as propostas de intervenção são as seguintes:

- Desenvolver estudos estruturantes, nomeadamente nas áreas de:
 - Funcionamento da Lota, comparação com outros países, para produção de recomendações para alterar legislação nacional;
 - Estudo para o desenvolvimento regional do aquacultura: marketing, mercado, rótulo ecológico, novas espécies;
- Desenvolver diversos Planos, tais como:
 - Plano de Ordenamento Pesqueiro do Algarve;
 - Plano de Ordenamento da Aquacultura no Algarve;
 - Plano Estratégico para a Aquacultura do Algarve: costeira e offshore, estudos de mercado;
 - Planos de Gestão Integrada das Zonas Costeiras do Algarve;
 - Plano Estratégico Regional para Portos e Marinas;
- Dinamizar biblioteca e observatório (base de dados digital) com toda a informação do Mar Algarve.
- Articular as várias actividades relacionadas com a gestão integrada de oceanos, em particular na área da formação de recursos humanos, mobilidade em ID&T, desenvolvimento de mercados e troca de experiências, em parceria com:
 - UE (programas de desenvolvimento região ACP, instrumentos de financiamento das políticas europeia sectoriais);
 - CPLP (Estratégia de Oceanos da CPLP: GIZC, Liderança de projectos internacionais);
 - EUA (GIZC e Planeamento estratégico de Investigação);
 - Índia (GIZC);
 - Macau (GIZC);
 - Marrocos e outros países do mediterrâneo sul;
 - UN/UNESCO (Liderança de projectos internacionais, outros);
 - Governo Central (Articulação e coordenação da política do mar, cooperação com a CPLP).

► Reforço do esforço de delimitação do DPM, e campanha de sensibilização para a sua importância

6.1.6 Desenvolvimento de uma Ética do Mar

Para o desenvolvimento de uma Ética do Mar é importante sensibilizar e mobilizar os diversos actores para a importância e especificidades da gestão sustentável dos mares, potenciando a participação do papel individual de cada um.

Compreende as seguintes medidas/acções:

► Educação, Cultura e Sensibilização

A este nível destaca-se a importância da sensibilização do público e dos vários sectores para as especificidades da gestão e política de oceanos, conservação da natureza e processos colaborativos na gestão integrada, formas de participação e influenciar o desenvolvimento da gestão; educar, e cumprimento da lei.

Inserindo nos programas escolares os temas mar e oceano em todas as suas dimensões, promovendo a mediatização das actividades marítimas junto da sociedade, apostando nos centros, aquários, oceanários e museus dedicados ao mar e fomentando o ensino naval e náutico, a valorização do património cultural subaquático e a educação ambiental.

Adicionalmente, a formação, a educação, a sensibilização, a difusão da informação e o acesso a ela, bem como o uso de indicadores objectivos de suporte às várias políticas sectoriais e intersectoriais, são certamente os melhores factores de credibilidade e dinamização do investimento, público e privado, nas actividades relacionadas com o mar.

Apostar em medidas de médio e longo prazos que permitam consubstanciar uma mobilização crescente da sociedade para a importância do mar como factor de desenvolvimento da região, bem como dinamizar acções de grande impacte imediato, de forma continuada, que acelerem a aproximação dos algarvios ao mar. Sem esta mobilização que torne a aposta no mar num projecto regional, dificilmente esta Estratégia poderá alcançar os seus objectivos de forma eficaz.

Em complemento, é necessário fomentar a divulgação nas escolas das actividades ligadas ao mar, promovendo a difusão do tema “mar” em todos os níveis de ensino, os desportos náuticos como componentes do desporto escolar, o envolvimento dos estudantes dos ensinos básico e secundário em actividades e profissões ligadas ao mar e cursos profissionalizantes e superiores nestas áreas.

No âmbito da educação, cultura e sensibilização, identificam-se as seguintes intenções/projectos:

- Eco - Museu do Pontal da Carrapateira;
- Parque Temático da Mina do Sal;
- Museu interactivo das pescas, em Armação de Pêra;
- Museu da Ciência do Mar e da Ria, a localizar em Olhão, com ênfase para as componentes da investigação e das novas tecnologias;
- Projecto do “Museu do Território” - que integra o Museu do Portinho da Carrapateira, hortas tipificadas, noras, açudes e moinhos de vento;
- Oficina de Ciência Viva - Centro de Tecnologias Avançadas, em Lagos, sob o tema “Ciência e Técnica dos Descobrimentos”;
- Universidade Itinerante: Creoula;

- Acções de sensibilização para os assuntos do Mar;
- Acções de divulgação nas escolas dos temas mar e oceano nas suas diferentes vertentes: histórica; cultural; social; económica, científica e ambiental;
- Promover a formação ao longo da vida nas actividades marítimas;
- Realizar programas de visitas de estudo dos jovens às empresas do sector marítimo como forma de sensibilização e divulgação dessas profissões;
- Desenvolver o ensino da vela, natação, remo e outros desportos e actividades náuticas nas escolas, em colaboração com clubes e autarquias.



Fotografia: Nuno Monteiro - PORTISUB

7. Operacionalização do Cluster do Mar



7. Operacionalização do Cluster do Mar

O processo de operacionalização regulamentar do QREN e dos Planos Operacionais, enquadrou o reconhecimento de clusters regionais no contexto das Estratégias de Eficiência Colectiva através de documento aprovado pelas Comissões Ministeriais de Coordenação do PO Factores de Competitividade e dos PO Regionais em 08/05/2008. Neste sentido, impõe o documento regulamentar, no seu Artigo 4º, que:

Artigo 4.º Outros Clusters

1. Poderão ser reconhecidas como outros clusters, as EEC que se traduzam numa Estratégia e correspondente Programa de Acção, assumidos por empresas e outras instituições de suporte, que partilhem uma visão para a economia de um território, ou de sectores inter-relacionados e para as quais a proximidade é um factor-chave no processo de inovação.
2. As condições a que devem obedecer os clusters referidos na alínea a.2) do n.º 2 do artigo 2.º para serem classificados como outros clusters são as seguintes:

I) VISÃO ESTRATÉGICA:

- a. As propostas de clusters deverão estar enquadradas numa estratégia de desenvolvimento para um sector e/ou território, aceite pelos principais actores.
- b. A estratégia, programa de acção e projectos que o integram deverão estar focalizados em áreas específicas, críticas para o desenvolvimento do cluster, revelar coerência com as políticas públicas e gerar externalidades e bens públicos de impacte sectorial e/ou territorial.

II) PARCERIA E COOPERAÇÃO:

- a. Os clusters deverão ser promovidos por uma parceria que envolva obrigatoriamente empresas, e as instituições regionais de suporte, relevantes para a estruturação da parceria e para a consolidação do cluster.
- b. A parceria, centrada em uma ou mais regiões, deverá ter um horizonte temporal de médio/longo prazo e demonstrar o comprometimento dos vários actores.

III) INOVAÇÃO E PROJECTOS I&D:

- a. Os clusters deverão ser promovidos em torno de projectos-âncora inovadores, como alavancas da concretização da estratégia definida.
- b. Os Programas de Acção deverão incluir pelo menos um projecto-âncora - projecto conjunto, acção colectiva, etc. - envolvendo os principais actores e contribuir para a consolidação das suas relações, através da partilha de activos comuns, nomeadamente infra-estruturas e projectos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia.
- c. Os diferentes parceiros deverão demonstrar disponibilidade para se envolverem em processos de mudança, seja ela tecnológica, comercial ou organizacional, capazes de promover a competitividade do sector e/ou território.

IV) PROJECCÃO INTERNACIONAL:

- a. Os clusters deverão ter um conjunto alargado e diversificado de parceiros que lhes confira massa crítica para o desenvolvimento de projectos inovadores em Portugal.
- b. Os clusters deverão demonstrar capacidade para se afirmarem a nível nacional e induzir a orientação das empresas para os mercados internacionais.

3. A responsabilidade da gestão da parceria deverá ser assumida por uma associação constituída pelas empresas e as instituições de *suporte mais relevantes ou por entidades já existentes que cumpram essas condições.*

7.1 Os Caminhos Percorridos pelos Clusters Regionais

No passado dia 5/11/2008, foi promovido em Cascais, pela Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar um Seminário alusivo aos Clusters, tendo sido apresentadas ocasião as duas candidaturas regionais aos Clusters do Mar enquanto Estratégias de Eficiência Colectiva (as candidaturas da Região Centro e da Região Norte).

Os modelos seguidos, para a constituição da candidatura, têm pontos comuns e pode ser um referencial para a construção do processo na Região do Algarve.

A candidatura da Região Norte, é apresentada pelo Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento da Economia do Mar, que se assume como uma agencia de promoção de investimento no Mar, de transferência de tecnologia e de promoção do empreendedorismo e que envolve uma parceria público-privado de entidades da administração Central e Local e de empresas ou associações de empresas ligadas ao Mar.

Os projectos âncora centram-se na investigação e na qualidade dos produtos do mar e o Plano de Acção distribui perto de uma centena de projectos por seis eixos estratégicos.

A candidatura da Região Centro é apresentada pela Associação MarCentro, criada para o efeito, composta mais uma vez por uma parceria público-privado (cuja a estrutura accionista tem a seguinte composição: 50% privados, 23% Investigação e IDT e 27% público e turismo).

Os projectos âncora centram-se em 4 vectores e tem como objectivo a melhorais da competitividade e a gestão integrada do Mar, com forte aposta na pesca, na dinamização dos portos e no turismo marítimo e de natureza.

Em ambos os casos, a componente privada/associativa tende para a maioria e as CCDR's, assumindo numa primeira fase a liderança regional do tema, passaram a associados do consórcio criado.



8. Proposta para o Cluster do Mar Algarve



8. Proposta para o Cluster do Mar Algarve

Com base no diagnóstico efectuado e na auscultação alargada realizada, a entidades públicas e privadas, agentes económicos, organizações não governamentais, comunidade científica e individualidades ligadas aos assuntos do Mar, chegou-se à conclusão de que é preciso definir prioridades. Ou seja, é necessário garantir em primeiro lugar que existam as condições básicas necessárias para que as acções subsequentes tenham maior probabilidade de sucesso e efectividade.

Dada a natureza marcadamente horizontal da estratégia regional para o Mar, propõem-se um conjunto de áreas de intervenção que identificam medidas transversais que contribuem para criar condições favoráveis para o melhor aproveitamento do Mar de forma sustentável. A implementação destas medidas, articuladas com as restantes estratégias regionais, permitirá operacionalizar os pilares estratégicos definidos, acrescentando valor às acções actualmente em curso e contribuindo para o objectivo central de definir o Mar como um «projecto regional».

Foram assim seleccionadas as seguintes áreas de intervenção, que podem assumir-se como âncoras de estruturação de um conjunto de constelações de actividades e de empresas, naquilo que podemos designar conceptualmente como uma proposta para o “Cluster do Mar Algarve”:

- Pescas (e actividades económicas do Mar - com destaque para as actividades associadas à Indústria Transformadora, Aquicultura e Salinicultura)
- I&D (Investigação marinha e marítima, novas tecnologias e governação - em particular as actividades em torno da Biotecnologia, da Segurança e Navegabilidade, da Energia, dos Assuntos do Mar e do Design)
- Infra-estruturas (Linha de costa, vigilância e prevenção de riscos - neste caso merecendo realce a questão das Marinas e Portos de Recreio, Portos de Pesca e da Construção e reparação Naval)
- Turismo (Sol e Mar, Eventos e Promoção - com relevo para as actividades relacionadas com o Sol e Mar, Náutica, Cruzeiros, Eventos e Mergulho)
- Cultura (Cadeia de valor dos produtos com suporte no Mar - sobretudo as actividades relacionadas com os Eventos temáticos, Gastronomia, provas desportivas e Museus e núcleos Museológicos)

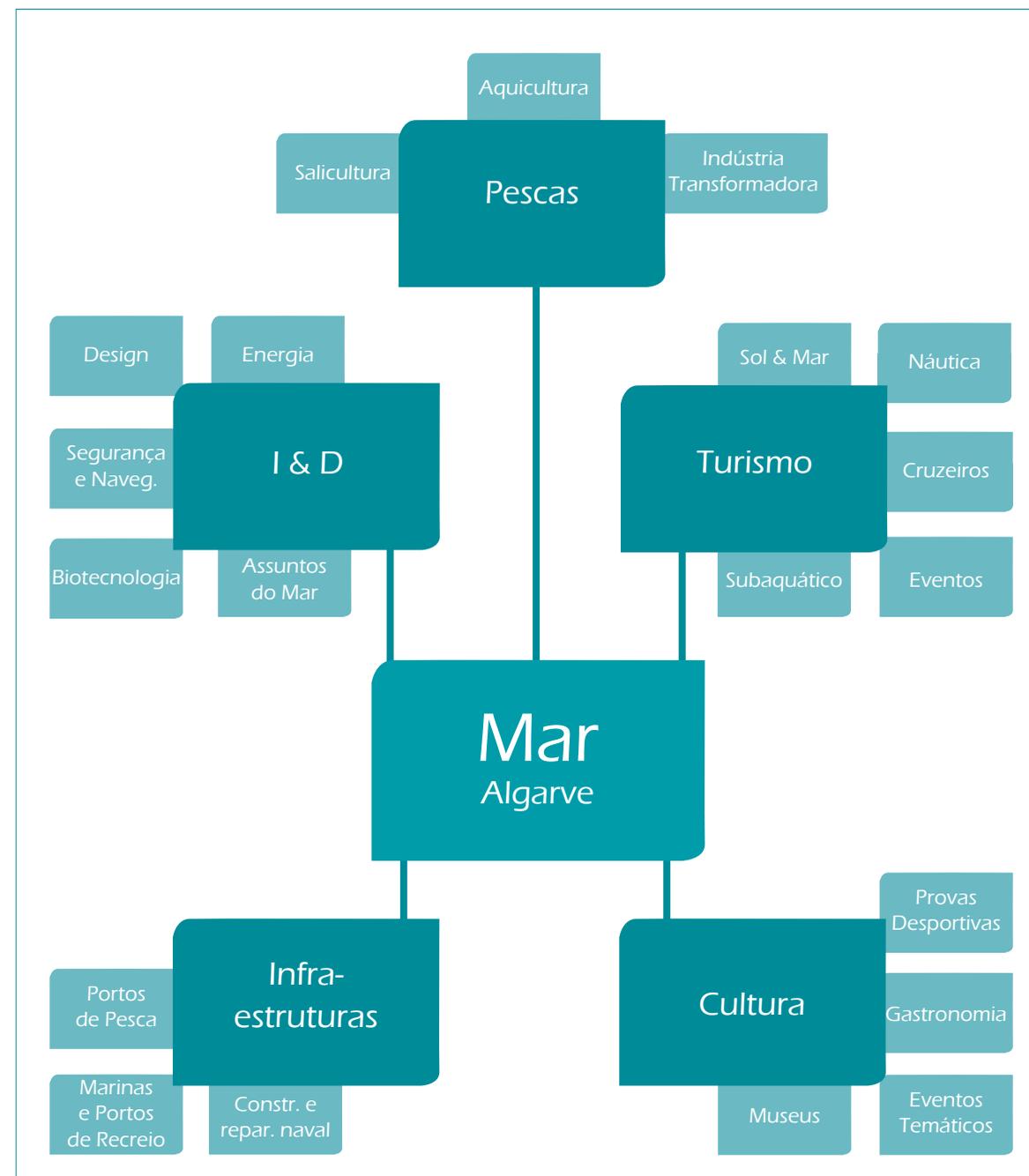


Figura 27. Cluster do Mar Algarve (adaptado do Hypercluster da Economia do Mar, Coord. por Ernâni Lopes, SAER)



Fotografia: Telma Monteiro

9. Directório de potenciais parceiros



Contributo para a sistematização de informação referente aos actores, públicos e privados, relacionados com a temática do Mar. A lista que se apresenta foi elaborada a partir de diversas fontes, nomeadamente a internet, podendo, por isso, conter omissões ou incorrecções.

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/Site
ACTIVIDADES MARÍTIMO-TURÍSTICAS				
Actual - Actividades Marítimo-Turísticas Lda	Urb.Ameijeira,Lapinha 2-Lt.10-2ºEsq, Santa Maria 8600-000 Lagos			
Alvor Boat Trips	Zona Ribeirinha do Alvor 8500-000 Portimão	966807621		info@alvorboattrips.com www.novoalvor.com
Animaris, Animação Turística Lda	8000-000 Faro	918779155		info@ilha-deserta.com www.ilha-deserta.com
Atlantic Princess Charters	Rua das Pimenteiras, Edifício Coral, 2º - O 8125-473 Quarteira	964008585	289322695	geral@apcharters.com www.apcharters.com
Atlântico-Sociedade Expl. de Actividades Marítimo-Turísticas, Lda	Cais 1 25 - Vilamoura 8125 Quarteira	289314070	289312735	
Bom Dia - Actividades Marítimas Lda	Centro Comercial Marina, Loja 20 8600-000 Lagos	282764670	282764672	
Cabo de São Vicente-Cruzeiros, Lda	Roça Veiga-Casa Phoenix 8650-387 Sagres	282624139	282624139	
Cascais Marinatur - Aluguer de Embarcações Marítimo-turísticas Lda	Marina de Vilamoura 8125-000 Quarteira	289388361		
Cruzeiros Algarve Seafaris	Marina de Vilamoura, Cais Q, Escritório 9/10 8125-000 Quarteira	289302318	289314898	info@algarve-seafaris.com www.algarve-seafaris.com
Cruzeiros da Oura Lda	Marina de Vilamoura, Cais Q, Quiosque 3 8125-000 Quarteira			
Cruzeiros de Vilamoura - Actividades Turístico-marítimas Lda	Rua Melvin Jones Lt. 3-8-3, Vilamoura 8100-000 Quarteira	289315234		
Dolphin Seafaris - Actividades Marítimas Lda	Centro Comercial Marina de Lagos, Loja 20 8600-000 Lagos	282764670		
Dolphins Driven Actividades Marítimo-Turísticas	Marina de Albufeira 8200-000 Albufeira	964509035		dolphins.driven@gmail.com
Dream Wave Actividades Turístico-marítimas Lda	Escritório MT nº 1 - Marina de Albufeira 8200-000 Albufeira	962003885		
Eirmar-Actividades Náuticas Turísticas, Lda	Urbaniz Montechoro Lt-176-C 8200-000 Albufeira	289514945		
Empresa de Transportes do Rio Guadiana Lda	Av. da República Nr. 115 8900-000 VR Stº António	281543152	281543152	
Estibordo - Actividades Turístico-marítimas Lda	Rua Irlanda Nr. 28 - Gy, Vilamoura 8125-456 Quarteira			
Formosamar Lda	Largo do Carmo, Apart 129 8001-903 Faro	289832296	289832296	formosamar@sapo.pt www.formosamar.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Golfinho mar	Rua dos Arcos, nº11, 2º Esq 8200-000 Albufeira	966461846		
Guaditur - Actividades Marítimo-Turísticas Lda	Rua Tristão Vaz Teixeira, 15/C 8900-470 Monte Gordo	281510200	28151029	riosul@mail.telepac.pt
Harmonia - Actividades Turístico-marítimas Lda	Rua da Liberdade,Bl.4-R/C-Esqº 8700-019 Fuseta			
Hidrovisão-Sociedade Exploração Turística e Actividades Marítimas, Lda	R Inf D.Henrique 22,2º-E 8500-000 Portimão	282418323		
Hobie Kayak	Avº 5 de Outubro, 150 A 8700-304 Olhão	289703269		hobiekayaks@sapo.pt www.kayaktoursalgarve.com
Komklass - Actividades Turístico-marítimas Lda	Fonte Louzeiros, Vila Silvestre 8365-028 Alcantarilha			
Kuatro Kais Lda	Rua Aurélia De Sousa, Lote 84 8800-639 Tavira			
Levante	Quinta do Lago 8135-024 Almancil	289394929		www.kayaktoursalgarve.com www.levante.pt
Luciano Fernandes - Soc. de Serviços de Taxi Marítimo Unipessoal Lda	Rua do Infantario Nr. 9 - Cabanas de Tavira 8800-000 Tavira			
Luis Pereira da Silva - Desportos Aquáticos Lda	Rua D. Paio Peres Correia, 31-1º 8100-564 Loulé			
Lusoiate-Actividades Nautico-turísticas, Lda	R Bartolomeu Dias-Ed Scorpius Bloco-A,7º-B 8500-000 Portimão	282419153		
Lyanamar - Navegação e Turismo Unipessoal Lda	Urbanização Duas Sentinelas, 25 8100-000 Quarteira	289313980	289214839	
Mares Maravilhosos	Rua António Dias Cordeiro, nº4, 1º 8500-559 Portimão	282470063	282470070	maresmaravilhosos@gmail.com
Marítimo-turística da Ilha da Culatra Unipessoal Lda	Ilha da Culatra, Nº 7 8000-000 Faro			
Mini-Cruzeiro Ria Formosa -Passeios marit-turísticos e animaç. turist. Lda	Rua Marquês Pombal Nr. 10-C 1º 8700-500 Olhão			
Mini-Cruzeiros do Algarve Unipessoal, Lda	Marina de Vilamoura, Cais Q., 8125-000 Quarteira	917292820	289302474	info@algarve-cruises.com
Natura Algarve	Centro Empresarial da UAAlg., Pavilhão A3 8005-139 Faro	918056674	289862907	info@natura-algarve.com www.natura-algarve.com
Princess's of the Sea Lda	Av. da Marina, Edifício Olympus, Loja 5 -Vilamoura 8125-401 Quarteira			
Ria Formosa Secrets	Avº Nascente, Centro Náutico, Praia de Faro 8000 Faro	918746209		info@riaformosasecrets.com www.riaformosasecrets.com

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Ria Nostrum - Actividades Marítimo-turística Unipessoal Ldª	Estr. Nacional Nº125 Nr. 589, Bela Mandil 8700-000 Olhão			
Sealife - Actividades Marítimo Turísticas Ldª	Lg. Francisco António Maurício Nr. 7 1º C 8500-535 Portimão			
Séquatours Ldª	Urb. Pézinhos Lt. 9 Eh, 8800-223 Tavira	960170789		www.sequatours.com
South Adventure Ldª	Rua de Sophia de Mello Breyner Andresen, 29 8800-662 Tavira			
Southwest Charters - Passeios marítimo-turísticos Ldª	Lugar Marina De Lagos Lj. 34 8600-000 Lagos			
Suestada - Circuitos marítimos e terrestres Ldª	R das Cercas Velhas-Vda Rio Sagres 8650-000 Vila do Bispo			
Sueste - Actividades Marítimo Turísticas Ldª	EN 125, nº 125 B 8700-000 Olhão	917301395		sueste@oninet.com
SUNQUAYS Lda	Urb. Monte Branco, R. das Violetas, lote P, 2º A 8000-200 Faro	910881888/9		info@sunquays.com www.sunquays.com
Tavares e Guerreiro Ldª	Av. Drº Bernardino Da Silva R/C, Olhão 8700-300 Olhão			
Transguadiana - Transportes fluviais de turismo Ldª	Foz de Odeleite 8950-328 Odeleite			
Vaga de Sueste - Actividades marítimo-turísticas Unipessoal, Ldª	Trav. Salva-Vidas Nr. 3 8400-256 Ferragudo			
AGÊNCIA/ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO				
Agência de Desenvolvimento do Barlavento	Impasse à Rua Poeta António Aleixo, Bloco B, r/c 8500 Portimão			agencia.arade@mail.telepac.pt
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira	Quinta de Vale Caranguejo, 102 Z 8800-737 Tavira	281321946	281321090	agetav@iol.pt
Ambifaro	Praça José Afonso, 22 8000-173 Faro	289803711	289803712	ambifaro@mail.telepac.pt www.ambifaro.org
Globalgarve	Rua Dr. José de Matos, n.º 56 8000-502 Faro	289807768	289807790	info@globalgarve.pt www.globalgarve.pt
Odiana - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana	Rua Dr. José Alves Moreira, 3 - Apartado 21 8950-909-Castro Marim	281531026	281531171	www.odiana.pt
Terras do Infante	Edifício Paços do Concelho, Praça Gil Eanes 8600-668 Lagos	282780060	282769317	
Vicentina - Associação. para o Desenvolvimento do Sudoeste	Rua Direita, nº13 8600-069 Bensafirim	282680120	282680129	vicentina@vicentina.org www.vicentina.org

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
AQUACULTURA				
Aqual - Ideias, Investimentos e Projectos em Aquacultura SA	Estr. Das Antas, Nr. 6 8800-000 Luz Tavira	281962087	281962087	aqual@netcabo.pt
Aqualvor - Actividades em Aquacultura Ldª	Vale da Lama - Odeaxere 8600-000 Lagos	282798068	282798068	aqualvor@mail.ptprime.pt
Aquamarim - Aquacultura de Marim Ldª	Qta de Marim, Aptd. 191 8700-911 Olhão	289701294	289722202	
Aquarade - Saociedade de Aquacultura Ldª	Sítio Do Sapal, Parchal 8400-000 Lagoa			
Aquasagres - Sociedade de Exportação e Importação de Bivalves Ldª	Rua da Ribeira 8650-000 Vila do Bispo			
Associação Produtores Aquacultores do Algarve	Zona Sul do Bairro das Casas pré-fabricadas 8700-000 Olhão	919550292	289828537	
Biomarim - Produção e Comercialização de Produtos do Mar, SA	Quinta Do Marim, Quelfes 8700-000 Olhão			
Centro de Depuração e Expedição "Edgar Mariscos, Lda"	Zona Industrial de Olhão, Lote 151 8700-000 Olhão	289721512	289721513	edgar.mariscos@mail.telepac.pt
Centro de Depuração e Expedição Gualter Mariscos	Zona Industrial - Nova Docapesca Lt. 76 8700-281 Olhão	289707003	289706266	
Centro de Expedição e Depuração - José Manuel Prata, Lda	Av. 5 de Outubro, 166 8700-000 Olhão	289700920	289700921	
Concha Viva - Produção e Comércio de Produtos do Mar, Lda.	Urbanização Monte Verde, lote 5 - Gambelas 8005-198 Faro	289818423	289819862	concha.viva@sapo.pt
Emaqua - Empreendimentos de Aquacultura S.A	Sítio da Espargueira CP 807- Mexilhoeira Grande 8500-128 Portimão	919871641	282968645	emaqua@sapo.pt
Ostricultura - Transportes e Comércio de Mariscos Lda	Rua 16 de Maio, nº 28 8500-621 Portimão	282624735	282624735	jeanjack@sapo.pt
Piscicultura do Vale da Lama	Spal do Vale da Lama - Odiáxere 8600-000 Lagos	919317328	282798068	aqualvor@mail.ptprime.pt
Piscicultura dos Sapais Sociedade de Piscicultura Farense Lda	Av. Republica, 168 - 1º lj 6 8000-080 Faro	919113392	289827799	s.p.farense@iol.pt
Timar, Lda	Sítio Ilhéus - Cx Postal 378 E - Livramento 8800-102 Luz de Tavira	289790160	289794334	timar@mail.telepac.pt
Viveiros Ana Manjua, Lda.	R. Ataíde Oliveira, 97 - 3º E 8000-218 Faro	916150844	289807318	viveirosam@netcabo.pt
Viveiros da Espargueira	Sítio da Espargueira CCI 828 8500 Mexilhoeira Grande	969091165		viveirosdaespargueira@portugalmail.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
ASSOCIAÇÕES / COOPERATIVAS				
ACRAL - Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve	R. Dr. José de Matos, Edif. Platina, Lj A 8000-502 Faro	289887130	289804173	sede@acral.pt www.acral.pt
AHETA - Associação Hóteis e Empreendimentos Turísticos do Algarve	EC - Cerro Alagoa - Apartado 2360 8201-918 Albufeira	289580530	289580539	aheta@mail.telepac.pt www.aheta.pt
AIHSA - Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve	Rua Dr João Lucio, 4 8000-329 Faro	289825619	289801823	aihsa@mail.telepac.pt www.aihsa.pt
Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	Alto de S.Domingos, 14 8100-756 Loulé	289412959	289414104	almargem@mail.telepac.pt www.almargem.org
AMAL - Área Metropolitana do Algarve	Rua General Humberto Delgado, 20 8000-355 Faro	289880800	289880809	amal@amal.pt www.amal.pt
Anaqua - Associação Portuguesa de Aquicultores	Rua de Olivença, n.º3-A R/c 8700-413 Olhão	964573721	289704982	
ASSEMBA - Associação Empresarial Barlavento Vicentino	Rua Francisco X a Oliveira, Lote 31, Bloco 32 c/v 8600-775 Lagos			administracao@solmate.pt
Associação Atlântico Selvagem	Rua Dr. Manuel Arriaga, 25 8000-000 Faro			www.atlanticoselvagem.org
Associação das Indústrias Marítimas	Rua Jorge Afonso, n.º31, 6º 1600-126 Lisboa	217818774	227818779	aim@aim.pt www.aim.pt
Associação de Armadores do Guadiana	Zona Industrial, Apartado 108 8900-000 VR Stº António	281542750		
Associação de Armadores e Pescadores de Tavira	Rua Comunidade Lusíada, 1 - R/C - Dtº 8800-000 Tavira			
Associação de Defesa e Desenvolvimento da Praia de Faro	Praia de Faro 8000-000 Faro			
Associação de Moradores da Ilha da Culatra	Ilha da Culatra, Nº 7 8700-000 Olhão			
Associação de Pescadores de Alvor	Armazém de Apetrechos, Bloco A, 8 B 8500-000 Portimão	965048291		
Associação de Pescadores de Armação de Pêra	Rua Bartolomeu Dias, n.º63 A, 1º 8365 Armação de Pêra	282310800		
Associação de Pescadores de Pesca Artesanal da Baía de Monte Gordo	Rua Nova de Lisboa, 29-B 8900-438 Monte Gordo	962582060		
Associação de Pescadores de Pesca Artesanal do Barlavento Algarvio	Rua Rio Arade, Bela Vista 8400-658 Parchal	282417059	282417059	
Associação de Pescadores Portinho da Arrifana e Costa Vicentina	Doca Pesca - Praia Arrifana 8670-000 Aljezur			

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Associação de Piscicultores do Algarve	Loteamento Industrial de Loulé - Apartado 51 8100-909 Loulé	289411204	289411204	
Associação de Produtores de Produtos do Mar	Vale da Lama - Apeadeiro 8600-258 Odiáxere	282798677	282798677	
Associação de Produtores em Aquacultura do Algarve	Rua das Prainhas 8700-408 Olhão	919569137	289828537	
Associação de Turismo do Algarve	Av. 5 de Outubro, n.º 18 8000-076 Faro	289800403	289800466	ata@atalgarve.pt
Associação dos Armadores de Pesca do Sotavento Algarvio	Bias Sul 8700-067 Moncarapacho	289705389		
Associação dos Empresários de Vilamoura	Praça BPA - Vilamoura 8125-000 Quarteira			
Associação dos Pescadores e Armadores do Barlavento Algarvio	Apartado 6 8400-000 Lagoa	282417679	282417059	
Associação dos Profissionais de Pesca de Albufeira	Vale Mangude, Lt. 67 - Edif. Estrela do Mar r/c dtº 8200-000 Albufeira			
Associação Empresarial de Almancil	Av. Eng. Duarte Pacheco, 230 - 1º A 8135-104 Almancil	289391591	289391107	dir@aea.pt www.aea.pt
Associação Europeia de Municipalidades com Marina/porto de recreio	Rua Lançarote Freitas, n.º7 8600-000 Lagos	282763761	282763143	aemarina@mail.telepac.pt www.aemaproject.net
Associação Guadireal	Rua Cândido Reis 8900-254 VR Stº António	289543861	289543861	guadireal@sapo.pt
Associação Lacobrigense de Desportos Náuticos	Rua Marques de Pombal, 34, Apartado 308 8600-000 Lagos	282762706	282763879	
Associação Nacional de Cruzeiros	Rua General Gomes Araújo, Edif Vasco da Gama, Piso 1 - 1399-055 Lisboa	213958910	213955117	geral@ancruzeiros.pt www.ancruzeiros.pt
Associação Naval do Guadiana	Av.ª da República, Apartado 40 8900-000 VR Stº António	281513769	281511140	anguadiana@mail.telepac.pt www.anguadiana.no.sapo.pt
Associação Portuguesa de Portos de Recreio	Administração do Porto de Lisboa-EIDH- Alcântara Norte - 1399-012 Lisboa	21 0163428	213922172	apprsecretariad@netvisão.pt www.apprecreio.com
Associação Regional de Pesca Desportiva do Algarve	R. Afonso III, n.º26, r/c Dtº 8125-174 Quarteira	289316079		arpdalgarve@gmail.com www.arpdalgarve.com
Associação Sotavento Algarve	Rua Dr. Marcelino Franco, 22 8800-347 Tavira	281381963	281381963	info@eastalgarve.com www.eastalgarve.com
Barlapescas - Cooperativa dos Armadores de Pesca do Barlavento	Rua França Borges, 7- clv Dto 8500-000 Portimão	282483318	282484741	
Barlapescas, Cooperativa dos Armadores de Pesca do Barlavento, SA	R. França Borges, 7-C/V-Dta 8500-674 Portimão	282423535		

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve	Rua Mouzinho de Albuquerque, nº1, r/c 8000-397 Faro	289804532	289804533	ceal@mail.telepac.pt www.ceal.pt
Coopalgarvia - Cooperativa de Pesca Algarvia, CRL	Av. da República, 156 8700-310 Olhão	289706261	289706261	
Formosa - Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa	Travª do Comércio, 3 Edifício Duque, Escritório 3 8700-541 Olhão	289721758	289703579	coopformosa@sapo.pt
LPN - Liga para a Protecção da Natureza	Apartado 439 8500-000 Portimão			lpn.natureza@lpn.pt
NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve	Loteamento Industrial de Loulé 8100-272 Loulé	289415151	289415494	nera@nera.pt www.nera.pt
OlhãoPesca - Organização de Produtores da Pesca do Algarve	Av. 16 de Junho, s/n, Apartado 394 8700-311 Olhão	289703218	289703218	
QUARPESCA - Assoc. Armadores Pescadores de Quarteira	Urbanização Quinta do Romão - Edifício Orca Lote FM-5 R/c Loja AF - 8125-301 Quarteira	916719036	289323528	quarpesca@clix.pt
PromoSagres - Associação Empresarial para a Promoção de Sagres		914674085		promosagres@gmail.com www.sagressecrets.com
Terras de Sal CRL	Rua Dr. José Alves Moreira, Apartado 25 8950-138 Castro Marim	281531467		comercial@terradesal.com www.terradesal.com
Tradisal - Assoc. Produtores de Sal Marinho Tradicional do Sotavento Algarvio	Apartado 51 8950-000 Castro Marim	281531614	281521467	
VIVMAR - Associação de Viveiristas e Mariscadores da Ria Formosa	Rua Comandante Francisco Manuel nº 8 8000-250 Faro	934251331		vivmar@sapo.pt www.vivmar.no.sapo.pt

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Centro de Ciência Viva de Lagos	Rua Dr. Faria e Silva, 34 8600-734 Lagos	282770000		info@lagos.cienciaviva.pt
Centro de Ciência Viva do Algarve	Rua Comandante Francisco Manuel 8000-250 Faro	289890920	289890929	info@ccvalg.pt www.ccvajg.pt
Marsensing Lda	Centro Empresarial de Gambelas, Campus De Gambelas Pav. A-5 Sala 5.1 - 8005-139 Faro			contact@marsensing.com
Sparos, Lda	Centro Regional de Inovação do Algarve, UALg - Campus de Gambelas - 8005-139 Faro	917015872		luisconceicao@sparos.pt www.sparos.pt

COMÉRCIO DE EMBARCAÇÕES/ EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS

Algarboats - Representações Náuticas Lda	Sítio Semino 8125-303 Quarteira	289300960	289300969	infante.sagres@mail.telepac.pt
Algariate - Comercialização de Veleiros, Lda	Av Engª João Meireles Ed Atrium Lj-48 8125-406 Quarteira	289389933	289301713	algariate@mai.telepac.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Anthony Patrick & Murta-Exportação, Lda	Estr Nacional 120 - Falfeira 8600-319 Lagos	282763179	282760351	
António Bacalhau, Lda	Urbanização Passagem, Lt 3 8400-620 Parchal	282417144	282415794	
BH Yachts, Lda	Estr Nacional 125 - Sítio Banceladas 8125-013 Quarteira	289302309	289316642	
Capital Car-Comercialização de Embarcações e Equipamentos Náuticos, Lda	Zona Industrial Vilamoura - Vilamoura 8125-000 Quarteira	289321300	289389087	
G. Náutica Lda	Zona Ind. Cais Comercial De Faro Aptd. 990 8000-000 Faro	289895000	289895009	g.nautica@gmail.com
Golden Sea - Comércio e Assistência a Barcos Lda	Caminho do Lago, Lote 4, 12 8125-423 Quarteira	289310290		
Italitates-Comércio e Assistência a Barcos, Lda	Estr Nacional 125 - Consequinte 8125-019 Quarteira	289328009	289328884	
Marina Marbella SA Sucursal	Edif. Vilamarina, Loja 3 - Marina de Vilamoura 8125-409 Quarteira	289323487	289323489	dmjp@marinamarbella.net www.marinamarbella.net
Marinática - Equipamentos Navais Lda	Avª da República, 59 8900-203 VR Stª António			
Náutica Capital Car - Comércio de Embarcações e Equipamentos Náuticos Lda	Edifício Marina Garden, Loja S - Marina de Vilamoura - 8125-000 Quarteira	289301762	289301468	comercial@nauticapital.pt
Náutica Fladimato - Comércio e Aluguer de embarcações e artigos Náuticos Lda	Edifício Vilamarina, Apartamento 24 8100-000 Loulé			
Náutica Infante de Sagres	Sítio do Semino 8125-303 Quarteira	289300960		
Nauticmar-Armando M Lourenço e José Cruz	Urbaniz Lapinha 3ª Fase-Ameijeira Baixo Lt- 20-Lj C - 8600-000 Lagos	282767871	282767871	nauticmar@netvisao.pt
Nautifaro - Artigos Náuticos Lda	Edif. Ginasio Club de Faro - Doca de Faro 8000-541 Faro	289801282	289801917	nautifaro.doca@sapo.pt
Neptun Yachts	Sítio das Quatro Estradas, EN 125 8100-321 Loulé	913899091		
Nuno Bernardino Paula Santos	Maritenda 8125-022 Quarteira	289485219	289485219	hify@oninet.pt
Ondanáutica - Barcos, motores e acessórios Lda	Complexo de Estaleiros Navais, Docapesca 8400-278 Ferragudo	282418920		
Ouro lates-Comércio e Assistência a Barcos, Lda	Estr Nacional 125 - Banceladas-Vale Judeu 8100-333 Loulé	289328317	289328333	ouroiates@mail.telepac.pt
Solução lates, Lda	Ed Vilamarina Lj-31/32 8125-403 Quarteira	289302309	289316642	bh-iates@mail.telepac.pt www.bhyachts.com

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Sulcampo - Artigos Náuticos e de Campismo, Lda	Av. 5 de Outubro, 6 8700-302 Olhão	289704164	289705681	sulcampo@mail.telepac.pt www.sulcampo.pt
Sulnautica - Náutica do Sul Lda	Rua Gil Eanes, 2 E 4 8700-474 Olhão	289713832		
Viex-Importação e Exportação de Equipamentos para Barcos, Lda	Marina Vilamoura - Apartado 920 8125-912 Quarteira	289323936		
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL				
Algarjet, Lda.	EN 2 - Sítio do Vale da Amoreira - Perna de Pau 8005-514 Faro	289820927	289820927	algarjet@sapo.pt www.algarjet.com
Angel Pilot - BG, Lda	Urbanização Industrial Pateiro, Lote 2 - Ponte Charuto - 8400-654 Parchal	917999870	282353479	alessandro@angelpilot.com www.angelpilot.com
António e Andrade Lda	Largo 1º Maio, 65-1º 8700-038 Fuseta			
Aradenautica-Reparação Naval, Lda	Complexo Estaleiros Navais Bloco-B-Armz-5/6/7 Porto Pesca Parchal - 8400-278 Parchal	282427341	282427346	
Barlavento lates - construções Navais Lda	Urb.Industrial Chinicato, Lote 16, 8600-000 Lagos			
Blue Nautic Services Lda	Estaleiro da Marina de Vilamoura - Vilamoura 8125-000 Quarteira			
Bluewater Algarve Unipessoal Lda	Marina de Lagos, Loja 29 8600-780 Lagos			
Bluewater Yacht Services - Reparaç., Aluguer e Comércio de Embarcações Lda	Sítio Centro Comercial Marina Lagos Nr. 29 8600-000 Lagos			
Conafi - Construção Naval de Fibras, SA	Estr Stº António-Lazareto - Apartado 25 8901-000 VR Stº António	281511399	281511368	conafi.sa@mail.telepac.pt
Dias & Sabino Lda	Doca Nova de Pesca - Apartado 63 8700-251 Olhão	916252908		
Ebbtide Marine - Engenharia Náutica Lda	Estaleiro Da Marina 8125-000 Quarteira			
Estaleiro de Construção do Guadiana Lda	Porta Santo António 8900-000 VR Stº António			
Estaleiros de São Lázaro Lda	Doca Pesca, Bloco A, Armazém 7/8 8400-278 Parchal	282425945		
Estaleiros Lacobrinave Lda	Estr. Sopromar, Estaleiros 1 E 3, São Sebastião - 8600-000 Lagos	282763889		
Fairline Marine Services Lda	Estaleiro da Marina de Vilamoura - Vilamoura 8125-409 Quarteira			

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Fibra Marina Lda	Rua Melnin Jones Lt. 22, Vilamoura 8125-502 Quarteira	912556120		fibramarina@yahoo.fr
Fortaleza - Estaleiros Navais de Sagres Lda	Praia da Baleeira 8650-000 Sagres	282624276		
Foz do Guadiana - Cooperativa de Construç. e Reparação Naval	Sítio Do Lazareto 8900-000 VR Stº António	281543253		
Francisco José Inácio Badalo	Urbanização Atalaia Mar Lote M2-1, - Bis do Sul - 8700-129 Fuseta	289793262		
lates Ibérica - Serviços a Barcos Lda	Av. Marina, Marina Hotel, Lj. 2 - Vilamoura 8125-401 Quarteira	289380277		www.iberian-yachts.com
Incitus Internacional, Lda	R Indico, Edifício Altis r/c C 8200-139 Albufeira	289510180	289510189	
John Bruno Hobday	Sítio do Poço Longo, Caixa Postal 530, Quelfes 8700-000 Olhão	289704289		
Levantnav - Tecnologia Naval e Compósitos avançados Lda	Zona Ind. De Vila Real De Santo António, Lt. 1 8900-000 VR Stº António	281542201	281512294	geral@levant.pt www.levantnav.com
Marina Formosa - Serviços de Gestão, Const. E Repar. Naval, Lda	Zona Industrial Aptd. 410 8700-913 Olhão	917290070	289702162	marinaformosa@gmail.com www.marinaformosa.com
Marina Guadiana - Manutenção de Embarcações Lda	Estr. Do Farol, 8900-000 VR Stº António	281542069		marinaguadiana@sapo.pt www.marinaguadiana.net
Murtanautica -Comércio, Ind. Representações Náuticas Unipessoal Lda	Estaleiros da Marina Vilamoura, Aptd. 920 8125-000 Quarteira	289323936	289312377	
Nauti Salvado - Comércio e Fabrico de Equipamentos Náuticos Lda.	Zona Ind. Lt. 125 Olhão, 8700-281 Olhão	289704022		
Nautiber - Estaleiros Navais do Guadiana, Lda.	Sítio Ponta Santo Antonio, Lazareto 8900-227 VRI Stº António	281543419	281511908	geral@nautiber.mail.pt
Náutica Carlos Alberto de Sousa Faleiro	EN 125 - Casa Nova de Marim - Loja A 8700-221 Olhão	966346352		
Navediesel - Mecência Naval Unipessoal Lda	Nucleo Estaleiro Portimão, Docapesca Bl. B-Arm. 9 - 8400-278 Ferragudo	282413733	282413733	
Oceanália - Construções Navais e Instalações Industriais Lda	Rua Poente Ao Palácio Da Justiça Nr. 12- Lj. G 8900-221 VR Stº António			
Parquenáutico - Construç. e Reparação de Embarcações náuticas Lda	Núcleo De Estaleiros Do Porto De Portimão, Bloco B, Armazem 8 - 8400-000 Lagoa			
Pérola Púrpura - Construção e Reparação Naval Lda	Estr. Santo António S/N 8900-227 VR Stº António			
Porti Nauta - Reparações Náuticas Lda	Complexo Dos Estaleiros Navais, Bloco B, Armazém 8 - 8400-000 Lagoa			

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Portinave-Sociedade de Construções Navais Portimonense Lda	Doca Pesca Núcleo E Portimão-Bloco A-armz 5 8400-278 Parcha	282422070	282422070	
Rio Vilar - Estaleiros de Construções Lda	Ponta De Santo António-Lazareto 8900-227 VR Stº António	281511761	281511908	
Rui Pinto & Filhos Lda	Porto de Pesca 8125-000 Quarteira			
S. - Construção Naval Lda	Rua António Cintra, 2B Montenegro 8000-000 Faro		967023882	s_constnaval@hotmail.com www.sconstrucaonaval.pt
Saltec Marítima-Construção Naval, Lda	Moinhos Torrinha 8000-000 Faro	289802677		
Sociedade Desenvolvimento Porto de Recreio de Albufeira, SA-Marina de Albufeira	R Indico, Ed Altis r/c-C 8200-139 Albufeira	289510180	289510189	marinamed@mail.telepac.pt
Sopromar - Estaleiro Naval de Lagos Lda	Estrada Sopromar, Estaleiro Naval de Lagos nº 1 8600-710 Lagos	282763889	282792135	sopromar@mail.telepac.pt www.sopromar.com
Tecnimarítima - Comércio e Reparação de lates Lda	Av. Marina, Estaleiros Da Marina Vilamoura 8125-401 Quarteira	289301070	289322347	tecnimaritima@mail.telepac.pt www.tecnimaritima.com
Thorne&Watson Lda	Edif. Vilamoura Lj. 59 - Marina Vilamoura 8125-401 Quarteira	289324738		
YachtAlgar - construção de lates Lda	Estação dos Estaleiros Navais Porto Portimão - Edifício Doca Pesca - 8400-278 Parchal	282412727	282412710	

DESPORTOS NAÚTICOS E OUTROS

Bom Sucesso-Clube Náutico de Olhão	R António Malafaia Freire Teles 10-A 8700-000 Olhão	289707744		
Ginásio Clube Naval de Faro	Doca de Faro - Apartado 58 8000-000 Faro	289823434	289807604	ginasiocnaval@mail.telepac.pt
late Clube Atlântico	Ed Marina Sol Lt-46 - Vilamoura 8125-000 Quarteira	289388885	289322802	
SantaKite School	Praia de Faro 8000-000 Faro			info@santakiteschool.com www.santakiteschool.com
The Surf Experience	Rua dos Ferreiros, 21 8600-727 Lagos	282761943	282761943	
Três Dês-Pesca Desportiva, Lda	R D.Francisco Almeida 11 8900-443 Monte Gordo	281512819	281512819	
Vertisub - Trabalhos Subaquáticos Lda	AV. General Humberto Delgado, 24 - 2º ESQ 7520-204 Sines			
Zebra Safari-Actividades Turísticas, Lda	Arcadas S.João - Apartado 836 - Areias S João 8201-911 Albufeira	289583300	289588796	joao.zebrasafari@amail.pt www.zebraincentives-portugal.com

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Alcatiã Domus	Rua N.º S.º da Conceição 24 - Apartado 2 8970-063 Alcoutim	966831001	289546246	
Associação Naval Infante de Sagres	Av nº 1 do Dique 8500-000 Portimão	282422751	282417529	
Associação Regional de Vela do Sul	Rua do Alportel nº 42 - 2º andar 8000-293 Faro	289821271	289821809	arvs@vodafone.pt www.arvelasul.org
Centro de Desportos Aquáticos da Quinta do Lago	Quinta do Lago 8135-024 Almancil	289351900	289394683	info@quintadolago.com www.quintadolago.com
Centro de Vela Hugo Rocha	Edifício Ginásio Clube Naval - Doca de Faro 8000-000 Faro			www.hugorocha.com
Centro de Windsurf e Vela do Algarve, Lda	Praia Grande 8400-273 Ferragudo	282461115	282412125	wilmaad@hotmail.com
Centro Náutico da Praia de Faro	Avenida Nascente, Praia de Faro 8005-520 Faro	289819348	289819348	centronauticofaro@gmail.com www.cm-faro.pt
CIMAV - Clube Internacional da Marina de Vilamoura	Apartado 765, Vilamoura 8125-000 Quarteira	289302536	289389153	cimav@mail.telepac.pt www.cimav.org
Clube D.Pedro	Avº Tivoli, Lote H - 4 - Vilamoura 8125-410 Quarteira	289381000		
Clube de Pesca e Náutica Desportiva de Albufeira	Estr. Farol, Sítio da Orada, Apartado 73 8200-371 Albufeira	289592332	289592079	
Clube de Surf de Faro	8000-000 Faro	916168912		clubesurfaro@gmail.com
Clube de Vela de Lagos	Cais da Salaria 8600-000 Lagos	282762256	282764277	mail@cvalagos.org www.cvalagos.org
Clube do Mar de Sagres	Apartado 25, Praia da Mareta 8650-998 Sagres	282620200	282620209	coceanis@sapo.pt
Clube Náutico de Tavira	Quatro Águas 8800-000 Tavira	281326858	281324741	nautico.tavira@mail.telepac.pt www.cny.pt
Clube Náutico do Arade	Antiga Fabrica de S. Antonio s/n - Boca do Rio Resort - Mexilhoeira da Carregação - 8400 - Lagoa	282402530	282402531	recepcao@clubenauticoarade.com
Clube Náutico do Guadiana	Avº Ministro Duarte Pacheco, Complexo Desportivo Municipal - 8900 VR Santo António	281511306		cnguadiana@sapo.pt
Clube Naval de Portimão	Avenida Nº1 do Dique 8500-000 Portimão	282417529	282417557	info@clubenavaldeportimao.pt www.clubenavaldeportimao.pt
Grupo Naval de Olhão	Apartado 146 - 8700-000 Olhão	289703519	289713049	g.n.olhao@sapo.pt
Hidroespaço - Formação Desporto e Aventura Ida	Horta das Laranjeiras - Centro Comercial Horta, Lote 1, Loja 2 - 8005-329 Faro	919938711	289864875	mail@hidroespaço.com www.hidroespaço.com

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
late Clube Marina de Portimão	Marina Portimão - Edifício Administrativo - Praia da Rocha - 8500-000 Portimão	282400680	282400681	marinaportimao@mail.telepac.pt
Kitesurfalgarve		961104015	289462483	sierra@netcabo.pt www.kitesurfalgarve.com
Núcleo Juvenil-Vila Real de Santo António	Apartado 119 8900 VR Stº António	281543530		
Outdoor-Tours.Com	8500-132 Mexilhoeira Grande	282969520	282969520	info@outdoor-tour.com
Portitours	EDF Portimar - Alto do Quintão 8500-833 Portimão	282470063	282470070	info@portitour.pt www.portitour.pt
ENTIDADE PÚBLICA				
Administração de Região Hidrográfica do Algarve	Rua do Alportel, nº10, 1º e 2º 8000-000 Faro	289889000	289889099	presidencia@arhalgarve.pt www.arhalgarve.pt
Associação de Turismo do Algarve	Av. 5 de Outubro, 18 8000-076 Faro	289800427	289800466	www.visitalgarve.pt
Capitania do Porto de Faro	Rua Comunidade Lusíada 8000-000 Faro	289894994	289894997	
Capitania do Porto de Lagos	Rua 25 de Abril 8600-763 Lagos	282762826		capitaoporto.lagos@marinha.pt
Capitania do Porto de Olhão	Avº 5 de Outubro 8700-307 Olhão	289705455		
Capitania do Porto de Portimão	Avenida Marginal 8500-503 Portimão	282417258	282417258	
Capitania do Porto de Tavira	Rua Dr. Marcelino Franco, 21 8800-347 Tavira	281381323		
Capitania do Porto de V.R.Stº António	Avº da República, 21 8900-203 VR Stº António	281512035		capitania.vrsa@sapo.pt
CM de Albufeira	Rua do Município, Cerro Alagoa 8200-863 Albufeira	289599500	289599511	cma.albufeira@mail.telepac.pt www.cm-albufeira.pt
CM de Alcoutim	Praça da República, 12 8970-066 Alcoutim	281540500	281546363	cmalcoutim@hotmail.com www.cm-alcoutim.pt
CM de Aljezur	Rua Capitão Salgueiro Maia 8670-005 Aljezur	282998102	282998417	cm-aljezur@mail.telepac.pt www.cm-aljezur.pt
CM de Castro Marim	Rua Dr. José Alves Moreira, 10 8950-138 Castro Marim	281510740	281510743	sevetariado@cm-castromarim.pt www.cm-castromarim.pt
CM de Faro	Rua do Município 8000-398 Faro	289870870	289870883	cmfaro@mail.telepac.pt www.cm-faro.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
CM de Lagoa	Largo do Município 8401-851 Lagoa	282380416	282380444	c.m.lagoa.algarve@mail.telepac.pt www.cm-lagoa.pt
CM de Lagos	Praça Gil Eanes 8600-668 Lagos	282469703	282769317	cm Lagos@mail.telepac.pt www.cm-lagos.pt
CM de Loulé	Praça da República 8100-951 Loulé	289400600	289415557	gap@cm-loule.pt www.cm-loule.pt
CM de Monchique	Travessa da Portela, 2 8550-470 Monchique	282910200	282912810	geral@cm-monchique.pt www.cm-monchique.pt
CM de Olhão	Rua Dr. Teófilo Braga 8700-952 Olhão	289700101	289702671	geral@cm-olhao.pt www.cm-olhao.pt
CM de Portimão	Edif. Paços do Concelho, Praça 1º de Maio 8500-543 Portimão	282470700	282484832	geral@cm-portimao.pt www.cm-portimao.pt
CM de S. Brás de Alportel	Rua Gago Coutinho, nº 1 8150-151 S.Brás Alportel	289842616	289842455	gap@cm-sbras.pt www.cm-sbras.pt
CM de Silves	Largo do Município 8300-117 Silves	282440800	282440850	gabinete.presidente@cm-silves.pt www.cm-silves.pt
CM de Tavira	Praça da República 8800-951 Tavira	281322672	281324752	camara@cm-tavira.pt www.cm-tavira.pt
CM de Vila do Bispo	Praça do Município - Paços do Concelho 8650-407 Vila do Bispo	282639105	282639208	geral@cm-viladobispo.pt www.cm-viladobispo.pt
CM de VRSA	Praça Marquês de Pombal 8900-231 VR Stº António	281510000	281510003	cmvrsa@mail.telepac.pt www.cm-vrsa.pt
Comando da Zona Marítima do Sul	Avº Comunidade Lusíada, Apt 308 8000-253 Faro	289894990	289894996	
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve	Praça da Liberdade, nº2 8000 - 164 - Faro	289895200	289803591	geral@ccdr-alg.pt www.ccdr-alg.pt
Delegação do Sul do IPTM - Instituto Português e dos Transportes Marítimos	Rua do Alportel, 10 - 3º 8000-293 Faro	289860606		geral.faro@imarpor.pt www.imarpor.pt
Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	Avenida de Brasília 1449-030 Lisboa	213035700	213035702	dgpa@dgpa.min-agricultura.pt www.dgpa.min-agricultura.pt
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve	Braciais, Patacão 8001-904 Faro	289870700	289816003	drapalg@drapalg.min-agricultura.pt www.draal.min-agricultura.pt
Direcção Regional do Algarve do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Rua Luis de Camões, nº5 8000-388 Faro	289888300	289888301	dir.algarve@sef.pt www.sef.pt
Direcção Regional do Ministério da Economia e Inovação	Estrada da Penha 8000-116 Faro	289896600	289896690	dre.algarve@dre.alg.min-economia.pt www.dre.algarve.min-economia.pt
ERTA - Entidade Regional de Turismo do Algarve	Av. 5 de Outubro, 18 8000-076 Faro	289800400	289800489	turismoalgarve@turismoalgarve.pt www.rtalgarve.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental	Rua Costa Pinto, 165 2770-047 Paço d'Arcos	213004165	213905225	info@emepc-portugal.pt www.emepc.gov.pt
Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar	Rua Braancamp, 90, 3º 1000-000 Lisboa	213804250	213869402	
Governo Civil do Distrito de Faro	Rua D.Francisco Gomes, 2 8000-168 Faro	289810900	289813533	algarve@gov-civil-faro.pt www.gov-civil-faro.pt
IAPMEI (Núcleo Regional)	Rua Dr. Pinheiro e Rosa – Edifício da DRE Algarve - 8005-546 Faro	289895800	290895801	info.faro@iapmei.pt www.iapmei.pt
ICNB - Parque Natural da Costa Vicentina e SW Alentejano	Rua Serpa Pinto, 32 7630-174 Odemira	283322735	283322830	www.portal.icn.pt
ICNB - Parque Natural da Ria Formosa	Centro de Educação Ambiental de Marim 8700-000 Olhão	289700210	289700219	www.portal.icn.pt
ICNB - Reserva Natural do Sapal CMarim e Vila Real Stº António	Sapal de Venta Moinhos, Apt. 7 8950-999 Castro Marim	281510680	281531257	mscm@icnb.pt www.portal.icn.pt
Instituto Português da Juventude	Rua da P. S. P. 8000-408 Faro	289891820	289801413	ipjj.faro@ipj.pt www.juventude.gov.pt
Turismo de Portugal, IP	Rua Ivone Silva, Lote 6 1050-124 Lisboa	217808800	217937537	info@turismodeportugal.pt www.turismodeportugal.pt
Universidade do Algarve	Campus de Gambelas 8005-139 Faro	289800100	289800072	info@ualg.pt www.ualg.pt

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

CCMAR - Centro de Ciências do Mar do Algarve	Universidade do Algarve - Campus de Gambelas - 8005-139 Faro	289800051	289800069	comar@ualg.pt www.ccmr.ualg.pt
Centro de Estudos da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo	Universidade do Algarve, ESGHT, Campus da Penha - 8005-139 Faro			
Centro de Estudos do Património	Universidade do Algarve, Campus de Gambelas - 8005-139 Faro			
Centro de Estudos Económicos, Empresariais e Sociais	Universidade do Algarve, Campus de Gambelas - 8005-139 Faro			
Centro de Investigação de Desenvolvimento e Economia Regional	Universidade do Algarve, Campus de Gambelas - 8005-139 Faro			
Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo	Edifício ESGHT - Campus da Penha 8005-139 Faro	289800163	289888404	ciitt@ualg.pt www.ciitt.ualg.pt
Centro Regional para a Inovação do Algarve	Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, Pavilhão nº5 - 8005-139 Faro	289800097		cria@ualg.pt www.cria.ualg.pt
CIACOMAR - Centro de Investigação dos Ambientes Marinhos e Costeiros	Universidade do Algarve, Avº 16 de Junho s/n 877-311 Olhão	289707087	289706972	ampacheco@ualg.pt www.ualg.pt/ciacomar

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
CIMA - Centro de Investigação Marinha e Ambiental	FCMA - Faculdade de Ciências do Mar e Ambiente - Campus de Gambelas - 8005-139 Faro	289800995	289800069	cima@ualg.pt / mbebian@ualg.pt www.cima.ualg.pt
CRIPSUL - Centro Regional de Investigação Pesqueira do Sul	Avº 5 de Outubro, s/n 8700-305 Olhão	289700500	289700535	cripsul@cripsul.ipimar.pt www.cripsul.ipimar.pt
IPIMAR	Avº de Brasília 1449-006 Lisboa	213027000		ipimar-lisboa@ipimar.pt www.ipimar-iniap.ipimar.pt
SIPLAB - Underwater Acoustic Signal Processing Laboratory	Universidade do Algarve, FCT, Campus de Gambela - 8005-139 Faro	289800949	289800066	info@siplab.fct.ualg.pt www.siplab.fct.ualg.pt

MARINAS

Marina de Albufeira	Várzea da Orada, Apart. 2422 8201-918 Albufeira	289514282	289514292	info@marinadealbufeira.com.pt www.marinadealbufeira.com.pt
Marina de Lagos	Marina de Lagos, Edif. da Administração 8600-780 Lagos	282770210	282770219	marina@marlagos.pt www.marlagos.pt
Marina de Portimão	Marina de Portimão, Edif. Administrativo, Ponta da Areia - 8500-345 Portimão	282400680	282400681	info@marinadeportimao.com.pt www.marinadeportimao.com.pt
Marina de Vilamoura	Vilamoura 8125-409 Quarteira	289310560	289310580	www.marinadevilamoura.com

MERGULHO

Atlânticos-Formação e Actividades Aquáticas	Estr Nacional 125,111-B-r/c 8700-000 Olhão	289713711	289713711	
Bicho do Mar	Urb Maria Teresa Lopes Viegas 11-A 8700-256 Olhão	919383947		bichodomar@gmail.com www.bichodomar.net
Blue Ocean Divers	Estr Porto Mós, Motel Ancora, Apartado 789 8600-513 Lagos	964665667	282782718	oceandivers@hotmail.com www.blue-ocean-divers.de
Dive Spot	Rua da Fortaleza, nº33-D 8365-108 Armação de Pera	966077113		info@divespot.com.pt www.divespot.com.pt
Dive Time	Lote 24, Edifício Astrolábio, Loja 1, Cais "L" Marina de Lagos - 8600-780 Lagos	309810623	309810624	portugal@dive-time.net www.dive-time.net
Divers Cove	Quinta do Paraíso, Praia do Carvoeiro 8400-558 Lagoa	282356594	282356589	info@divercove.de www.divercove.de
Indigo Divers	Rua Alexandre Herculano, 16, Areias de S.João - 8200-217 Albufeira	91399 9913		info@indigo-divers.pt www.indigo-divers.pt
Open Waters Dive	Rua da Paz, Vivendas Pinto 8125-587 Quarteira	917225413		felizardopinto@hotmail.com www.openwaters-dive.com
Pinguim Sub Ldº	Urb. Da Raminha Lote 1 8500-579 Portimão	282485784	282086189	pinguim.sub@netvisao.pt www.pinguimsub.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
PORTISUB - Clube Subaquático de Portimão	Complexo de Ténis Municipal, Bancada 8500 Portimão	282089442	282089443	geral@portisub.com www.portisub.com
Scubado	Apartado 28, Porto da Baleeira 8650-889 Sagres	965559073		scubado@clix.pt www.scubado-algarve.com
SubNauta	R José Bivar, Ed. Scorpius, BI B, Lj B, Praia Rocha - 8500-785 Portimão	935577000	282100052	info@subnauta.pt www.subnauta.pt
Tivoli Almansor Dive Center	Vale Covo, Apartado 1299 8401-911 Praia do Carvoeiro	282351345	282351345	info@tivoli-diving.com www.tivoli-diving.com
PESCA				
Abílio Santos, Sociedade de Pesca Unipessoal, Ldª	R. Previdência Ed Odete, 2º - D 8125-622 Quarteira	289312814		
Catarino Pesca Ldª	BI N, 1º - D Sagres 8650-387 Sagres	282624527		
Companhia de Pescarias do Algarve	R. Manuel Belmarço 28, 1º - D 8000-390 Faro	289822279	289822279	
Compet - Indústria de Pescas, Lda.	Rua Principal, Bloco B - Loja 6, Arrancada 8900-267 Vila Nova Cacela	281513355		
DocaPesca - Portos e Lotas Ldª (Barlavento Algarvio)	Porto de Pesca, Apartado 35 8701-709 Olhão	282410580 289710600	282410809	barlavento@docapesca.pt
DocaPesca - Portos e Lotas Ldª (Sotavento Algarvio)	Porto de Pesca, Apartado 35 8701-709 Olhão	289710600	289398678	sotavento@docapesca.pt
Empresa de Pesca Ribamar	Av. D. Afonso Henriques 8500-502 Portimão	282422438	282422438	
Fadário Pesca, Indústria de Pesca Ldª	Bias do Sul 8700-067 Moncarapacho	289793454		
João A. Ramos Venâncio	R. Serpa Pinto 19 8500-734 Portimão	282419998	282419998	
Júlio L. Pereira	Zona Ind. Lt 2 8900-264 V.R Stº António	281511333	281511333	
Neves e Graça Ldª	R. Hortinha 32 - lj 21, 1º 8500-594 Portimão	282424372		
Pescarade, Lda.	Rua Luís de Camões 8400-223 Ferragudo	282417679	282417059	
Pescul - Sociedade de Pesca de Crustáceos SA	Rua Gil Eanes 37 a 41 8700-000 Olhão	289715785	289715784	
Ribeiro e Quintas Ldª	R. D. Carlos I 14 - A 8500-607 Portimão	282424491		

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
S.P.B.S. - Sociedade de Pescas de Bias do Sul, Unipessoal, Lda.	Urbanização Atalaia, lote M-1 8700-069 Fuzeta	917486457	289794818	spbulda@hotmail.com
Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul	Rua D. Carlos I 77,1º-D 8500-607 Portimão	282424192		
Sociedade de Pesca Futuro dos Filhos Ldª	R. Dr Teófilo Braga 54 8700-031 Fuzeta	289793912		
Sociedade de Pesca Infante, Lda.	R. Leonardo Palermo de Faria, R/C, Dtº 8700-089 Moncarapacho			spaalfish@gmail.com
Spaalfish Lda	Zona Industrial de olhão , Lote 50 8700-281 Olhão			spaalfish@gmail.com
Tunipex - Empresa de Pesca de Tunídeos, S.A.	Armazém nº2, Porto de Pesca de Olhão, apartado 456 - 8700-914 Olhão			
Celestino & Menau Lda	Rua Gil Eanes 37 a 41 8700-474 Olhão	289715785	289715784	
SALICULTURA				
António Aleixo Filhos Ldª	Rua Mexilhão - Mexilhoeira da Carregação 8400-105 Estombar			
BAESURISAL - Pedacos de Mar, Lda	Urbanização do Vinagre, Apartado 49 8950-131 Castro Marim	914462317		pedacosdemar@gmail.com www.baesurisal.com
Compasal - Companhia Salineira do Algarve Ldª	Rua João De Deus 8700-481 Olhão	289702734	289704464	
Gilberto Gonçalves Ferro	Rua Liberdade Nr. 13-15 8800-399 Tavira	281322256		
Marisol	Lt. 162, Zona Ind. Olhão 8700-281 Olhão	289793601		andrea@marisol.de www.marisol.info
Necton S.A.	Belamandil 8700-152 Olhão	289703961		info@necton.pt www.necton.pt
Neto e Guerreiro Ldª	Rua da Liberdade 8700-000 Fuzeta			
Rui Francisco Neves Dias	Rua 4 de Outubro, nº 15 r/c 8800-362 Tavira	281321474	281321474	rui.simeao@portugalmail.com
Salexpor -Companhia Portuguesa de Sal Higienizado SA	Sítio de Brancanes, S/N - Quelfes 8700-000 Olhão	289700820	289700839	salexpor@salexpor.pt
Salinas Odeáxere Ldª	8600-000 Odiáxere			
Senexpral - Soc. Industrial de Exportação das Prainhas Ldª	Av. João de Deus 8700-481 Olhão	289702734	289704464	sinexpral@mail.telepac.pt

Designação	Morada	Telefone	Telefax	E-mail/site
Sopursal - Soc. Industrial de Sal do Algarve SA	Lugar Salinas Santa Luzia 8800-534 Tavira	281381113	281381115	
TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DO MAR				
Algarfresco - Industria Transformadora da Pesca, SA	Zona Industrial de Olhão, Lote 25 – Apartado 1051 - 8700-910 Olhão	289702305	289706125	zaida@algarfresco.pt
Algarve Andaluzia – Importação e Exportação Lda	Zona Industrial de Olhão – Lote 1 a 4 – Apartado 550 -8700-000 Olhão	289715957	289715959	algarve.andaluzia@iol.pt www.algarveandaluzia.com
António Viegas Guerreiro Lda (AVIGEL)	Zona Industrial Lotes 90 a 105 - Apartado nº 293 - 8700-912 Olhão	289700280	289700289	
Benjamim Carvalho	Sociedade de Pescas Pelágicas - Zona Industrial de Vila Real de Stº António, Lote 15 - 8900-270	281511647	281551647	sppelagicas@sapo.pt
Compeixe - Indústria de Conservas de Peixe Lda	Rua S.Jose, 16 8500-000 Portimão	282417386		
Conservas de Peixe Dâmaso Unipessoal Lda	Zona Industrial, Lt. 6 8900-264 VR Stº António	281513840	281542449	info@conservasdamaso.com www.conservasdamaso.ealg.net
Conserveira do Sul, Lda.	Zona Industrial de Olhão, lotes 122-141 - 8700-281 Olhão	289702016	289704367	conserveira@consul.pt www.consul.pt
Discefa Portugal, Comercialização e Transformação de Produtos do Mar Lda	Zona Industrial de Olhão 8700-281 Olhão			
FreitasMar - Produtos Alimentares, Lda	Rua Patrão Joaquim Casaca, 2 a 10 8700-507 Olhão	223704339		
Isabel Maria Portela Baptista	R.Poeta Ant. Aleixo, S/Nº, Qta.Vale, Chão das Donas - 8500-000 Portimão	282412201		
Manuel Domingues Lda	R. da Liberdade, 177 8700-000 Olhão	289793161		
Marolhão - Conservas de Peixe Lda	Zona Industrial de Olhão, Lt.1 A 14 8700-000 Olhão	289721126		
Nutrifresco – Distribuição e Comércio Alimentar, Lda.	Vale Paraíso, Edifício 6 – D – Ferreiras - 8200-000 Albufeira	289589709		
Raul Folque SA	Av da Republica S/N 8900-000 VR Stº António			
Salemos - Conservas de Peixe Lda	Av. S.João Deus, Ed.Desafio, Esc. 4 8500-000 Portimão			
Sociedade Algarvia de Salgas Lda	Rua Barão do Rio Zezere, 53., 8900-000 VR Stº António	281543922		
Sociedade de Pescas Pelágicas, Lda.	Zona Industrial de Vila Real de Santo António, Lote nº 15 - 8900-270 VR Stº António	281511647		

Designação	Morada	Telefone	Telefax	e-mail/site
Valdemar Martins Ferreira	Pcta.Vila Marinha Grande,18-R/C-Esq, 8900-000 VR Stº António			
OUTROS				
FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar	Apartado 1004 8700-913 Olhão	289702649		
Fundação Oceanis	Praia da Mareta, Apartado 25 8650-998 Sagres	282624755		
Inovsea Lda	Universidade do Algarve - Campus de Gambelas Pav. A5 - 8005-139 Faro	960203937		
Lands Turismo na Natureza Lda	Ed. Ginásio Clube Naval, Doca de Faro - 8000-541 Faro	289817466		
Lusoreef - Criação de Espécies Marinhas Lda	Rua Pescadores Nr. 129-G 8400-512 Carvoeiro - 8400-512 Carvoeiro	916012650		
Portimão Turis, EM	Parque de Feiras e Exposições de Portimão, Caldeira do Moinho - 8500 - 726 Portimão	282410440		
Zoomarine	Estrada Nacional 125, Km 65, Guia 8201-864 Albufeira	289560300		www.zoomarine.pt
SouthStore	Estrada Nacional 125, nº 134 8005-511 Faro	916126300		



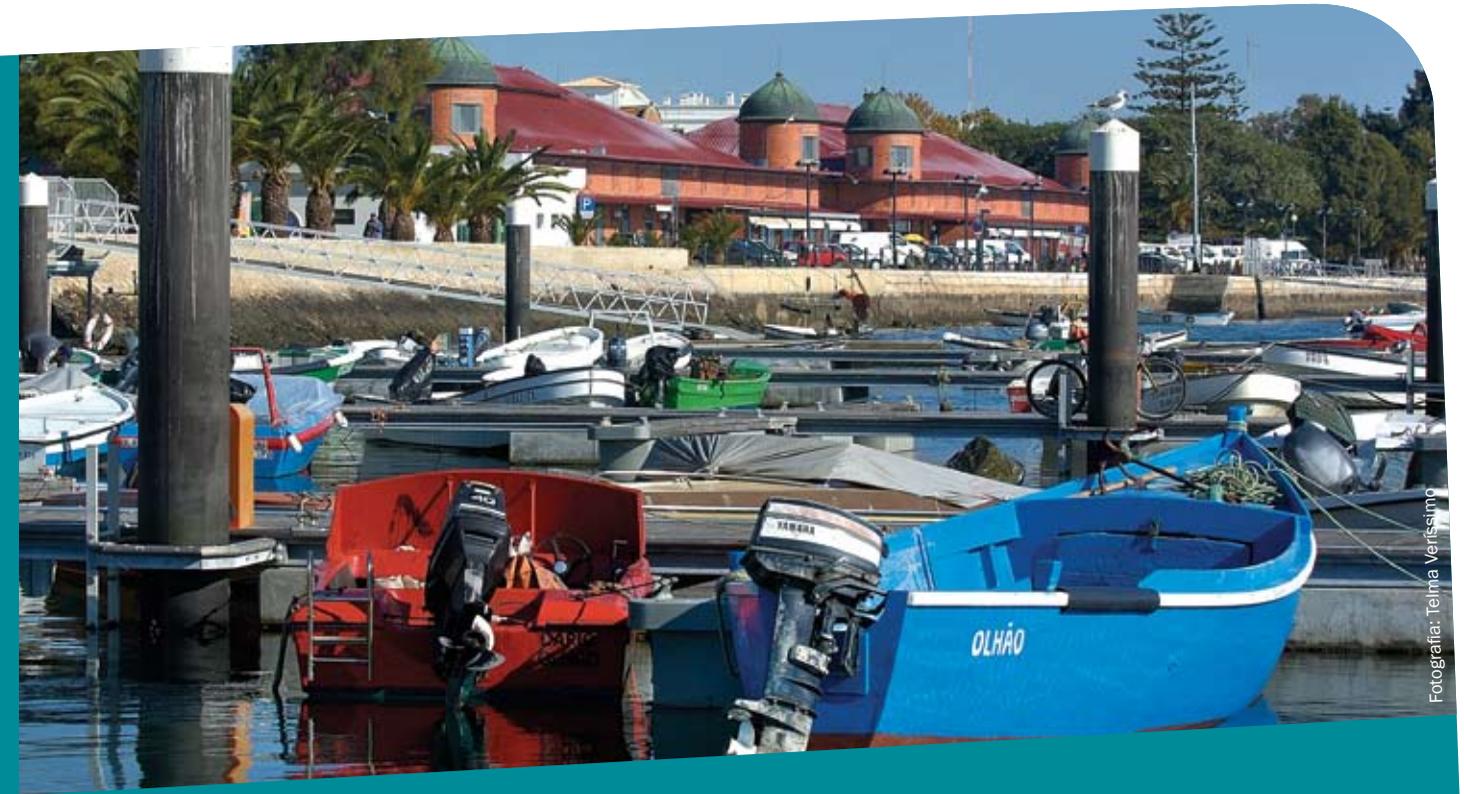
Fotografía: Banco de Imagens OREN

Bibliografía



Bibliografia

- Agenda 21 Local (disponível em www.agenda21local.info/index.php)
- Assembleia da República (2005), Lei 58/2005, DR 249, Série I de 29 de Dezembro (Lei da Água) (disponível em www.inag.pt)
- Assembleia da República (2007), Lei 58/2007, DR 170, Série I de 4 de Setembro (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) (disponível em www.territoriportugal.pt)
- Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve, Balanço do ano turístico 2005, 2006 e 2007
- Comissão das Comunidades Europeias (2001), Livro Branco para a Governança Europeia, COM(2001) 428 final, de 25 de Julho (disponível em <http://eur-lex.europa.eu>)
- Comissão das Comunidades Europeias (2007), Política Marítima Integrada para a União Europeia, COM(2007) 575 final, de 10 de Outubro (disponível em www.maralgarve.com)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2006), Algarve - Estratégia de Desenvolvimento 2007-2013, CCDR Algarve, Faro (disponível em www.ccdr-alg.pt)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2007), Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) (disponível em <http://www.territorioalgarve.pt/>)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (2007), Programa Operacional Regional do Algarve para 2007-2013 (disponível em www.ccdr-alg.pt)
- Comissão Estratégica dos Oceanos (2004), Relatório "Um desígnio nacional para o Século XXI" (disponível em www.portugal.gov.pt)
- Comunidades Europeias (2006), Livro Verde: Para uma Futura Política Marítima da União: Uma visão Europeia para os Oceanos e os Mares, Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia, Luxemburgo (disponível em www.maralgarve.com)
- Conselho Europeu de Lisboa (2000), Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego (disponível em www.estrategiadelisboa.pt)
- Estratégia Nacional para o Mar (2007), Ministério da Defesa Nacional, Lisboa (disponível em www.maralgarve.com)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2002), Estatísticas da Pesca 1970, INE, Lisboa
- Instituto Nacional de Estatística IP (2002), Recenseamento da População e Habitação - Censos 2001, Resultados definitivos Algarve, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2005), Anuário Estatístico da Região do Algarve 2004, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2008), Anuário Estatístico da Região do Algarve 2007, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2005), Estatísticas da Pesca 2004, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP, Estatísticas da Pesca 1970, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2008), Estatísticas da Pesca 2007, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2006), Estatísticas dos Transportes 2005, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2007), Estatísticas dos Transportes 2006, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Instituto Nacional de Estatística IP (2007), Estatísticas do Turismo 2006, INE, Lisboa (disponível em www.ine.pt)
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2006), Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2007-2013 (disponível em www.maralgarve.com)
- Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (2006), Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário, Versão para consulta, MOPTC, Lisboa (disponível em www.moptc.pt)
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, (2007), Bases para a estratégia de gestão integrada da zona costeira nacional. MAOTDR (disponível em <http://www.maotdr.gov.pt>)
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (sd), Prioridades para o Litoral 2007-2013, Apresentação powerpoint (disponível em www.maralgarve.com)
- Ministério do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território (1997), Livro Branco da Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI, MEPAT, Lisboa
- Presidência do Conselho de Ministros (1998), RCM 112/98 de 25 de Agosto (Programa Nacional de Turismo de Natureza) (disponível em <http://portal.icnb.pt>)
- Presidência do Conselho de Ministros (1998), RCM 152/1998, DR 300, série I-B de 30 de Dezembro (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sines-Burgau) (disponível em www.icn.pt)
- Presidência do Conselho de Ministros (1999), RCM 33/1999, DR n.º98, Série I-B de 27 de Abril (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura) (disponível em www.inag.pt)
- Presidência do Conselho de Ministros (2001), RCM 152/2001, D.R 236, Série I-B de 11 de Outubro (Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade) (disponível em <http://portal.icnb.pt>)
- Presidência do Conselho de Ministros (2005), RCM 103/2005, DR 121, Série I-B de 27 de Junho (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-Vila Real de Stº António) (disponível em www.icn.pt)
- Presidência do Conselho de Ministros (2005), RCM 169/2005, DR 204, Série I-B de 24 de Outubro (Estratégia Nacional para a Energia) (disponível em www.portugal.gov.pt)
- Presidência do Conselho de Ministros (2005), RCM 190/2005, DR 240, Série I-B de 16 de Dezembro (Plano Tecnológico) (disponível em www.portugal.gov.pt)
- Presidência do Conselho de Ministros (2007), RCM 109/2007, DR 159, Série I de 20 de Agosto (Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável) (disponível em <http://portal.icnb.pt>)
- SERUCA, Dorilo (2000), Pequenas comunidades piscatórias do Sul - Descoberta de uma realidade, DGPA, Faro
- Turismo de Portugal, IP (2008), O Turismo em 2006, Continente e Regiões Autónomas, Turismo de Portugal, Lisboa (disponível em <http://www.turismodeportugal.pt>)
- Turismo de Portugal, IP (s.d), Plano Estratégico Nacional do Turismo (disponível em <http://www.turismodeportugal.pt>)



Fotografia: Teina Verissimo

Anexos



Anexo I

Conferência “Mar Algarvio, um oceano de oportunidades”

26 de Maio de 2006 · Marina de Portimão

PROGRAMA

09h15 - Sessão de Abertura

- Manuel da Luz (Presidente da CM Portimão)
- Carlos Costa Monteiro (representante do Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas)
- Tiago Pitta e Cunha (representante do Comissário Europeu das Pescas e Assuntos Marítimos)
- João Pinto Guerreiro (Reitor da Universidade do Algarve)
- Horácio Carvalho (representante do Governador Civil de Faro)
- José Campos Correia (Presidente da CCDR Algarve)

10h00 - 1º Painel

Mar, para além do que a vista alcança...

Vertentes a abordar: investigação, energia, inovação, ...

Moderador: Mário Ruivo (Biólogo)

- Almirante Nuno Vieira Matias (AORN) /• Carlos Costa Monteiro (Biólogo, IPIMAR/CRIPSul) / • Manuel Pacheco Coelho (Economista, ISEG) / • Maria Teresa Dinis (Bióloga, Univ. Algarve) /• Veloso Gomes (Engº Hidráulica e Recur. Hídricos, Univ. Porto)

Intervalo para café

11h30 - 2º Painel

Mar, diferentes olhares...

Vertentes a abordar: história, cultura e tradições associadas ao mar; confrontar a imagem do mar do passado com a imagem actual...

Moderador: Maria João Avillez (Jornalista)

- Joaquim Romero Magalhães (Historiador) /• Nuno Júdice (Poeta) /• Ricardo Diniz (Velejador) /• Costa Pinheiro (Artista plástico) /• Doriilo Seruca (Economista) /• Josué Marques (Profissional do sector da pesca)

13h00 - Almoço Hotel Tivoli Arade

14h30 - 3º Painel

Mar, uma fonte de riqueza...

Vertentes a abordar: sectores económicos, pescas, aquacultura, salinicultura, turismo, náutica de recreio, produtos do mar, desporto, eventos...

Moderador: António Perez Metelo (Jornalista)

- Eurico Correia (Marinas do Barlavento) /• Mário Candeias (Hotel Tivoli Arade) /• Pedro Lopes (Grupo Pestana) /• Jorge Ferreira (Conserveira do Sul) /• António Teixeira (Pescarade) /• Simões Ferreira (Zoomarine)

Intervalo para café

16h30 - 4º Painel

Mar, novos desafios ...

Vertentes a abordar: governação, interligação e cooperação – UE, CRPM, PALOPs, / Agenda 21 dos Mares, Livro Verde do Mar, estratégia europeia, nacional e regional para o mar

Moderador: Isabel Noronha (Bióloga)

- Tiago Pitta e Cunha (Gabinete do Comissário Europeu das Pescas e Assuntos Marítimos) /• Miguel Sequeira (Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar) /• Eduardo Martins (IPTM) /• Joaquim Brandão Pires (Vice-Presidente da CCDR Algarve) /• Manuel da Luz (Presidente da CM Portimão)

18h00 - Actos institucionais

18h30 - Sessão de Encerramento

- Eduardo Cabrita (Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local)
- Manuel Lobo Antunes (Secretário de Estado da Defesa Nacional e Assuntos do Mar)
- José Campos Correia (Presidente da CCDR Algarve)
- Manuel da Luz (Presidente CM Portimão)

Anexo II - 4 a 8 de Abril 2007 . ExpoMar – Olhão

PROGRAMA EXPOMAR 2007

QUARTA-FEIRA, 4 de ABRIL

18h30 a 19h00: Recepção aos convidados

19h00: Abertura Oficial da EXPOMAR

ENCANTOS TÉCNICOS

17h00 a 19h00: Sessão de Abertura

19h00 a 19h30: Sessão de Abertura

QUINTA-FEIRA, 5 de ABRIL

17h00 a 19h00: Uma Visita à Investigação...

19h00 a 19h30: Uma Visita à Investigação...

SEXTA-FEIRA, 6 de ABRIL

17h00 a 19h00: Uma Visita à Investigação Un...

SÁBADO, 07 de ABRIL

17h00 a 19h00: Património e Tradição...

ESPAÇO LÚDICO E CULTURAL

Exposição de Meios e Atividades da Marinha

O Escotismo e o Mar

Demonstração do Cão de Água

Exibição de Desportos Náuticos (Vela/Canoagem)

Passeio cultural e científico na Ria Formosa a bordo do Caique "Bom Sucesso"

Animação no coreto a partir das 21h30

HORÁRIO DA FEIRA

Das 4 de Abril, das 18h00 às 24h00

Das 5 de Abril, das 19h00 às 24h00

Das 6 de Abril, das 19h00 às 24h00

Das 7 de Abril, das 19h00 às 24h00

Das 8 de Abril, das 19h00 às 23h00

Anexo III - 20 de Março 2008 . ExpoMar - Olhão

"A visão económica da náutica de recreio no Algarve"

Seminário | 20 de Março | 17h00

O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve tem o prazer de convidar V.E.ª para o seminário "A visão económica da náutica de recreio no Algarve", que terá lugar no dia 20 de Março, das 17h00 às 18h20, no auditório da EXPOMAR, em Olhão.

PROGRAMA

Abertura: Brandão Pires, Vice-Presidente da CCDR Algarve

Oradores:

- Fernando Perna, coordenador do Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo / Universidade do Algarve
- Diogo Pacheco, representante da Marina Marbella - Portugal
- Martinho Fortunato, presidente da APPR - Associação Portuguesa de Marinas e Portos de Recreio
- José Silvestre, representante da Marina Estrela - Portugal

Debate

Organizacão: CCDR, CIIT, APPR, EXPOMAR

Anexo IV

**“Regions making the MOST of our seas:
Maritime Opportunities within Safety and Transport”**

7 October, 2008 · Bruxelas

9.30 – Arrival and registration

10.00 – **Welcome** – Cllr Brad Watson OBE, West Sussex County Council, Southern England & Chairman of 1st session: Maritime Safety

10.05 – **Keynote address** – Mr Dimitrios Theologitis, European Commission DG TREN, Head of Maritime Transport & Ports Policy, Maritime Security

10.20 – **A policy response by local/regional authorities to the Blue Book** – Mr Anders Carlberg, Region of Västra Götaland, West Sweden

10.34 – **Session one on maritime safety** – introduction – Cllr Brad Watson OBE, West Sussex County Council, Southern England

10.35 – **First Case Study** – maritime safety – Ms Gunn-Marit Helgesen, First Vice-President CPMR, South Norway

10.50 – **Second Case Study** – maritime safety – Captain Richard Gabriele, Harbour Master, Malta Maritime Authority

11.05 – **Third Case Study** – maritime safety – Cllr Humphrey Temperley, Devon County Council representing Channel Arc Manche Assembly

11.20 – Plenary and Q&A

11.30 – **Session two on maritime transport: overview** by Mr Iain Shepherd, Marine South East, Southern England, Chairman 2nd Session

11.35 – **First Case Study** – maritime transport – Mr Hugues Valenton, Directeur-General, Logistique Seine Normandie, Upper Normandy

11.50 – **Second Case Study** – maritime transport – Professor Kenth Lumsden, Chalmers University, Gothenburg, West Sweden

12.05 – **EU Maritime Transport** – a perspective from the European Parliament, Ms Silvia-Adrianu Țicău MEP, Vice Chair of European Parliament’s Transport & Tourism Committee

12.20 – Q&A and Conclusions

12.30 – Lunch

Anexo V

20 Outubro 2008 . Olhão

OPEN DAYS
A Europa na minha região
ALGARVE OLHÃO

CONFERÊNCIA
Os Clusters Marítimos e o Desenvolvimento Regional

O Presidente da CCDR Algarve, Dr. João Faria e o Presidente da Câmara Municipal de Olhão, Eng.º Francisco Leal têm a honra de convidar V. Exa. a participar na Conferência “Clusters Marítimos e o Desenvolvimento Regional”, uma iniciativa integrada na edição 2008 do OPEN DAYS.

20 OUT.

14.15h Recepção de participantes

14.30h Sessão de Abertura
> Presidente da CM Olhão, Francisco Leal
> Presidente da CCDR Algarve, João Faria

15.00h “Os Clusters Marítimos e o Desenvolvimento Regional”
> **Prof. Dr. Ernâni Lopes**

16.00h “Desafios Regionais para o Mar”
> Director Delegado do IPTM, Brandão Pires

16.30h Debate

CONVITE PROGRAMA

Inscrição obrigatória em www.ccdr-alg.pt e limitada à capacidade da sala

Anexo VI

“Algarve: Um destino Turístico Sustentável. Estruturação de Recursos em Novos Produtos Turísticos”

Segunda, 17 Novembro 2008 · Faro - Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve

PROGRAMA

10h45-11h00 - Recepção dos participantes

11h00-11h30 – Sessão de Abertura

João Faria – CCDR Algarve

Nuno Aires – Turismo do Algarve

11h30-12h30 – Painel «A Agenda para um Turismo Europeu
Sustentável e Competitivo»

Jorge Umbelino – Turismo de Portugal

Sustentabilidade e Competitividade do Turismo Nacional

Paulo Pedro – Roland Berger Consultores de Estratégia Lda

O ajustamento das estratégias regionais ao Plano Estratégico
Nacional do Turismo

12h30-12h45 - Debate

12h45-13h00 – Catarina Cruz – Enterprise Europe Network /
CCDR Algarve

Apresentação de objectivos dos Workshops Temáticos

Almoço livre (serviço de refeição na Escola Hoteleira – ver
condições na ficha de inscrição)

14h30-17h00 – Workshops Temáticos (em simultâneo)

«Estruturação de recursos em produtos turísticos»

Workshop 1 – TURISMO ACTIVO (NÁUTICO + NATUREZA)

Dinamizadores

Elsa Pereira – Universidade do Algarve

António Ramos – CCDR Algarve

Casos Práticos

Via Algarviana (João Ministro – Almargem)

Estação Náutica (André Ferin – CM Faro / Centro Náutico)

Percursos de Ecoturismo (Bárbara Abelho – Lands/Formosamar)

Observadores convidados

Turismo de Portugal, ICBN, Turismo do Algarve, Departamento
Marítimo do Sul, Parques naturais, PO Algarve21, CIITT, AMAL,
INUAF, Globalgarve, ATA, entre outros

Debate alargado a todos os participantes

**Workshop 2 – TURISMO CULTURAL + TURISMO
DE CONGRESSOS E EVENTOS**

Dinamizadores

Nuno Aires – Turismo do Algarve

Paulo Bota – Enterprise Europe Network / CCDR Algarve

Casos Práticos

Rota da Cortiça (Vítor Guerreiro – C.M. São Brás de Alportel)

Organização de eventos (Luís Tavares – Portimar)

Projecto Culturalgarve (Luís Vicente – ACTA)

Observadores convidados

Turismo de Portugal, Delegação Regional da Cultura, IGESPAR,
PO Algarve21, AMAL, ESGHT, ATA, AGECAL, entre outros

Debate alargado a todos os participantes

17h00-18h30 – Sessão Plenária

Apresentação das conclusões dos workshops

Elsa Pereira – Universidade do Algarve

Nuno Aires – Turismo do Algarve

Comentários

Elidérico Viegas – AHETA Associação dos Hotéis e

Empreendimentos Turísticos do Algarve

Victor Neto – NERA Associação Empresarial da Região do Algarve

Debate

18h30 - Encerramento



Co-financiado pela
UNIÃO EUROPEIA
FEDER
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional